

INTRODUÇÃO

Os fenómenos migratórios constituem espaços privilegiados para a análise de processos de (re)construção das identidades, uma vez que são, por definição, fenómenos de mudança social e cultural (Machado, 2002). O crescimento da componente feminina no total de estrangeiros residentes em Portugal (Peixoto e outros, 2006; Valente Rosa e outros, 2004) torna fundamental uma análise baseada na convergência de dois domínios de especialização teórica: o género e a etnicidade, que constituem os parâmetros conceptuais que delimitaram o objecto de pesquisa cujo observável foram mulheres oriundas da Guiné-Bissau residentes em Portugal. O objectivo foi contribuir para a compreensão da especificidade da componente feminina do fenómeno imigratório em Portugal, identificar e caracterizar estratégias de (re)construção identitária, através da análise das dimensões sociais e culturais da etnicidade (Machado, 2002). A presente pesquisa visou igualmente apreender elementos de diferenciação interna, nas trajectórias sociais das mulheres oriundas da Guiné-Bissau, através da convergência de vectores de diferenciação estrutural decisivos na configuração das identidades.

O conceito de etnicidade, aqui entendido, é multidimensional uma vez que faz convergir dimensões sociais e culturais, como a composição de classe, a localização residencial e a composição sociodemográfica, por um lado, e a orientação das sociabilidades, a religião e a língua, por outro, dimensões essas que se combinam de forma diferenciada, variando entre contrastes e continuidades sociais e culturais, e configurando o espaço da etnicidade (Machado, 2002). Etnicidade não designa, portanto, grupos particulares, mas sim processos, uma vez que não visa estabelecer a identificação de um determinado grupo a características sociais e culturais, mas sim analisar o fundamento principal da identidade daquele. Por outras palavras, etnicidade não designa apenas aquelas características, mas também as modalidades de inserção e as relações estabelecidas com a restante população. Por fim, etnicidade é definida relacionalmente por referência a outros grupos.

Procurou-se, pois, compreender de que modo o percurso migratório e a inserção social no feminino (origem étnica e social, decisão de emigrar e acolhimento em Portugal, estratégias residenciais, percursos escolares e trajectórias profissionais), a conjugalidade e estruturas familiares (escolha do cônjuge, situações conjugais, tipos de famílias e descendentes), as sociabilidades (redes sociais e orientação das sociabilidades e apresentação e participação no

espaço público e no espaço privado) e os elementos de identidade cultural (territórios linguísticos e identidade religiosa), se cruzam e concorrem na (re)construção das identidades, considerando as condicionantes estruturais da sociedade de origem e de acolhimento, a par da acção individual, que interferem no poder estratégico dessas mulheres. A distinção entre dimensões sociais e culturais da etnicidade justifica-se, apenas, para fins analíticos, uma vez que a distintividade cultural dever ser socialmente contextualizada (Machado, 2002).

Procurou-se também apreender de que forma as circunstâncias próprias vividas na sociedade de acolhimento, pelas mulheres, conduzem ou não a estratégias conscientes de autonomização, considerando que a reinterpretação não conduz necessariamente à autonomia, podendo tratar-se, apenas, da flexibilização das normas (Madureira Pinto, 1991). Entre estratégias de autonomização, de negociação do controlo familiar e social e de manutenção das tradições e valores culturais e religiosos, a mulher (re)adapta o seu projecto pessoal (Abranches, 2004). A condição feminina é estrategicamente negociada, em contexto de imigração, e os projectos individuais são negociados com a família e os grupos de pertença, considerando o campo de possibilidades dessas mulheres (Velho, 1994). Tendo em conta o carácter dinâmico, permanente e complexo dos processos de (re)construção das identidades, importa perceber quais os seus efeitos para a realização pessoal da mulher e analisar as especificidades das suas experiências migratórias. Considerando o processo de (re)construção das identidades, transversal às várias idades e uma constante no decurso do tempo de residência em Portugal, permanece acentuado o peso relativo das representações e práticas do país de origem? De que forma as transformações caracterizadoras da sociedade ocidental, no que diz respeito aos papéis de género, são mobilizadas? A reinterpretação das normas conduz a mulher a um espaço de autonomia? Esta pesquisa não teve por objectivo comparar práticas e representações entre homens e mulheres ou a sociedade guineense face à portuguesa, no que se refere ao papel da mulher. Visa apenas contribuir para a compreensão das especificidades de género nos fenómenos migratórios.

A escolha da Guiné-Bissau, como país de proveniência das mulheres, prendeu-se com os seguintes factores:

- O crescimento da componente laboral da imigração, durante a primeira metade dos anos 90, tornou a Guiné-Bissau um dos países de proveniência mais representados em Portugal.

- A sedentarização dos migrantes guineenses resultado do adiar de eventuais projectos de regresso, fruto da situação de guerra vivida na Guiné-Bissau entre 1998 e 1999 e do permanente quadro de instabilidade político-militar e de crise económica.
- A diversidade étnica, religiosa e linguística característica da Guiné-Bissau, embora não transposta na íntegra para o país de acolhimento.

Considerando dimensões da vida familiar, como a situação conjugal e a existência de filhos, ou ainda outras ligadas ao percurso escolar e à trajectória profissional vivida na Guiné-Bissau, as mulheres sobre as quais incidiu o presente estudo reúnem as seguintes condições:

- Oriundas da Guiné-Bissau, a residir em Portugal há pelo menos 10 anos, com vivências, em importantes períodos de socialização, em pelo menos dois espaços (Guiné-Bissau e Portugal).
- Residentes na Grande Lisboa e na Península de Setúbal e com, pelo menos, 20 anos de idade mínima à chegada a Portugal.
- Pelo menos, 30 anos de idade mínima aquando da entrevista.

A estratégia de investigação empírica assentou na combinação de diferentes instrumentos de pesquisa, sendo as entrevistas semidirectivas o instrumento central. Recorreu-se também a informações estatísticas oficiais, à observação participante em diversas actividades desenvolvidas por associações e no Centro Nacional de Apoio ao Imigrante (CNAI) e ao relacionamento continuado com migrantes, em geral, e mulheres migrantes em particular.

As entrevistas foram um meio de recolha de informação relativamente às dimensões sociais e culturais previamente mencionadas. O tempo de residência no país de acolhimento constitui um factor importante de diferenciação interna entre populações (Machado, 2002), neste caso as mulheres oriundas da Guiné-Bissau, interferindo nos seus processos de (re)construção identitária (Velho, 1994). O modelo do ciclo migratório de Felice Dassetto (1990), ao descrever as várias fases do processo de sedentarização dos migrantes nas sociedades de acolhimento, confere especial atenção ao tempo de residência daqueles. No caso específico da população oriunda da Guiné-Bissau, a centralidade do mercado de trabalho e da esfera profissional, o peso reduzido do reagrupamento familiar e o curto tempo de residência em Portugal (Machado, 2002), não nos permite alargar a mais de 10 anos, o tempo mínimo de permanência em Portugal. Foram entrevistadas 12 mulheres, as primeiras oito entre os meses

de Outubro e Novembro de 2006 e as quatro seguintes em Abril de 2007¹. A caracterização das mulheres entrevistadas é a seguinte:

[Quadro 1] Caracterização sociodemográfica das entrevistadas

<u>Nome</u>	<u>Idade</u>	<u>Naturalidade***</u>	<u>Nacionalidade</u>	<u>Ano de chegada (Idade)</u>	<u>Anos de permanência</u>
Antónia	60	Bolama	Guineense	1989 - 43	17
Isabel	41	Calequisse (Cacheu)	Guineense	1995 - 30	11
Lúcia	58	Farim (Oio)	Guineense	1990 - 42	16
Ndira	32	Bissau	Guineense	1997 - 23	9
Guilhermina	48	Bissau	Portuguesa	1991 - 33	18
Fátima	54	Bissau	Guineense	1994 - 42	12
Georgina	36	Canchungo (Cacheu)	Guineense	1995 - 25	11
Paula	72	Bolama	Portuguesa	1983 - 49*	23
Inês	70	Bambadinca (Bafatá)	Portuguesa	1980 - 43	27
Mariama	31	Bissau	Portuguesa	1992 - 17	15
Nafanta	29	Pirada (Gabu)	Portuguesa	1997 - 19	10
Rute	50	Bissau**	Portuguesa	1978 - 21	29

* Saiu da Guiné-Bissau em 1976 tendo passado por outros países como Cabo Verde, Estados Unidos da América e Holanda, antes da sua fixação em Portugal em 1983.

** Apesar de ter nascido em Bissau, os pais residiam, na altura, em Bijagós e a mãe deslocou-se propositadamente a Bissau para o nascimento da filha.

*** Bafatá, Biombo, Bissau, Bolama, Cacheu, Gabu, Oio, Quinara e Tombali são as regiões que constituem a Guiné-Bissau.

Importa frisar que todas as mulheres entrevistadas nasceram fora de Portugal e têm origens diversas no que se refere aos seus ascendentes. No entanto, uma delas conservou a nacionalidade portuguesa, aquando do processo de independência da Guiné-Bissau, facto que requer especial atenção ao uso do conceito de imigração. O que caracteriza as mulheres entrevistadas é o facto de terem vivências, em importantes períodos de socialização, em pelo menos dois espaços (Guiné-Bissau e Portugal). Por outro lado importa considerar aquelas que entretanto adquiriram a nacionalidade portuguesa uma vez que nem todos os imigrantes têm nacionalidade estrangeira. Falamos assim de pessoas de nacionalidade guineense residentes em Portugal e de guineenses de nacionalidade portuguesa ou portugueses de origem guineense. O mesmo se pode afirmar em relação ao uso do conceito de descendente de imigrantes uma vez que parte dos filhos e filhas das entrevistadas nasceu igualmente fora de Portugal.

A informação estatística oficial recolhida teve, por base, os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e do Instituto Nacional de Estatística e visou sobretudo fazer o enquadramento da

¹ A contabilização da idade e dos anos de permanência em Portugal reporta à data da entrevista.

imigração oriunda da Guiné-Bissau, e das mulheres em particular, relativamente à imigração em geral e da situação das mulheres em Portugal.

O texto que se segue está estruturado em sete capítulos. O primeiro capítulo procura situar a questão da construção da identidade em contextos migratórios, tratando-se portanto de um capítulo que faz o enquadramento teórico, clarifica conceitos e apresenta o modelo de análise. O segundo capítulo permite a localização dos imigrantes guineenses no quadro migratório em Portugal, desde a identificação do quadro migratório na Guiné-Bissau às circunstâncias económicas e sociais que determinaram a emigração, passando pelo contexto da sociedade de acolhimento, que as mulheres oriundas da Guiné-Bissau encontram à chegada, no que diz respeito ao papel da mulher.

Os terceiro, quarto, quinto e sexto capítulos são centrados no objecto de pesquisa, cujo observável são as mulheres oriundas da Guiné-Bissau residentes em Portugal, através das dimensões sociais e culturais da etnicidade e tendo como domínio de convergência de especialização teórica as questões de género. São estes os principais capítulos que dão conta dos dados obtidos na pesquisa empírica. O terceiro capítulo trata sobretudo questões ligadas à origem étnica e social das entrevistadas, assim como à decisão de emigrar e ao seu acolhimento em Portugal. Trata igualmente as dimensões sociais da etnicidade como as estratégias residenciais, os percursos escolares e as trajectórias socioprofissionais. Ainda do lado social da etnicidade, o quarto capítulo centra-se na análise da conjugalidade e das estruturas familiares, com especial incidência na escolha do cônjuge, nas situações conjugais e tipos de família e nos descendentes. Centra-se a análise nos sistemas familiares em que estas mulheres se inserem e nas transformações sentidas com a migração. Os capítulos cinco e seis abordam as dimensões culturais da etnicidade, como as redes sociais e a orientação das sociabilidades, a apresentação em espaço público e privado, os territórios linguísticos e a identidade religiosa. O capítulo sete integra os conteúdos e as singularidades dos projectos e estratégias das mulheres entrevistadas. Por fim, a conclusão integra e sistematiza os principais resultados obtidos nesta pesquisa.

1. (RE)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE EM CONTEXTO MIGRATÓRIO

“Metade francês e metade libanês? De modo algum! A identidade não se compartimenta, não se reparte em metades, nem em terços, nem se delimita em margens fechadas. Não tenho várias identidades, tenho apenas uma, feita de todos os elementos que a moldaram, segundo uma ‘dosagem’ particular que nunca é a mesma de pessoa para pessoa” (Maalouf, 2002: 10).

1.1. Processo de Construção da Identidade

Os processos de construção da identidade têm-se tornado importante campo de análise sociológica. Entre propostas que visam a existência de identidades essencialistas e predeterminadas e concepções do indivíduo fragmentado, parece sobrar espaço para análises intermédias que entendem a construção da identidade enquanto processo flexível e dinâmico, ao qual estão inerentes permanentes transformações. Um conjunto já significativo de trabalhos de pesquisa e análise em ciências sociais permite perceber o carácter plural e plástico, contextual e interactivo, mutável e entrelaçado das identidades (Costa, 2002). A rejeição de concepções essencialistas dos fenómenos identitários tem sido largamente desenvolvida pelas ciências sociais, no sentido de abandonar a ideia de uma identidade imutável e independente do percurso vivencial do indivíduo. Ora, se por um lado a definição de categorias encaradas como essências identitárias não permite reconhecer que, elas próprias, são o produto de contextos específicos, por outro lado não considera o facto de que cada indivíduo está presente em mais do que uma categoria. A identidade, não sendo determinada à nascença por factores exógenos, é socialmente construída ao longo da vida do indivíduo e, como tal, múltipla.

Mas se, por um lado, podemos considerar (apenas do ponto de vista analítico) que a identidade se segmenta em fracções como, por exemplo, a identidade étnica, de classe e de género, entre outras, por outro lado, são estes diferentes traços que, unidos, dão lugar a um ser humano único (Pereira, 2002). Ao primado epistemológico do indivíduo uno e estável, opõe-se, então, o indivíduo fragmentado pela intersecção de diversas categorias, totalmente fluído e dependente do contexto, fruto da necessidade de assumir diferentes papéis, frequentar diferentes contextos e reconhecer diversas influências, práticas e representações. Esta diversidade pode, no entanto, ser usada de modo a criar uma identidade distinta e composta por diferentes pertenças e papéis, não sendo necessariamente identidades paralelas (Giddens,

1997). A presente pesquisa visa, pois, compreender de que forma as mulheres oriundas da Guiné-Bissau concertam estas múltiplas influências uma vez que “não seria correcto ver a diversidade contextual como promovendo simples e inevitavelmente a fragmentação do ‘self’, muito menos a sua desintegração em múltiplos ‘selves’, pois pode igualmente, pelo menos em muitas circunstâncias, promover uma integração do ‘self’ (...) uma pessoa pode usar a diversidade de modo a criar uma auto-identidade distinta que incorpora positivamente elementos de diferentes cenários numa narrativa integrada” (Giddens, 1997: 175).

Já Simmel (1995) chamava a atenção para a especificidade da vida social nos grandes centros urbanos caracterizados pela grande quantidade e diversidade de estímulos que constituíam uma ameaça de fragmentação do indivíduo, da qual este se tentaria defender através de uma adaptação que o autor definiu como ‘blasée’. De acordo com a perspectiva simmeliana, a ligação do indivíduo a vários ‘círculos sociais’ não exclui a ideia de unidade, uma vez que aqueles (metáfora da identidade), sendo formas separadas mas intercomunicantes, cruzam-se em combinações variadas que delimitam a individualidade de cada indivíduo, mais marcada quanto maior o número de pertenças sociais. É a caracterização do indivíduo como ponto de intersecção de vários mundos cuja transição é, às vezes, quase imperceptível (Simmel, 1995).

Face a esta problemática da unidade e da fragmentação, Gilberto Velho (1994) apresenta os conceitos de ‘campo de possibilidades’, ‘projecto’ e ‘potencial de metamorfose’. Se o primeiro nos remete para as “alternativas construídas do processo sócio-histórico e com o potencial interpretativo do mundo simbólico da cultura” (Velho, 1994: 28), o segundo “lida com a performance, as explorações, o desempenho e as opções, ancoradas a avaliações e definições da realidade” (Velho, 1994: 28). Por outras palavras, se o conceito de ‘projecto’ se refere à conduta organizada para atingir fins específicos, o ‘campo de possibilidades’ não é mais do que o espaço para a formulação e implementação daquele. O indivíduo transita entre diferentes papéis e é ponto de encontro de pertenças múltiplas que actuam em contextos de interacção distintos e se conjugam e reinventam, coexistem e interrelacionam. É o que Gilberto Velho designa de ‘potencial de metamorfose’ e que representa exactamente aquela diversidade, ou seja, a possível margem de manobra e iniciativa dos agentes sociais envolvidos que possibilita que “através do acionamento de códigos, associados a contextos e domínios específicos – portanto a universos simbólicos diferenciados – que os indivíduos estejam sendo permanentemente reconstruídos” (Velho, 1994: 29). A presente pesquisa visa

igualmente identificar e caracterizar estratégias de (re)construção identitária das mulheres oriundas da Guiné-Bissau considerando o seu ‘campo de possibilidades’.

Mas o conceito de projecto também tem merecido atenção por parte de filósofos como Jean Paul Sartre, M. Merleau-Ponty, E. Husserl e D. Christoss, entre outros, que nos remetem para a “ideia da orientação que os indivíduos ou grupos dão às suas trajectórias individuais e sociais (...) integra várias dimensões em torno do subjectivo e do objectivo, do individual e do grupal, mas também das condições sociais, que nem sempre são igualmente fáceis de contornar pelos vários actores sociais” (Leandro, 2004: 105). Assim, projecto é “a interiorização da exteriorização, ou seja, a elaboração de uma estratégia de mobilização que tenha em conta as condições reais da sua concretização” (Leandro, 2004: 106), ou seja, a interiorização das oportunidades objectivas e a articulação entre a intervenção dos actores e as condicionantes sociais a que estão sujeitos.

As mulheres oriundas da Guiné-Bissau são o produto de uma história individual e colectiva que integra as rupturas em devir da sociedade guineense e como tal, um leque de aspirações forjadas antes da decisão de emigrar e é, em função dessa história, que reelaboram os seus projectos e reinterpretam a sua nova condição (Leandro, 2004). Os projectos migratórios integram uma dimensão social e cultural, na medida em que são imbuídos de lógicas de modernização ou seja, revelam-se também na procura e no acesso a bens da modernidade (Sayad, 1977 e 1999) e a sua realização resulta de um concurso entre vontades individuais e um contexto favorável à sua realização. Os indivíduos (re)elaboram os seus projectos considerando o seu campo de possibilidades (Velho, 1994), ou seja, existem limites que justificam que, nas mesmas condições sociais, nem tudo é igualmente possível para todos, limites esses ligados a recursos materiais, redes de interacção, conhecimentos, entre outros. Mas, condições sociais idênticas não significam apreensões idênticas pelos indivíduos, daí a singularidade imprimida aos projectos.

Considerando a realização do projecto como, eminentemente social e inscrito num contexto social específico, importa pois considerar a percepção que os indivíduos conseguem forjar da realidade, ou seja, estes, perante a presença de uma realidade identificável, fazem uma avaliação das suas capacidades e possibilidades através de um trabalho de subjectividade no qual intervêm factores como valores e vontades, entre outros. Mas, a elaboração de projectos individuais está dependente do maior ou menor grau de flexibilidade dos grupos de referência

do indivíduo sendo que as escolhas individuais podem mesmo opor-se às estratégias colectivas (Velho, 1987), ou seja um “projecto colectivo não é vivido de modo totalmente homogéneo pelos indivíduos que o compartilham. Existem diferenças de interpretação devido a particularidades de status, trajetória e, no caso de uma família, de género e geração” (Velho, 1994: 41).

As redes sociais dos indivíduos têm um papel preponderante na realização dos projectos individuais, transformando-os e adaptando-os. Os projectos individuais, enquanto instrumentos de negociação das mulheres oriundas da Guiné-Bissau, são estrategicamente negociados com a família e os grupos de pertença, considerando a natureza dinâmica do ‘campo de possibilidades’ daquelas, negociação essa que contribui significativamente para os processos de (re)construção identitária. Entre identidades herdadas e estratégias de construção de novos projectos, os indivíduos constroem e reconstroem a sua identidade não sem a influência, variável, dos grupos de pertença. Poder-se-ão, no entanto, verificar contradições entre estratégias individuais e colectivas, cabendo ao indivíduo a reestruturação e articulação dos diversos aspectos da identidade, como um ajustamento social ao quotidiano (Manço, 1999)².

Importa frisar que este jogo de pertenças e referências não é inteiramente voluntarista uma vez que existem lógicas de identidades herdadas nas quais as escolhas não estão inteiramente em aberto e podem mesmo representar constrangimento e imposições externas (Machado, 2002), ou seja, as formas de aculturação não são sempre involuntárias nem impostas por uma cultura dominante uma vez que “as normas culturais prevalecentes nas sociedades de acolhimento poderem ser libertadoras, e não dominadoras, isto é, constituírem uma ‘opção de cultura’, para aqueles que, no contexto da ‘sua’ minoria, estejam sujeitos a formas de cerceamento da liberdade individual” (Machado, 2002: 25). Constituem formas de discriminação ou obstáculo à liberdade individual casos em que, em nome da tradição e cultura, se travam projectos autónomos de desenvolvimento pessoal (Abranches, 2004). Importa, pois, compreender de que forma as transformações caracterizadoras da sociedade ocidental, no que diz respeito à assimetria de papéis de género, são mobilizadas pelas mulheres oriundas da Guiné-Bissau?

² Ideia igualmente partilhada por Gilberto Velho (1994) que considera a existência de uma diferença entre identidade socialmente dada e identidade adquirida fruto da trajetória do indivíduo.

Face a um conjunto de possibilidades, fruto da crescente interligação entre influências globalizadoras e tendências pessoais, os indivíduos negociam estilos de vida como parte da construção da sua autoidentidade (Castells, 1997; Giddens, 1997), ou seja, uma interrelação entre processos de globalização e diferenciações locais opera-se na construção da identidade de cada indivíduo, gerando tensão e conflito (Santos Silva, 1996). A ligação entre poderosos e abrangentes processos de globalização e proliferação de identidades culturais diferenciadas e segmentadas é apresentado por António Firmino da Costa (2002) como o ‘paradoxo identitário’, ou seja, “à medida que os processos contemporâneos de globalização se intensificam e se alargam, envolvendo poderosíssimas dinâmicas de interligação e intercâmbio, de comunicação e difusão em termos mundiais, as identidades culturais diferenciadas, específicas, fragmentadas, ou mesmo marcadamente particularistas, em vez de se esbaterem ou desintegrarem, parecem tender a proliferar, a multiplicar-se e a acentuar-se” (Costa, 2002: 15).

Considerando as identidades, socialmente construídas e como tal múltiplas e contingentes, mutáveis e contextuais, elas são construções sociais relacionais e simbólicas, ou seja, “relacionais, porque sempre produzidas em relação social e porque sempre relativas a outras; simbólicas, porque envolvem sempre categorizações culturais e porque significam sempre o destaque simbólico selectivo de algum ou alguns dos atributos sociais. As ‘identidades culturais’ implicam um tipo específico de redobrimento simbólico das ‘propriedades sociais’, requerem a seleção e evidenciação ativa de alguma ou algumas delas, simbólica e relacionalmente realizada. Identidade cultural é sempre, nesse sentido, reflexividade e reconhecimento” (Costa, 2002: 27).

A propósito dos fenómenos migratórios, e considerando o carácter relacional das identidades, os migrantes movem-se entre o lugar físico da origem, e as tradições a ele associadas, e as novas redes de relações sociais em diversos contextos na sociedade de acolhimento, sendo que as tradições são uma realidade em transformação (Santos Silva, 1996). Também José Madureira Pinto (1991) refere o carácter eminentemente relacional da produção social de identidade, designado por ‘integração’ e ‘diferenciação’, uma vez que os actores sociais se integram em conjuntos de pertença ou referência e, simultaneamente, autonomizam-se ou diferenciam-se de outros grupos. No que se refere ao carácter simbólico das identidades importa salientar que as estratégias identitárias não dependem apenas de vontades próprias

mas são também elas fortemente condicionadas por condicionantes estruturais da sociedade de origem e de acolhimento.

1.2. Etnicidade: Fonte de Identidade

Falar de etnicidade não significa apenas falar de imigração se considerarmos, por exemplo, o caso da população cigana secularmente fixada em território europeu, mas falar de etnicidade é também falar de imigração. A etnicidade é a imigração alguns anos depois, é a imigração sedentarizada (Machado, 2002). Já o modelo do ‘ciclo migratório’ de Felice Dasseto (1990) descrevia as diferentes fases do processo de sedentarização dos migrantes nas sociedades de acolhimento. Passada a primeira fase do ciclo migratório, a fase da inscrição na sociedade de acolhimento, os migrantes vêem-se entre uma referência privilegiada ao grupo e à cultura de origem e processos de aculturação ou mesmo de assimilação. Os traços culturais da sociedade de acolhimento entram em negociação com as referências da origem e adquirem diferentes combinações. É justamente no momento da sedentarização dos migrantes que se coloca a questão dos seus modos de inserção.

Rui Pena Pires (2003) distingue dois processos de integração, com diferentes combinações contextuais, indissociáveis de todo o processo migratório. Assimilação enquanto reconstrução, que não representa uma mera homogeneização, do espaço identitário comum através da inclusão de novas referências. Etnicização enquanto construção de uma identidade colectiva baseada num sentimento de pertença a uma colectividade com ascendência comum e caracterizada por um sentido de solidariedade. A etnicização tem carácter relacional pois depende mais das reacções à presença dos migrantes na sociedade de destino do que das memórias culturais que aqueles transportam (Portes, 1999; Pires, 2003). Porque a memória é fragmentada (Velho, 1994), os conteúdos da identidade étnica, transportados pelos migrantes, constituem uma reconstrução do presente devido à própria extracção dos contextos em que foram construídos.

Mas, diversidade étnica e racial não constitui elemento exclusivo ou prioritário de diferenciação social e cultural. Se, por um lado, na grande maioria dos países europeus, grande parte da população tem a mesma pertença étnica e racial, por outro lado, e no caso específico de Portugal, o fenómeno da imigração, para além de recente, apresenta valores relativos (Machado, 2002). Em Portugal, o conjunto da população étnica e/ou racialmente

diferenciada inclui nacionais e estrangeiros, ou seja, assim “como há estrangeiros que se distinguem dos portugueses em termos étnicos e raciais, há portugueses étnica e racialmente diferenciados entre si” (Machado, 2002: 14). A presente pesquisa não ignora outros vectores de diferenciação estrutural como o género, a classe, o tempo de residência e a nacionalidade, entre outros, igualmente, ou até mais, decisivos na configuração das estruturas sociais e das identidades.

Apreender a diferenciação e as clivagens internas nas trajectórias sociais das mulheres oriundas da Guiné-Bissau este estudo, através da combinação complexa e variável entre várias dimensões identitárias e evitando primados epistemológicos. A concepção unidimensional da diferenciação social, na perspectiva multiculturalista, deixa de lado importantes clivagens de género, entre outras, e que, em alguns casos, contribuem para a manutenção das mulheres numa posição subordinada em nome da cultura e da tradição. Rejeita-se assim a pertença étnica enquanto primado epistemológico e retoma-se a ideia da determinação múltipla e complexa das identidades, atrás ilustrada pela formulação simmeliana do cruzamento dos círculos sociais que assegura o equilíbrio entre a dimensão individual e a dimensão colectiva da vida social e atribui às filiações étnicas relevância variável.

Mas, a propósito dos fenómenos migratórios e considerando o caso da Guiné-Bissau, as diferenciações étnicas, linguísticas e religiosas, são preexistentes e podem mesmo permanecer vivas, não sendo previsível a sua diluição com o tempo de residência em Portugal (Machado, 2002). Importa, pois, considerar a relevância relativa que adquirem no espaço da etnicidade (Machado, 2002). Ainda relativamente à relevância das filiações étnicas e raciais, o caso das uniões e dos casamentos mistos e conseqüentemente das crianças e jovens com filiações duplas, e o caso do processo de naturalização de parte significativa dos migrantes à medida que se prolonga o tempo de residência no país de acolhimento, complexificam a questão.

A sedentarização dos migrantes traduz-se em diferenciação social interna e diferenciação cultural crescente, uma vez que as mudanças não se operam exclusivamente na sociedade de acolhimento, mas as próprias culturas migrantes são atravessadas por processos de diferenciação. À medida que o tempo de residência no país de acolhimento aumenta, as referências de identidade relativas a um determinado quadro cultural de partida vão mudando. A extensão e a profundidade desse processo de mudança cultural vai variar de acordo com o carácter mais ou menos acentuado dos contrastes culturais entre a população migrante e a

sociedade de acolhimento (Machado, 2002). Mas, mesmo em casos que apresentam fortes contrastes e como tal etnicidade forte, há sempre socialização externa, sendo variável a extensão dos seus efeitos. Nos casos de mobilidade ascendente, por exemplo, pode mesmo verificar-se forte aculturação e formação de uma distância de classe entre os que têm essa experiência de mobilidade e os que não a têm. Mas, considerando as referências e experiências cruzadas nas grandes metrópoles (Simmel, 1995), certas formas de expressão e certos comportamentos estão longe de ser uma mera reprodução da cultura de origem e resultam antes de um sincretismo cultural urbano que redefine os contornos das várias culturas e torna mais vasto, complexo e flexível o campo onde se jogam as pertenças e referências culturais. Tal questão remete-nos para o debate do desenvolvimento de processos de globalização cultural ou de cultura global, sendo que as suas implicações para a análise das migrações e da etnicidade estão ainda por analisar (Machado, 2002).

Mas, antes de nos debruçarmos sobre o conceito de etnicidade, propriamente dito, e especificamente sobre a sua conceptualização enquanto fonte de identidade, clarificaremos alguns conceitos. A utilização da noção de ‘raça’ justifica-se, apenas como categoria analítica, na medida em que certas diferenças físicas sejam socialmente investidas de significado social, uma vez que a organização das relações sociais com base na crença da existência de raças pode influenciar processos de inclusão e exclusão. Neste caso, importa analisar a atribuição de rótulos raciais como processo ideológico e político e não ceder à lógica reducionista e unidimensional que ignora outros factores de diferenciação estrutural como a classe e o género, entre outros. Assim, as diferenças de tipo físico, são aqui consideradas como uma, entre outras características distintivas, e, para os casos em que aquelas sejam dotadas de significado social, utilizaremos o conceito de racismo.

A distintividade étnica e racial de determinadas populações anda a par, em muitas sociedades, com o estatuto minoritário e subordinado daquelas. Ora, se, por um lado, a identificação de grupos étnicos num determinado país tende a ignorar a população maioritária como maioria étnica, por outro lado, tende igualmente a ignorar o peso relativo de cada grupo étnico. Ao classificarmos uma determinada população por grupos étnicos assumimos uma homogeneidade social e cultural e a existência de identidades colectivas fortes com base em interesses comuns partilhados e fronteiras nítidas face à população envolvente. Mas, populações etnicamente diferenciadas não formam necessariamente comunidades uma vez que estas são primeiramente constituídas em função de elementos como a religião, a

nacionalidade ou o género, aspectos cuja especificidade a etnicidade tende a reforçar (Castells, 1997). Quando determinada população étnica ou racialmente diferenciada tem a identidade étnica como eixo organizador das suas práticas e representações, estamos perante uma comunidade e portanto, uma situação de etnicidade, ou seja, quando etnicidade apresenta relevância social, cultural e política forte. O contrário não é necessariamente verdade uma vez que a identidade étnica representa uma, entre as várias dimensões de identidade que coexistem e se articulam de forma complexa.

Entenda-se identidade étnica como o sentimento de pertença, baseado numa história partilhada e numa cultura e tradições comuns, associado a um território específico (Abranches, 2004). Quando, à origem cultural, se junta um quadro negativo de condições socioeconómicas, em termos de estatuto profissional, rendimentos ou situação habitacional, a pertença a essa população tende a tornar-se referente primeiro da identidade colectiva quer enquanto autodefinição, quer enquanto definição pela sociedade envolvente, podendo levar a situações de hostilidade, ou mesmo racismo e xenofobia, e o autofechamento de tipo comunitário enquanto estratégia defensiva. Nestes casos, etnicidade, identidade e comunidade sobrepõem-se negativamente e podem resultar em conflitualidade social violenta.

Mas porque, à semelhança das categorias identitárias, também as identidades étnicas são mutáveis, abertas e socialmente construídas, opta-se por usar o conceito de etnicidade. Se, por um lado, falar de etnicidade na Guiné-Bissau pode significar diferenciar a população em etnias e correspondentes traços distintivos em termos linguísticos, religiosos, de actividade económica e localização geográfica, apesar do processo de criouliização ocorrido durante a época colonial (Ribeiro, 1986), por outro lado, falar de etnicidade em Portugal pode significar falar de origem nacional e traços culturais comuns, quer enquanto autodefinição, quer enquanto definição externa, não excluindo autodefinições mais restritas. Os indivíduos, em contexto migratório, modificam profundamente as suas identidades em função do novo contexto e das novas interacções, revêem as suas categorias de pertença, redefinem a sua situação e adaptam-se a um campo simbólico novo, ao mesmo tempo que reafirmam valores, preferências e códigos de reconhecimento específicos (Fortunata Piselli em Tavares e outros, 1998). A pertença étnica constitui assim um dos elementos que interfere no processo de construção das identidades, ou seja, “a pertença a populações étnica ou racialmente diferenciadas se torna relevante quando essas populações apresentam fortes contrastes sociais e culturais com a sociedade envolvente. Se, pelo contrário, entre essas populações e a

sociedade envolvente há mais continuidades do que contrastes, as pertenças de tipo étnico-racial perdem significado” (Machado, 2002: 33).

Etnicidade é, portanto, aqui entendida, como “a relevância que, em certas condições, assume, nos planos social, cultural e político, a pertença a populações étnica ou racialmente diferenciadas. Essa pertença traduz-se e é veiculada por traços como língua, religião, origem nacional, composição social, padrões de sociabilidade, especificidades económicas e outros, traços que se sobrepõem, em maior ou menor número, na distintividade de cada grupo particular” (Machado, 2002: 29). Mas, este espaço da etnicidade, é um espaço em movimento no qual os grupos, que compõem o tecido migratório, se caracterizam por graus de contraste e continuidade social e cultural com a população maioritária. Porque se trata de um fenómeno multidimensional, os eixos cultural e social desdobram-se em múltiplas dimensões como a língua, a religião, as sociabilidades e os padrões matrimoniais de um lado e a composição de classe, a localização residencial e a estrutura etária e sexual por outro. O social e o cultural condicionam-se reciprocamente e é do cruzamento dos dois eixos que se localizam os grupos no espaço da etnicidade, variando entre situações de não etnicidade marcadas pelas continuidades sociais e culturais e situações de etnicidade forte marcadas, pelo contrário, por contrastes sociais e culturais. Existem igualmente perfis intermédios uma vez que não existe uma homogeneidade bem definida para cada grupo, mas sim uma diferenciação interna (Machado, 2002).

Importa, no entanto, reforçar a ideia da diferenciação social interna inerente aos vários grupos em análise neste modelo de Fernando Luís Machado (2002) onde localização de classe e orientação das sociabilidades constituem duas dimensões fundamentais nestes eixos social e cultural do espaço dos contrastes e continuidades. Lógicas classistas atravessam linhas de diferenciação étnico-racial, como o demonstra a expressão na sociedade brasileira “negro rico é branco, branco pobre é negro” (Machado, 2002: 40). Mais do que determinar primados epistemológicos, importa sim analisar as modalidades de entrecruzamento do princípio de classe e do princípio étnico na estruturação das desigualdades. Ora, retomando a questão da sedentarização dos migrantes e dos seus modos de inserção, se, por um lado, a redução dos contrastes sociais é indispensável para falarmos em integração, por outro lado, integração não significa homogeneização cultural. Integração e diversidade cultural são compatíveis.

1.3. Género nos Fenómenos Migratórios

No debate público, os fluxos migratórios têm sido tratados como se a variável género não fosse uma vertente fundamental de caracterização ou como se partíssemos do pressuposto que pudéssemos generalizar as características da migração masculina ao universo das migrações, ou seja, “os modelos de fluxos, decisões e padrões migratórios recorriam habitualmente ao estereótipo do migrante individual, racional e do sexo masculino” (Fonseca e outros, 2005: 29). A invisibilidade das mulheres tem marcado os estudos dos movimentos migratórios, uma vez que aquelas têm sido referidas quase exclusivamente ao abrigo do fenómeno do reagrupamento familiar (Buijs, 1993; Ferreira, 1998; Françoise Gaspard em Tavares e outros, 1998; Teresa Tavares em Tavares e outros, 1998). Mas, para além daquele, distinguem-se motivações de realização pessoal e profissional e de atracção pelo papel da mulher na sociedade de acolhimento, entre outras, na base da decisão de emigrar destas mulheres. Importa, no entanto, não descurar que a “reunificação familiar é hoje em dia a principal via de entrada da imigração para a União Europeia: mais de 75% dos fluxos de entrada anuais são constituídos por cônjuges, filhos e outros familiares” (Fonseca e outros, 2005: 25). Assim, e, apesar da importância da análise do fenómeno do reagrupamento familiar associado à sedentarização dos migrantes, não se pode ignorar parte do segmento feminino da imigração movido por outras motivações assim como as suas especificidades.

Mas, tomar o género como domínio de especialização teórica não é excluir outros vectores de diferenciação estrutural como a classe (Crompton, 2003; Phillips, 1992), igualmente decisiva na configuração das estruturas sociais e das identidades, ideia aliás já avançada anteriormente. Assim, em detrimento de primados epistemológicos, optou-se por uma abordagem articulada e multidimensional. As condições de existência dos indivíduos não deixaram de ser condicionadas por relações assimétricas de poderes e distribuições diferenciadas de recursos e oportunidades uma vez que aquelas continuam a estruturar, diferencialmente, os valores e comportamentos dos indivíduos (Costa e outros, 2000).

A análise da dimensão de género nos fenómenos migratórios, no que respeita à bibliografia internacional, remonta aos finais da década de 70 e início dos anos 80. Surgiram, no início da década de 80, algumas críticas a abordagens teóricas que pressupunham as mesmas motivações na base da decisão de emigrar para homens e mulheres ou que apenas reconheciam motivos de natureza económica ou outras que deixavam pouco espaço à acção

individual no processo de tomada de decisão (Phizacklea, 1983 e 1998; Morokvasic, 1984). Outros trabalhos seguiram o mesmo sentido ao reconhecer a importância da estrutura social no processo migratório a par do papel preponderante da acção individual naquele (Chant, 1992; Brettell, 2000; Kofman e outros, 2000). Temas como os agregados familiares, a família e as redes sociais, entre outras tiveram lugar assim como, nos anos 90, o crescimento da componente feminina nas migrações internacionais (Castles e Miller, 1993 e 2003), entre outras temáticas, como a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

No que diz respeito a Portugal, apesar de muitos dos trabalhos disponíveis não atribuírem centralidade à dimensão de género, esta é, no entanto, muitas vezes referida. Autores como Engrácia Leandro e Carolina Leite (1994), Fernando Luís Machado e Heloísa Perista (1997) e Maria Abranches (2004), entre outros, debruçaram-se sobre a componente feminina em contextos migratórios, nomeadamente sobre a temática das identidades. O mercado de trabalho, o reagrupamento familiar, o tráfico de mulheres, as redes sociais, entre outros conteúdos, surgiram igualmente para o caso de Portugal. Relativamente às questões de género, propriamente ditas, destacam-se contributos de outras áreas científicas como a sociologia do trabalho com a temática da divisão social e sexual do trabalho, a demografia e a sociologia da população, a psicologia social como é o caso de Lúcia Amâncio e a antropologia na pessoa de Miguel Vale de Almeida, entre outros. Importa ainda referir os contributos da sociologia da família (Nelson Lourenço, Ana Nunes de Almeida, Maria das Dores Guerreiro, Karin Wall, Engrácia Leandro, Sofia Aboim e Cristina Lobo), das relações sociais de sexo (Virgínia Ferreira) e do género (Helena Carreiras e Isabel André)³.

O modo e através dos conteúdos com que se organizam, no senso comum, as concepções do ser do homem e da mulher leva homens e mulheres a contribuírem, de forma diferenciada, para a acentuação das diferenças e a assumirem modelos de comportamento socialmente impostos (Amâncio, 2004). Tanto o homem como a mulher participam na reprodução dessa ‘ideologia colectiva’, com implicações para a discriminação da mulher, adquirindo particular importância a análise do relacionamento subjectivo da mulher com a sua categoria de pertença e do pensamento social que diferencia valorativamente o masculino e o feminino. A

³ Mas vale a pena recuar um pouco no tempo, aos finais do século XIX, para analisar algumas propostas teóricas no âmbito das questões de género que, desde essa época e até ao início dos anos 70 do século XX, destacam autores como Durkheim, Simmel, Burgess, Parsons e Goode. Outros contributos no âmbito das questões de género são de autores como Jean Kellerhals, Louis Roussel, François de Singly, Michel Bozon e Jean Claude Kaufmann (Torres, 2001b).

objectivação da diferença é assim partilhada por ambos os sexos. Mas, a partir do momento em que “a variável sexo é conceptualizada enquanto categoria social, o objecto de análise já não são as diferenças entre homens e mulheres, antes importa analisar o pensamento social sobre a diferenciação entre o masculino e o feminino, ou seja, a epistemologia do senso comum sobre os sexos” (Amâncio, 1994: 28). Importa, pois, dar visibilidade aos mecanismos de carácter ideológico que perpetuam a discriminação com base no género. Helena Carreiras (1997) reforça o carácter socialmente construído das categorias de género, acrescentando que cabe à sociologia analisar os processos, necessariamente relacionais, através dos quais se constroem as diferenças entre categorias de género e como tal pertencas identitárias, assim como as modalidades da sua configuração em contextos socio-históricos diferenciados. Pierre Bourdieu (1999) confere poder explicativo à diferença socialmente construída entre géneros, enraizando a dominação masculina, não apenas no plano simbólico, mas também no conjunto de condições objectivas que a alimentam. Tanto as estruturas objectivas como as disposições incorporadas naturalizam o mundo sexualmente hierarquizado, uma vez que, é o peso dos condicionamentos, que permanecem ao nível do inconsciente, que torna difícil a consciência da dominação por parte do dominado (Bourdieu, 1999).

Retomando as trajetórias sociais e a realização de projectos que aquelas integram, por parte das mulheres oriundas da Guiné-Bissau, estes “nunca poderão ser entendidos como uma sequência biográfica linear de acontecimentos, mas antes como uma interconexão de várias dinâmicas sociais, culturais e familiares” (Leandro, 2004: 117). Trata-se, portanto, de uma pesquisa no âmbito da elaboração e reelaboração dos projectos migratórios (da sua dinâmica), necessariamente acompanhada da dinâmica social e familiar⁴ que lhe está associada, uma vez que, quer as sociedades, quer a família, não sendo imutáveis, são elas próprias produtoras de modernidade (Leandro, 2004). Sendo a família, um espaço de construção de normas e de sentido, tanto do ponto de vista material como simbólico, é sobretudo nela e a partir dela que se interiorizam sistemas de valores e se elaboram estratégias capazes de induzir atitudes e práticas. Assim sendo, a família confere orientações às atitudes e aos comportamentos dos indivíduos, não sem considerar o contexto social envolvente, e como tal participa na dinâmica social (Leandro, 2004).

⁴ Para a contextualização teórica das questões da família ver Anália Cardoso Torres (2001b) e Martine Segalen (1999).

O papel da família, nos processos de tomada de decisão anteriores e posteriores ao processo migratório, adquire particular importância, sendo ela encarada como um todo em permanente interação com um contexto social, económico e político em constante mutação (Fonseca e outros, 2005). Mas, as trajetórias dos indivíduos, influenciadas por condicionantes sociais de ordem conjuntural e estrutural, não excluem a capacidade de intervenção daqueles pois “numa sociedade mais dinâmica, tanto do ponto de vista económico como cultural, o actor pode intervir mais na sua trajetória, pois o contexto envolvente, sendo mais aberto, proporciona-lhe um leque de maiores possibilidades e prováveis futuros” (Leandro, 2004: 102). Melhorar as condições de vida do próprio e/ou da família, proporcionar um futuro diferente aos filhos, formar uma família em condições diferentes da sua família de orientação ou adiar de projectos de retorno ao país de origem em função dos filhos, são algumas das motivações apontadas, pelos migrantes, e que revelam a necessidade dos indivíduos se projectarem no outro, neste caso na família, com o objectivo de legitimar as suas próprias opções de projecto. Iniciativas práticas de uns repercutem-se sobre os outros, imprimindo uma nova dinâmica aos projectos migratórios (Leandro, 2004). Tratam-se pois de estratégias que visam sustentar e melhorar a situação da família através da maximização dos rendimentos e da minimização do risco, estratégias essas flexíveis e dinâmicas que se transformam de acordo com as necessidades e os contextos (Fonseca e outros, 2005).

Assim, as mulheres oriundas da Guiné-Bissau negociam estrategicamente os seus projectos individuais com a família e os grupos de pertença, considerando a natureza dinâmica do seu campo de possibilidades (Velho, 1994), negociação essa que contribui significativamente para o seu processo de (re)construção identitária. Mas a análise do processo de (re)construção das identidades destas mulheres exige que se considerem, por um lado, as representações com que se constroem as identidades, ou seja, o que elas podem dizer sobre a sua identidade, e por outro, o que na prática elas fazem para a (re)construir. Porque as representações são construídas em contextos de interação específicos e porque implicam processos de selecção, elas são uma ‘deformação’ da realidade, razão pela qual devemos partir do princípio da não coincidência entre práticas e representações (Almeida, 1986).

As transformações vividas pelos indivíduos durante o ciclo migratório, para além de interferirem nas identidades, envolvem igualmente alterações nas formas de organização familiar como sendo a dimensão dos agregados, as taxas e as modalidades de casamento, o divórcio e os papéis e interações no seio da família (Machado, 2002). As famílias não são

blocos monolíticos dotados de vontade colectiva, elas são internamente fraccionadas, podendo gerar-se no seu seio lógicas contraditórias e tensões entre indivíduos (entre mulheres e homens ou entre mais velhos e mais novos) que as constituem ou a partir de objectivos e interesses divergentes. Ocorrem assim oposições e negociações, num permanente vai e vem de trocas e de valores (Wall, 1998). Os projectos individuais interagem com outros, no seio da família e dentro de um campo de possibilidades, podendo mesmo caracterizar-se por uma ruptura com aquela e fazer emergir um projecto pessoal de alguma singularidade.

2. DA GUINÉ-BISSAU A PORTUGAL

Portugal não deixou de ser um país de emigração, mas já é um país de imigração consolidada marcada pela diversidade de fluxos e protagonistas (Machado, 2002). Se Everett S. Lee define migrações tendo em conta o seu carácter espacial e temporal e Torsten Hägerstrand pressupõe a necessidade de atravessar uma fronteira administrativa, interna ou internacional, importa referir que ambas as definições carecem de referência a factores, não menos importantes, como o movimento, no espaço, entre sistemas de interacção proferido por Joseph Mangalam, e o abandono de um quadro social e a entrada noutra referido por S. N. Eisenstadt (Pires, 2003). Estas duas definições têm a vantagem de destacar a mobilidade espacial enquanto mobilidade entre espaços sociais. Na sequência do contributo de S. N. Eisenstadt usa-se “o termo ‘migração’ para delimitar um tipo particular de mobilidade espacial: entre sistemas sociais (...) como deslocação inter-sistemas de ordem que inclui processos de desintegração (na sociedade de partida) e de (re)integração (na sociedade de chegada) dos migrantes.” (Pires, 2003: 59).

As migrações internacionais, distinguem-se das migrações internas, por implicarem a travessia de uma fronteira entre estados nacionais e envolverem o estatuto de estrangeiro, situação que tende a corresponder a um estatuto de redução de direitos (Pires, 2003). O papel do Estado nos processos de produção e regulação das migrações internacionais e a sobrevalorização do papel dos mercados nesses mesmos processos, parecem ter obscurecido outros fluxos migratórios que não o das migrações laborais desqualificados, como os movimentos de refugiados e de mão-de-obra qualificada (Pires, 2003). Assim, importa distinguir as origens da migração nos planos decisional e funcional por parte dos migrantes, ou seja, as características dos fluxos migratórios, dos motivos daqueles que integram esses

fluxos e considerar as características socioeconómicas dos migrantes, uma vez que originam diferentes modos de inserção na sociedade de acolhimento (Pires, 2003). Considerando as migrações internacionais uma resposta à diversidade espacial, fruto do desenvolvimento económico desigual (Salt, 1987), importa perceber como decidem os migrantes emigrar e quais as funções asseguradas pela imigração.

As versões clássicas dos estudos sobre migrações eram dominadas pela ideia dos desequilíbrios sistémicos intra e inter sociedades, influenciando a decisão de melhorar as condições de vida daqueles que vivem em áreas mais desfavorecidas. O modelo de atracção-repulsão evidencia a existência do ‘homo economicus’, portador de uma racionalidade formal e universal, que maximizava as vantagens e os ganhos das oportunidades e minimizava os custos. A essência deste modelo ficou claramente definida num estudo de Ernest G. Ravenstein que considerou as migrações como um processo racional de tomadas de decisão que pressupõe um perfeito conhecimento do sistema (Jackson, 1991). Extraído da teoria económica clássica, e intimamente relacionado com a teoria do mercado de trabalho, este modelo realça os factores da oferta e da procura relativos ao fornecimento de mão-de-obra, ao mesmo tempo que, reduz as migrações ao resultado do cálculo entre factores de atracção e repulsão e deixa de lado as migrações que resultam de guerras, revoluções ou cataclismos climáticos, entre outros (Pires, 2003). Por outro lado, tendo em conta o persistente desenvolvimento desigual no mundo contemporâneo, que dizer da frequência e intensidade das migrações inferiores ao esperado no plano internacional? Fica igualmente por explicar a especialização social e espacial dos fluxos migratórios (Pires, 2003).

Assim sendo, “os actores decidem com informação, capacidade de processamento e aspirações limitadas, accionando os quadros de referência que são capazes de manipular com competências e recursos desiguais em função da sua posição social (racionalidade limitada) e, mesmo no domínio da acção racional instrumental, com base em considerações de sociabilidade diferenciadas em função das características da sua inserção na ordem interactiva (orientação social da acção) (...). No campo das motivações, os actores tendem a seleccionar opções que minimizem os factores de insegurança ontológica, factores esses também variáveis em função das diferentes territorializações dos quadros de interacção e das desiguais capacidades de controlo das consequências da decisão” (Pires, 2003: 67). Impõe-se assim que se diferenciem os potenciais migrantes em função das suas capacidades para construir

possibilidades de vida desiguais e se valorize o quadro de relações entre as sociedades implicadas nos fluxos migratórios.

Mas, se a decisão do migrante não é condição suficiente para a explicação dos fluxos migratórios, importa, por um lado, identificar em que condições externas se operam essas eventuais escolhas migratórias e, por outro, quando é que as expectativas de mobilidade se traduzem na selecção da migração. Se as teorias económicas do ‘laissez-faire’ levantaram algumas questões, como o grau de liberdade de escolha do indivíduo e a sua capacidade de percepção das oportunidades, as teorias do ‘sistema-mundo’ de Wallerstein vêm alargar ao campo de estudo das migrações, em particular internacionais, o estudo da explicação das dinâmicas de subdesenvolvimento, ao abrigo das teorias da dependência, enquanto consequência da expansão e do desenvolvimento desigual do capitalismo à escala mundial e orientado em função das necessidades dos centros do sistema-mundo (Pires, 2003). Quer se trate de uma perspectiva mais ligada à acção e como tal conferindo maior importância às determinantes da decisão e da motivação do lado do migrante, ou de uma perspectiva mais estruturalista e como tal dando maior ênfase a factores externos que modelam o mercado de trabalho e que limitam o perfeito conhecimento por parte dos migrantes ou geram enviesamento no processo de tomada de decisão, importa ter sempre em consideração o papel decisivo do indivíduo no seu próprio processo de mudança, encarando assim a migração como processo selectivo (Jackson, 1991)⁵.

2.1. Quadro Migratório na Guiné-Bissau

Considerando que o fluxo migratório, em direcção a Portugal, foi particularmente intenso entre meados dos anos 80 e meados dos anos 90, não se trata da primeira experiência migratória da população da Guiné-Bissau, sobretudo se considerarmos a emigração de manjacos e mancanhas para França em diferentes momentos do século XX (Machado, 2002). Fluxos migratórios que ligam o norte e o leste da Guiné-Bissau a países vizinhos como o Senegal e a Gâmbia (a emigração para França é um subproduto destes) envolveram e continuam a envolver contingentes populacionais numerosos. A economia rural com os seus baixos rendimentos, por um lado, e a longa tradição local de comércio transfronteiriço e o

⁵ Neste sentido alguns contributos se fizeram ouvir como Tourraine e Ragazzi que distinguiram escolha deliberada e escolha consciente, oportunidades e aspirações de mobilidade vertical. Também Wenholt e Taylor se basearam nas estruturas motivacionais para a análise dos fluxos migratórios (Jackson, 1991).

efeito combinado da pressão demográfica e de certas medidas políticas no tempo da administração colonial (pagamento de impostos sobre parcelas de terra arrendadas), por outro, estão na base daqueles fluxos migratórios (Machado, 2002). Igualmente a imposição de chefes aliados da administração colonial aos líderes locais resultou em emigração para o Senegal (Machado, 2002).

Outros fluxos, geralmente temporários e em direcção aos países limítrofes, se podem referenciar, como os jovens mandingas, fulas, manjacos e balantas operários agrícolas que, no fim da época das chuvas, se dirigem às zonas de cultura do amendoim no Senegal vindos de regiões como Oio, Bafatá e Gabu. Também o artesanato e o comércio levam fulas, mandingas, manjacos e papéis ao Senegal e à Gâmbia, assim como marabus (conhecidos na Guiné-Bissau por mouros) que trabalham como curandeiros e em práticas de adivinhação e magia. Por fim destacam-se as mulheres que acompanham os maridos em direcção a Dakar ou mesmo à Europa, as jovens felupes ou balantas que trabalham nos centros urbanos no Senegal como empregadas domésticas e as jovens fulas e mandingas que acompanham familiares que migram sazonalmente também para o Senegal. Sobre a situação actual destes fluxos pouco se sabe, mas o Senegal continua a ser o país onde está fixado o maior número de guineenses no estrangeiro (Machado, 2002).

Relativamente à emigração para Portugal, Fernando Luís Machado (2002) destaca dois processos desfasados no tempo: os guineenses de nacionalidade portuguesa e os imigrantes propriamente ditos. Se a chegada dos primeiros se deu, sobretudo, nos anos imediatamente a seguir à independência da Guiné-Bissau e até ao princípio da década de 80, o fluxo da imigração laboral propriamente dito começou a partir de meados da década de 80 e consolidou-se já na década de 90. Se, é verdade que há muitos manjacos e mancanhas entre os que mais vêm para Portugal, destacam-se hoje as pessoas de origens étnicas diversificadas dos sectores urbanos e escolarizados, ou seja, as camadas médias de Bissau. Importa, no entanto, considerar que tratando-se de um recrutamento maioritário, ele não é exclusivo. Distinguem-se assim aqueles que emigraram num contexto particular de transição política associado à independência da Guiné-Bissau e os imigrantes, propriamente ditos.

Crescimento populacional, taxas de fecundidade elevadas, êxodo rural, aumento populacional em Bissau e prolongada crise económica são alguns dos factores que actuam enquanto causa da pressão migratória. Uma vez que são as camadas médias urbanas escolarizadas e

assalariadas quem mais sofre directamente com os efeitos da progressiva crise económica, são elas igualmente quem emigra, uma vez que por um lado “a dependência do salário, como fonte exclusiva ou principal de rendimento, deixa-as expostas a um processo rápido de pauperização (...); por outro lado, sendo portadoras de recursos escolares e sistemas de disposições mais progressivos, é entre elas que mais provavelmente se formulam projectos de abandono do país, tanto mais quanto vêm frustradas expectativas de promoção social ou, pelo menos, de conservação do estatuto socioeconómico anteriormente conquistado” (Machado, 2002: 81). Podemos pois concluir que as “determinantes da emigração não radicam na pobreza ou nas diferenças absolutas de salários entre países receptores e emissores. Os mais pobres raramente emigram; fazem-no aqueles sectores de certos recursos mais afectados pela disparidade dentro do país de partida entre expectativas de vida modernas e os meios económicos para as alcançar” (Portes, 1999: 3).

No caso específico da Guiné-Bissau, verificou-se, no período pós-independência, em esforço de escolarização num contexto em que os discursos políticos e os valores culturais enfatizavam a importância da educação. Formou-se, assim, uma camada da população urbana, jovem e escolarizada, que se confronta com canais estreitos de prosseguir o seu trajecto escolar, uma vez que a oferta de ensino superior é recente, limitada e cobrindo apenas um leque restrito de áreas e as bolsas de estudo para o estrangeiros são inferiores ao número de interessados. Por outro lado, também o mercado de trabalho apresenta dificuldades em absorver essa mão-de-obra escolarizada e o Estado, principal empregador daquela, vive em prolongada crise financeira. A emigração surge pois como uma alternativa, e Portugal como um destino, dadas as afinidades culturais e linguísticas (Machado, 2002).

Se, por um lado, razões de ordem económica e política em Portugal favorecem a entrada de imigrantes, por outro lado, a formação de redes sociais de acolhimento também contribui para a chegada daqueles, ou seja, as “correntes migratórias em geral dirigem-se de países periféricos para aqueles países centrais com os quais possuem maiores vínculos históricos e que são normalmente responsáveis pela difusão de novos desejos e aspirações” (Portes, 1999: 3). Segundo uma lógica de proximidade histórica e linguística verificamos que guineenses se dirigem preferencialmente para Portugal, as populações da Costa do Marfim, do Benin, do Mali e do Togo para França e as da Nigéria e Serra Leoa para o Reino Unido, deslocações estas, por vezes, com passagens por países terceiros. Para além desta lógica, verificam-se igualmente outros percursos, razão pela qual se assinala a presença guineense noutros países

como Espanha, Holanda, Reino Unido, Suíça e Rússia. Verifica-se igualmente, excluídos os estudantes bolsheiros ou outros sem estatuto de migrantes, a diversificação de destinos, aqueles que referem Portugal como ponto de passagem, os que já em Portugal formaram a vontade de se deslocarem para outros países e, por fim, os que passam longos períodos a trabalhar noutros países.

2.2. Migrantes em Portugal

Uma mudança no padrão dos movimentos internacionais verificou-se em Portugal após 1974. Vários foram os factores como a retracção da emigração até meados dos anos 80, o retorno de emigrantes até aos anos 90, o repatriamento dos portugueses residentes nas ex-colónias e o crescimento dos fluxos migratórios⁶ (Pires, 2003). Um estudo recente (Pires, 2003) revela que a imigração africana, que se seguiu à descolonização, era relativamente invisível, quer para as autoridades políticas, quer para os cientistas sociais e Portugal era, sobretudo, considerado um país de emigração. Não raras vezes, imigração era sinónimo de emigração africana e africano era sinónimo de caboverdeano. Mas, a imigração africana era um processo mais vasto, heterogéneo e dinâmico. De acordo com os dados do XII Recenseamento Geral da População, 30% dos nacionais dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), residentes em Portugal em 1981, tinham imigrado antes de 1973, variando entre 14% da população angolana, 47% de Cabo Verde, 33% da Guiné-Bissau, 18% de Moçambique e 42% de São Tomé e Príncipe. 70% dos nacionais dos PALOP residentes em Portugal em 1981 tinham imigrado após 1974, variando entre 86% dos Angolanos, 54% dos caboverdeanos, 67% dos guineenses, 82% dos moçambicanos e 58% dos santomenses.

Se, as discrepâncias entre dados de diferentes fontes estatísticas⁷ ilustram as dificuldades em determinar o número de africanos em Portugal podemos, no entanto, distinguir uma ‘migração de refugiados’, composta maioritariamente por angolanos e secundariamente por moçambicanos (fruto de conflitos político-militares), e uma ‘migração laboral’ constituída sobretudo por caboverdeanos. No caso de São Tomé, domina a imigração laboral e no caso da Guiné-Bissau coexiste aquela com um subconjunto mais qualificado e de forte componente

⁶ A distinção entre o repatriamento dos portugueses residentes nas ex-colónias e o crescimento dos fluxos migratórios africanos foi politicamente construída, através da alteração da lei da nacionalidade, que condicionou as condições de integração do conjunto dos imigrantes que, desde então, se fixaram em Portugal, assim como dos seus descendentes (Pires, 2003).

⁷ Diferenças entre os dados dos Censos e as estatísticas do Serviço de Estrangeiros e Fronteira (SEF) (Pires, 2003).

estudantil (Pires, 2003). A década de 80 assiste a um esbatimento destas diferenças com o acentuar dos fluxos de trabalho⁸, suportados por redes entre a origem e o destino que viabilizaram a imigração (Pires, 2003). São os casos, por exemplo, das migrações originadas pelos conflitos político-militares em Angola (reatamento, em 1992, da guerra civil) e na Guiné-Bissau (golpe de Estado em 1998).

Os anos 80 e 90 assistem ao crescimento e à diversificação da população estrangeira e caracterizaram-se pela consolidação dos fluxos de origem africana e, simultaneamente, por uma diversificação das origens da população estrangeira com a reanimação da imigração europeia e a transformação e aceleração da imigração brasileira (Pires, 2003). Os africanos, entre 1980 e 1990, perdem peso relativo baixando de 48% para 42% da população estrangeira total, mas recuperam a sua importância nos anos 90 e atingem os 47% em 1999. Estas flutuações estatísticas devem-se sobretudo à existência de uma elevada percentagem de estrangeiros em situação ilegal, situação esta que só viria a ser parcialmente solucionada com os processos de regularização extraordinária de 1993 e 1996. No que diz respeito aos guineenses, assistimos a uma subida de 2% para 4% no primeiro período e novamente para 8% em 1999 (Pires, 2003). Se considerarmos o período entre 1990 e 1999, verificamos uma subida do número de estrangeiros em situação regular de 77%, em termos gerais, e de 96%, no caso dos PALOP, facto que se fica a dever à Guiné-Bissau com 255%, a Angola com 233% e a São Tomé e Príncipe com 136% (Pires, 2003). Ora, se em 1990 apenas figurava Cabo Verde entre os cinco principais países de origem da imigração, em 1999 Angola e Guiné-Bissau juntam-se a Cabo Verde (com a Guiné-Bissau em quarto lugar) (Pires, 2003). De acordo com o XII Recenseamento Geral da População, em 1981, a população oriunda da Guiné-Bissau era a mais pequena das populações oriundas dos PALOP (Machado, 2002) e entre 1991 e 2001, ainda segundo dados dos Censos, a Guiné-Bissau passa do 9º para o 4º lugar no total de estrangeiros residentes em Portugal (Valente Rosa e outros, 2004).

Estudo recente (Pires, 2003) revela que, em 1999, a maioria dos estrangeiros com autorização de residência residia na área metropolitana de Lisboa e o Algarve era a segunda região representada no país, padrão este que variava segundo a nacionalidade: os distritos de Lisboa e Setúbal eram os preferidos por aqueles que provinham dos PALOP, apesar de uma presença

⁸ Do ponto de vista funcional, não decisional, uma vez que o carácter restritivo da legislação portuguesa sobre asilo e da sua aplicação tem contribuído para, em Portugal, imigração económica viabilizar imigração de refugiados (Pires, 2003).

significativa de guineenses no distrito de Faro (16% em Faro e 66,8% em Lisboa), os europeus distribuíam-se de forma equilibrada entre Lisboa e Faro e as Américas apresentavam concentrações nas regiões que estiveram na origem da emigração portuguesa. Verificamos assim, imigração laboral proveniente dos PALOP concentrada em áreas urbanas com sectores em expansão da construção e obras públicas, técnicos e empresários, com forte presença na área do turismo, no que se refere aos europeus, sobretudo comunitários, e fluxos de retorno de imigração no caso do continente americano, sendo o caso específico da Guiné-Bissau com 81% de trabalhadores da indústria, construção e transportes (Pires, 2003). Ora, “a análise da composição social dos guineenses, em 1981, revela peso igual dos dois sexos, bastantes idosos e muitas crianças. Relativamente poucos activos, número elevado de estudantes e uma estrutura de classes onde predominavam as camadas médias. Se de população imigrante se podia falar nessa data, então era imigração qualificada (...). Hoje em dia, a composição social é totalmente diferente. Prevaecem os activos, de sexo masculino e jovens e a classe média é um sector diminuto dentro de uma população largamente proletarizada” (Machado, 2002: 84).

Se, os processos de aquisição de nacionalidade, por parte dos cidadãos da União Europeia, são marginais, destacam-se as naturalizações das pessoas oriundas dos PALOP e Brasil, indicando uma tendência para a fixação destes últimos⁹ (Pires, 2003). Importa reter que, os fluxos de ilegais têm um peso muito variado nas diferentes nacionalidades, facto este confirmado com a análise dos processos extraordinários de regularização de residência de 1993 e 1996 com Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau a liderarem a lista. Em 1996, por exemplo, Angola representou 26% dos pedidos de regularização, Cabo Verde 20% e a Guiné-Bissau 15% (Pires, 2003).

Nos finais de 2001, com a aplicação do novo regime de autorizações de permanência e a consequente regularização de um elevado número de estrangeiros, torna-se visível o crescimento acelerado da imigração nos últimos anos da década de 90, integrando, em grande número, nacionalidades ainda pouco representadas como sendo o Leste Europeu, nomeadamente Ucrânios, Romanos e Moldavos. Assiste-se igualmente à continuidade, embora com variações importantes, dos fluxos da imigração ilegal (mantiveram-se com contingentes significativos os fluxos ilegais de Cabo Verde, Angola e Guiné-Bissau), registou-se a aceleração dos fluxos asiáticos e observou-se um crescimento exponencial dos

⁹ Dados referentes a 1994 e 1996.

fluxos ilegais do Brasil. Verifica-se uma menor concentração geográfica na área metropolitana de Lisboa, facto que se deve principalmente à distribuição dos imigrantes do Leste Europeu, é uma maior diversificação dos sectores do mercado de trabalho marcada pela presença daqueles na agricultura e na indústria transformadora e por um crescimento da presença de brasileiros e chineses em actividades comerciais, da hotelaria e da restauração. O sector da construção foi, no entanto, aquele que suscitou maior procura de mão-de-obra estrangeira (Pires, 2003). Consequência desta mudança é a alteração das hierarquias das principais nacionalidades, em 2002, com a Ucrânia a formar o grupo mais numeroso e o Brasil em terceiro lugar. Seguiu-se um acordo bilateral, entre Portugal e o Brasil, assinado em 2003, que possibilitou a regularização de cidadãos brasileiros a residir em Portugal, tendo sido em 2004 alargada a possibilidade a outras nacionalidades. Recentes alterações ao regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território português e na lei da nacionalidade carecem ainda de análise relativamente aos seus impactos nos fluxos migratórios em Portugal¹⁰.

2.3. Mulheres Oriundas da Guiné-Bissau e Contexto da Sociedade de Acolhimento

Nas últimas décadas, o número de mulheres estrangeiras a residir em Portugal sofreu um forte aumento em número absoluto, tendo-se verificado um ligeiro aumento da sua representatividade no total dos migrantes nos últimos anos (Peixoto e outros, 2006). No caso específico dos países africanos “refira-se que, de 1991 para 2001, o reforço da masculinização desta população foi pouco importante, sendo o reagrupamento familiar um dos factores essenciais para a compreensão desta tímida evolução. Exceptuando Angola, em todas as outras nacionalidades africanas analisadas (Cabo-Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe) observou-se, inclusivamente, um reforço da representatividade feminina, por comparação à masculina” (Valente Rosa e outros, 2004: 56). Os dados do Censo de 2001 fornece-nos algumas informações no âmbito das características demográficas e sociográficas destas mulheres. Há, no entanto, que ter em consideração que falamos de mulheres estrangeiras, deixando de lado aquelas que ou mantiveram ou entretanto adquiriram a nacionalidade portuguesa e as que se encontram em situação irregular. Estudo recente (Peixoto e outros,

¹⁰ O Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto, e respectivas redacções posteriores, que definiu o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território português, foi alterado pela Lei 23/2007, de 4 de Julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional. A Lei Orgânica n.º 1/2004, de 15 de Janeiro e que constituiu a terceira alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de Outubro, foi novamente alterada com a Lei Orgânica n.º 2/2006, de 17 de Abril e constitui a mais recente alteração à Lei da Nacionalidade.

2006) revela que, de acordo com os dados do Censo de 2001, as mulheres guineenses representavam 5,4% no total das mulheres estrangeiras (43% dos PALOP, dos quais 16,2% para Angola, 14,8% para Cabo Verde, 4,2% para São Tomé e Príncipe e 2,4% para Moçambique).

O mesmo estudo revela, de acordo com o Censo de 2001, que a região de Lisboa e Vale do Tejo é o local de maior concentração, concretamente na Grande Lisboa e na Península de Setúbal, sendo este padrão mais forte nas mulheres oriundas dos PALOP, Guiné-Bissau incluída. Uma grande maioria destas mulheres está em idade activa (entre os 15 e os 64 anos de idade), sendo de destacar a Guiné-Bissau com a menor percentagem, de entre as mulheres oriundas dos PALOP¹¹, e a maior percentagem de população feminina estrangeira até aos 14 anos de idade. As mulheres casadas sem registo e as mulheres solteiras predominam na população feminina estrangeira dos PALOP com a Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe a encabeçar a lista. Se considerarmos apenas a população com mais de 15 anos, verifica-se que, as mulheres oriundas dos PALOP têm, em geral, um nível de qualificação académica baixo, com o predomínio do 1º e 2º ciclos do ensino básico completos. Verifica-se igualmente uma proporção elevada de mulheres sem qualquer qualificação académica concluída (comparadas com as mulheres brasileiras e as do leste europeu). Todos os países dos PALOP apresentam percentagens inferiores à média de mulheres sem qualquer qualificação académica, com excepção de Cabo Verde. A Guiné-Bissau mantém igual distribuição dos PALOP com percentagens muito próximas entre o 1º/2º ciclos e o 3º ciclo com 33,1% e 30,5% respectivamente.

A análise conjunta do nível de instrução e da estrutura etária permite-nos distinguir diferenças importantes, em termos de percurso académico, das diferentes gerações de mulheres, com as mais velhas oriundas dos PALOP com níveis de qualificação académica mais baixos. Relativamente às fontes de rendimento da população feminina estrangeira maior de 15 anos, podemos distinguir uma percentagem mais elevada de mulheres entre os 15 e os 24 anos oriundas dos PALOP a cargo da família e uma percentagem menor a viver de rendimentos do trabalho, quando comparadas com as oriundas do Brasil e da Europa de Leste. São, igualmente, as mulheres oriundas dos PALOP quem mais beneficia de apoios e subsídios do Estado, como o subsídio de desemprego, o rendimento mínimo garantido e outros. As

¹¹ Também por comparação com as mulheres brasileiras e as da Europa de Leste.

mulheres dos PALOP, com mais de 65 anos, destacam-se igualmente pela sua representatividade numérica e pela percentagem daquela que recebem pensões e estão a cargo da família.

Motivações de ordem económica, projecto migratório quase sempre familiar, inserção profissional no sector dos serviços domésticos experimentando uma clara mobilidade descendente relativamente às habilitações e qualificações de partida, baixas habilitações e qualificações, precariedade em termos de vínculo laboral, sobrecarga de horários de trabalho, situações de acumulação de vários empregos, quase inexistência de actividades de lazer e sociabilidades condicionadas pelo local de residência e pelo tempo de estadia são algumas das conclusões avançadas pelo estudo coordenado por João Peixoto (2006) que, apesar de não ter nenhuma mulher guineense na sua amostra, lança algumas pistas de reflexão.

O género ocupa um papel importante nos processos de construção identitária em contexto migratório, nomeadamente quando migração significa mudança no que diz respeito aos papéis de género, mas a invisibilidade das mulheres, no âmbito das migrações internacionais, na agenda das políticas internacionais permanece, apesar de estas representarem quase metade de todos os migrantes internacionais (AA.VV., 2006a). Ao mesmo tempo, que se confrontam com diferentes perspectivas sobre a condição feminina, que interferem na (re)construção da sua própria identidade e alteram práticas e representações, elas podem representar um papel importante na promoção da igualdade de género nos países de origem (AA.VV., 2006a). Mas, não só em contexto migratório se observam estratégias identitárias de mulheres com vista à mudança dos papéis de género. Porque o contexto da sociedade de acolhimento também interfere no processo de (re)construção identitária destas mulheres, uma vez que os referentes da sociedade de origem destas mulheres (em permanente transformação) entram em interacção com as novas redes de relações sociais em diversos contextos na sociedade de acolhimento e mudanças podem ocorrer. Importa, pois, perceber que mudanças se têm vindo a operar no caso português relativamente ao papel da mulher na sociedade.

Estudos recentes (AA.VV., 2006c; Valente Rosa e outros, 2004, AA.VV, 2006d) evidenciam as migrações como uma componente importante nas alterações verificadas na população, como a tendência para o envelhecimento da população e as quedas das taxas de fecundidade. Tendência para retardar a idade média ao primeiro casamento, acréscimo das famílias monoparentais compostas por pai com filhos, apesar de a grande maioria ser composta por

mãe com filhos, taxas de abandono escolar precoce mais elevadas nos homens, a par de maiores percentagens de conclusão do ensino superior nas mulheres, crescimento mais forte, nas mulheres, da taxa de actividade, um aumento das taxas de emprego das mulheres em todas as idades e predomínio das mulheres na assistência a menores, são algumas das recentes tendências (AA.VV., 2006c). Outras pesquisas (AA.VV., 2007a) revelam igualmente que as mulheres em Portugal adiam a maternidade e têm menos filhos, mas casam mais cedo do que os homens, aumentaram a sua participação no mercado de trabalho mas o desemprego continua a atingi-las mais do que aos homens e assistem a uma paridade no exercício das profissões mais qualificadas. Mas, a complexidade analítica dos processos de transformação social exige especial atenção nos seus contornos específicos, de modo a ter em consideração as possíveis discrepâncias entre o dizer e o fazer e simultaneamente entre os sinais de mudança da vida social, expressas na letra da lei, e as condições práticas do seu exercício (Torres, 2001b).

Se considerarmos o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho, verificamos que, já na década de 80 do século XX, algumas pesquisas tentavam demonstrar como “a debilidade económica e o carácter fortemente intervencionista do Estado, a grande fragmentação e rigidez da estrutura social e a grande flexibilidade evidenciada pelos agregados familiares na alocação dos recursos dos seus membros se conjugam na sociedade portuguesa, de molde a atenuarem a divisão sexual do trabalho e os efeitos da segregação sexual na estrutura do emprego” (Ferreira, 1993: 234). A taxa de actividade era, em 1987, inferior à dos homens e as mulheres tendiam a inserir-se nos sectores menos remunerativos do emprego, a ocuparem os postos de trabalho menos qualificados e a permanecerem neles durante mais tempo (Ferreira, 1993). Outra pesquisa (Silva, 1983), também da década de 80, refere os salários mais baixos das mulheres e o período de emprego mais curto. Taxas mais altas de desemprego de longa duração e maior dificuldade de encontrar o primeiro emprego (Guerreiro, 2000), a par de desigualdades salariais de género (Perista, 2004) e reprodução de estereótipos de género nas escolhas escolares e de formação (Fonseca, 2001), que conduzem as mulheres para sectores de actividade predominantemente femininos. Acrescem obstáculos à chegada aos lugares de topo nas hierarquias organizacionais (Amâncio, 1994) e uma sub-representação nas classes dirigente, empresarial e independente (Machado e Costa, 1998; Guerreiro e Abrantes, 2004).

Admitindo que a entrada generalizada das mulheres no mercado de trabalho (Costa e outros, 2000) e sua relação privilegiada com o sistema de ensino (Abrantes, 2003), e como tal que o esbatimento das discriminações de género, esteja associada à emergência de novos modelos familiares, ao desejo de conciliação entre trabalho e família (Torres e Silva, 1998) e, no plano ideológico, dos mesmos direitos e responsabilidades entre os cônjuges (Torres, 1996b), ora vejamos que mudanças estiveram na sua origem no caso português. Discursos que evidenciam preocupação com a ‘crise na família’, revelam uma representação desta enquanto padrão único, por vezes mais idealizado que realista, e ignoram que mudanças familiares acompanham as transformações que se operam na sociedade e, do mesmo modo, que, ao perfil de uma determinada sociedade, está associada uma configuração familiar específica (Guerreiro, 2001). Importa, no entanto, reter que a diversidade é o único tributo que caracteriza a família (Guerreiro, 2001) e que as estruturas domésticas evoluem de forma particularmente lenta e, por isso, a leitura da sua mudança só é possível ao longo de várias décadas (Wall, 2003).

Sofrendo o impacto da modernização da sociedade portuguesa, a vida familiar regista algumas mudanças assinaláveis, como a diminuição da dimensão média da família e o aumento dos agregados de pessoas sós ou o decréscimo dos agregados numerosos e das famílias complexas, assim como, como reflexo provável da descida e adiamento da fecundidade, do aumento do divórcio e do envelhecimento populacional, a diminuição das famílias de casal com filhos e o aumento das de casal sem filhos e as monoparentais (Aboim, 2003). Mas, se a questão das estruturas domésticas tem perdido terreno para a questão dos afectos, das interações conjugais, dos papéis de género, do lugar das crianças, ela não deixou de ser importante campo de análise das mudanças na vida familiar (Wall, 2003). O principal desafio é o de chamar a atenção para o facto de Portugal apresentar tempos tardios e características específicas, em comparação com a Europa do Norte, por exemplo (Wall, 2003).

As tendências actuais, a acrescentar às anteriormente mencionadas, são pois mutações nos papéis femininos e masculinos, novos valores familiares, taxas mais elevadas de segundos casamentos, aumento da coabitação, descida da fecundidade e aumento da esperança média de vida, maior autonomia dos indivíduos e dos casais em relação aos laços de parentesco (Wall, 2003) e novas configurações familiares (Guerreiro, 2001). No que se refere especificamente à descida da fecundidade, importa contextualizar o fenómeno num cenário mais amplo de comportamentos familiares como a sexualidade, a conjugalidade e a procriação (Almeida e

outros, 2002; Guerreiro, 2001). A análise da conjugalidade, ao longo de dois momentos censitários (1991 e 2001), permite ainda acrescentar que, factores como a presença ou a ausência de filhos, a idade, a instrução, a inserção ocupacional e profissional e diferenciações regionais, exercem um forte impacto nas configurações conjugais (Ferreira, 2003).

Mudanças nas práticas e concepções da vida familiar, aumento das margens de autonomia e liberdade individual no plano da vida privada, perspectivas mais democráticas e negociadas na relação entre pais e filhos, diferentes formas de encarar a sexualidade e a relação com o corpo, uso generalizado da contracepção, dissociação entre procriação e sexualidade, novas estratégias de fecundidade das famílias, generalização do trabalho feminino fora de casa, transformações nas formas de encarar o casamento, valorização do bem-estar individual e transferência para a vida privada da ideia de igualdade de oportunidades e de maior autonomia e liberdade pessoal, livre escolha do cônjuge, desinstitucionalização e laicização do casamento, valorização das relações afectivas são algumas das mudanças observadas na família (Torres, 1999; Torres, 2002a). É, pois, no plano dos valores e concepções mais globais sobre o papel da mulher, a sexualidade e a conjugalidade que se verificam as transformações mais significativas. Transformações nas práticas e no direito estão associadas a outras no plano dos valores como a abertura, a negociação e o diálogo (Guerreiro, 2001). Mas, a diversidade de autonomias, construídas na conjugalidade, a que assistimos não são imunes às tendências de classe que actuam sobre as interações no seio da família (Aboim, 2006; Aboim e Wall, 2002).

3. PERCURSOS MIGRATÓRIOS E INSERÇÃO SOCIAL NO FEMININO

Como se inscrevem as mulheres oriundas da Guiné-Bissau na sociedade portuguesa é o que se pretende analisar neste capítulo. Se, por um lado, se verificam elementos de diferenciação interna na sociedade de origem, por outro lado, não se deverá partir do pressuposto da ideia de homogeneidade (Sayad, 1977) da imigração em Portugal. Podemos identificar importantes factores de diferenciação interna com base no estatuto sociojurídico, em diferenças étnicas e de classe e conseqüente diferenciação de percursos migratórios e modalidades de inserção na sociedade de acolhimento. Porque os migrantes são referenciados não apenas a uma sociedade, a análise da sua origem étnica e social e do seu percurso migratório é muito importante. Assim, a reconstituição das suas trajectórias permite perceber “o sistema

completo de determinações que, tendo agido antes da emigração e continuando a agir, de forma modificada, durante a imigração, conduziram o emigrante ao ponto de chegada actual” (Sayad, 1977: 60). Tal, não ignora que, com o prolongamento do tempo de residência, as condicionantes de partida tendem a atenuar-se.

3.1. Origem Étnica e Social

Um estudo de Fernando Luís Machado (2002) revela que, em termos genéricos, uma larga maioria, da população oriunda da Guiné-Bissau residente em Portugal, é proveniente da região de Bissau e pertence às camadas mais escolarizadas e bem colocadas profissionalmente, ou seja, “à partida, os emigrantes, sendo geralmente oriundos de grupos de condição social modesta, não são os mais miseráveis, até porque, e/imigrando, lutam contra o conformismo, procuram romper com a sua situação social, de algum modo até com alguma inércia social, e auguram, em terras estrangeiras, novos possíveis para si e para os seus familiares” (Leandro, 2004: 109). Tal, não exclui o incremento recente da população proveniente de zonas rurais do interior do país (Machado, 2002).

[Quadro 2] Origem dos pais e mães, naturalidade e local de residência das entrevistadas antes da vinda para Portugal

<u>Nome</u>	<u>Origem da mãe**</u>	<u>Origem do pai**</u>	<u>Naturalidade da própria</u>	<u>Último local de residência</u>
Antónia	Cacine (Tombali)	De origem guineense, nascido no Senegal	Bolama	Cacheu, Bissau e outros locais
Isabel	Calequisse (Cacheu)	Calequisse (Cacheu)	Calequisse (Cacheu)	Canchungo (Cacheu) e Bissau
Lúcia	Cacheu	Cabo Verde	Farim (Oio)	Bafatá e Bissau
Ndira	Mânsoa (Oio)	Mânsoa (Oio)	Bissau	Bissau
Guilhermina	Bissau	Bolama	Bissau	Bissau
Fátima	Bissau	Bissau	Bissau	Bissau
Georgina	Canchungo (Cacheu)	Canchungo (Cacheu)	Canchungo (Cacheu)	Bissau
Paula	Origem caboverdeana e senegalesa, nascida em Farim (Oio)	Cabo Verde	Bolama	Bissau, Cabo Verde, Estados Unidos e Holanda
Inês	Bissau	Origem portuguesa e guineense, nascido em Bolama	Bambadinca (Bafatá)	Bissau
Mariama	Bissau	Bissau	Bissau	Bissau
Nafanta	Pirada (Gabu)	Quebo (Tombali)	Pirada (Gabu)	Bissau
Rute	De origem caboverdeana, nascida em Cacheu	Cabo Verde	Bissau*	Bissau

* Apesar de ter nascido em Bissau, os pais residiam na altura em Bijagós e a mãe deslocou-se propositadamente a Bissau para o nascimento da filha.

** Bafatá, Biombo, Bissau, Bolama, Cacheu, Gabu, Oio, Quinara e Tombali são as regiões que constituem a Guiné-Bissau.

Conforme podemos verificar no quadro 2, quatro mães das entrevistadas nasceram em Bissau e apenas dois pais aí nasceram, sendo que estes têm mais outras origens (em termos de local de nascimento e origem dos ascendentes) e nasceram mais fora da Guiné-Bissau (nenhuma das mães das entrevistadas nasceu fora da Guiné-Bissau). De destacar que, Rute, Inês e Paula, as três mulheres que vieram para Portugal há mais tempo, têm todas outras origens para além da guineense. Inês, a única entrevistada que manteve a nacionalidade portuguesa aquando do processo de independência da Guiné-Bissau, é igualmente a única que tem um ascendente português. Considerando os locais de nascimento dos pais e das mães das entrevistadas e o facto de, apenas quatro destas terem nascido em Bissau, apesar de todas elas terem aí residido antes da vinda para Portugal, podemos confirmar que, em muitos casos, a emigração para Portugal foi precedida de migração interna campo-cidade, facto que confirma o êxodo rural a que se tem assistido na Guiné-Bissau e consequente aumento populacional em Bissau (Machado, 2002). O prosseguimento dos estudos e o projecto em família foram as razões invocadas pelas entrevistadas para a migração interna em direcção a Bissau. Depois de Bissau destacam-se as regiões de Cacheu, zona por excelência das etnias manjaca e mancanha, e as regiões de Bafatá e Gabu, regiões maioritariamente habitadas por muçulmanos das etnias fula e mandinga, como regiões de proveniência mais representadas em Portugal (Machado, 2002).

A confirmar os resultados das entrevistas, o estudo de Fernando Luís Machado (2002) revela que as mulheres são mais de extracção urbana do que os homens, ou seja, nasceram mais em Bissau e residem mais aí antes da emigração, facto que revela “um perfil de mulher migrante ainda mais contrastante com a sociedade de origem do que o dos homens” (Machado, 2002: 105). Nascimento e residência em Bissau, especialmente quando acumulados, significam um segmento da sociedade guineense que viveu de forma mais directa a articulação entre a cultura portuguesa e as sociedades e culturas africanas autóctones, facto que se traduz nalgum grau de miscigenação interétnica e inter-racial, melhor domínio da língua portuguesa, inserção em estruturas familiares mais europeizadas e maior matriz católica. É a chamada sociedade crioula (Ribeiro, 1986).

Se a Guiné-Bissau revela níveis de alfabetização e frequência do sistema de ensino baixos há, no recrutamento dos migrantes, para além da extracção urbana previamente referida, uma selecção nos círculos escolarmente mais qualificados e mais ainda no caso das mulheres (Machado, 2002). A análise do quadro 3 mostra-nos que, o conjunto das entrevistadas

apresenta maioritariamente, à chegada a Portugal, níveis de escolaridade acima do 9º ano, com excepção feita a duas mulheres. Diferenças com base no género, na idade e no estatuto sociojurídico, marcam perfis de escolarização diferenciados, fruto da expansão do sistema de ensino no período pós-independência e de um contexto de menor discriminação das mulheres no acesso à escola (Machado, 2002). As duas mulheres entrevistadas que são, simultaneamente, as mais velhas e as que saíram há mais tempo da Guiné-Bissau, apresentam perfis de escolarização devidamente contextualizados na sua época. Inês, 70 anos e ascendentes portugueses (pai nascido em Bolama mas com nacionalidade portuguesa, mantida aquando do processo de independência da Guiné-Bissau, e frequência universitária em Portugal, e mãe nascida em Bissau), aos 14 anos foi enviada pelo pai para estudar em Portugal o que, se tivermos como referência os níveis de alfabetização e de frequência do sistema de ensino na Guiné-Bissau, nos permite concluir que Inês pertence a uma ‘elite da sociedade guineense’. Acresce o facto de Inês ser a única mulher que preservou a nacionalidade portuguesa aquando do processo de independência da Guiné-Bissau. Mas, as saudades da família, como a própria refere, levaram-na de regresso à Guiné-Bissau sem completar os estudos a que o seu pai a tinha proposto. Paula, 72 anos e ascendentes de Cabo Verde e Senegal e de um ex-governador da Guiné-Bissau (mãe doméstica e pai funcionário da administração pública guineense e com frequência universitária), nasceu e viveu sempre em Bolama até se mudar para Bissau, na altura já casada e com filhos, não tendo prosseguido os estudos pois tal exigiria a mudança para Bissau.

“O meu pai mandou-me vir estudar, mas eu depois, é aquela coisa, era única filha. (...) De modo que, eu tinha muitas saudades dos meus pais, era a miúda mimosa, muito querida. De modo que, tinha saudades, queria lá saber de estudar (risos). Preferia ir estudar lá junto deles, de modo que fui. Regressei. Ele mandou-me buscar, depois quis voltar outra vez e ele disse ‘Julgas que é assim? Não, agora já perdeste’” (Inês, 70 anos, 27 anos de residência em Portugal, 9º ano de escolaridade).

“Eu estudei em Bolama. Bolama não tinha liceu. Liceu na altura, até agora, só em Bissau. (...) Depois de 4ª classe, o estudo lá era para ir para enfermagem, mais nada, ou então ir para liceu lá em Bissau, mas eu, enfermagem, não gosto. (...) Eu gostava, só que não tinha possibilidade” (Paula, 72 anos, 23 anos de residência em Portugal, 4ª classe).

[Quadro 3] Condição perante o trabalho e nível de escolaridade das entrevistadas antes da vinda para Portugal

Nome	Condição perante o trabalho antes da vinda	Nível de escolaridade antes da vinda*
Antónia	Exercia profissão	12º ano e especialização em Cuba
Isabel	Exercia profissão	9º ano e curso técnico em Biologia
Lúcia	Exercia profissão	9º ano
Ndira	Doméstica	9º ano
Guilhermina	Exercia profissão	12º ano e curso de estenografia e organização de arquivo em Portugal (1977)
Fátima	Doméstica (nunca trabalhou)	6º ano
Georgina	Estudante	Frequência do 2º ano do curso de direito
Paula	Doméstica (nunca trabalhou)	4ª classe
Inês	Exercia profissão	9º ano
Mariama	Estudante (nunca trabalhou)	9º ano
Nafanta	Exercia profissão	9º ano e curso de secretariado
Rute	Trabalhadora-estudante	12º ano

* As durações dos vários graus de ensino e as suas designações na Guiné-Bissau são semelhantes a Portugal, à excepção do segmento do ensino secundário que na Guiné-Bissau termina no 11º ano.

Se, nos retivermos agora sobre a condição perante o trabalho, a primeira constatação vai para seis mulheres que exerciam uma profissão, duas que eram estudantes, uma trabalhadora-estudante e nenhuma desempregada, na altura da decisão de emigrar. Ora, não é só por haver condições sociais, económicas e políticas na origem e no destino que favoreçam as migrações, que elas ocorrem, uma vez que interferem factores da tomada de decisão onde as motivações e os recursos dos potenciais migrantes desempenham um papel fundamental (Jackson, 1991). As mulheres guineenses (Machado, 2002) apresentam taxas de actividade mais baixas, são, em maior número, estudantes, por comparação com os homens e, com a migração, experimentam, sobretudo, a transição escola-mercado de trabalho, e os homens mudança de estatuto profissional. Do conjunto das seis entrevistadas, que exerciam uma profissão (ajudantes de enfermagem, professoras e secretárias) no momento da decisão de emigrar, apenas uma não pertencia aos quadros técnicos da administração pública e a trabalhadora-estudante exercia funções de secretariado no Programa Alimentar Mundial, facto que confirma o recrutamento selectivo dos migrantes nas camadas profissionalmente mais qualificadas (Machado, 2002). O caso das domésticas apresenta um aspecto em comum, é que, nos três casos identificados, as mulheres referem a oposição do marido face ao exercício de uma profissão por parte daquelas.

“Depois que casei, meu marido não gostou que eu ficasse a trabalhar. (...) Não sei, tem uma cabeça... Deixei de estudar, deixei de trabalhar, só em casa” (Ndira, 32 anos, 9 anos de residência em Portugal, 9º ano).

Na origem verifica-se o peso relativo das classes médias urbanas assalariadas, o baixíssimo número de camponeses e assalariados agrícolas, a não presença de empresários ou dirigentes, a percentagem considerável de trabalhadores independentes e o número não negligenciável de operários e distinguem-se factores de diferenciação interna com base no estatuto sociojurídico e no género quer em termos de profissão exercida, quer em termos de entidade empregadora, uma vez que eram as mulheres que mais trabalhavam na administração pública (Machado, 2002), factores estes, que interferem na continuidade ou não do estatuto profissional que os migrantes detinham na origem, aquando da decisão de emigrar. Mas, também a família de origem constitui elemento de diferenciação interna entre os migrantes que, apesar da tendência para a sua atenuação ainda durante o trajecto na Guiné-Bissau, se volta a manifestar já no país de acolhimento.

Se considerarmos os exemplos de Paula, Rute, Inês e Georgina, as três primeiras com ascendentes que frequentaram o ensino superior e integravam a administração pública guineense e a última cujo pai era régulo, portanto as quatro representavam uma ‘elite’ na origem, verificamos que, apesar de se atenuarem as diferenças em termos de escolarização entre estas e as restantes entrevistadas, esta atenuação desvanece-se para dar lugar a uma condição socioeconómica em Portugal marcadamente diferenciada ‘para cima’ das restantes entrevistadas. Última nota a reter, é o carácter selectivo da emigração ser ainda maior no caso das mulheres, em termos de capital escolar e de profissão desempenhada, uma vez que, efeitos de subordinação social das mulheres na origem, exigem um suplemento de competências e recursos que compense, no momento da tomada de decisão, aquele défice (Machado, 2002).

Perante a pergunta, necessariamente aberta, sobre a identidade étnica das entrevistadas, as reacções foram diversificadas, entre as que não atribuíram significado às filiações étnicas, as que o fizeram de forma indirecta e através dos progenitores ou mesmo enquanto herança dos pais e as que, por último, referiram outras autodefinições. São mais de vinte as etnias na Guiné-Bissau, por ordem decrescente de dimensão, os balantas que são animistas distribuídos pelo centro e sul do país e tradicionalmente dedicados ao cultivo do arroz, os fulas e os mandingas, etnias muçulmanas essencialmente concentrados nas zonas do interior norte e leste junto à fronteira com o Senegal e a Guiné Conacri e que incluem agricultores, criadores de gado, artesãos e comerciantes, os manjacos e os papéis, ambos do litoral, os primeiros

animistas e predominantemente agricultores e os segundos concentrados na região de Bissau e como tal mais incorporados na cultura portuguesa (Machado, 2002).

Relativamente à religião são, na sua maioria, animistas e, por ordem decrescente, muçulmanos e católicos. Grande parte dos grupos étnicos tem a sua própria língua, sendo o crioulo o veículo com maior expressão nacional e só depois o português. O crioulo, oficialmente marginalizado ou desvalorizado, em detrimento do português, durante a época colonial, foi reabilitado depois da independência e o português não encontra tradução generalizada na vida quotidiana da grande maioria dos guineenses, apesar do seu estatuto nas relações com o exterior e internamente em espaços institucionais como a escola (Machado, 2002). Mas, falar de identidades, é falar de mudanças, circunstâncias históricas e contextos de acção. Filiações étnicas e filiações religiosas não encontram, nos grupos, fronteiras bem definidas e imutáveis. O próprio uso do crioulo deve ser tido em conta quando nos deparamos com concepções essencialistas das filiações étnicas na Guiné-Bissau.

[Quadro 4] Origem étnica das mães e dos pais das entrevistadas e auto-identificação étnica

<u>Nome</u>	<u>Origem étnica da mãe</u>	<u>Origem étnica do pai</u>	<u>Auto-identificação étnica</u>
Antónia	Manjaca e Papel	Ascendência da Guiné-Bissau nascido no Senegal – Papel	Papel
Isabel	*	*	Manjaca
Lúcia	Manjaca	Caboverdeano	Manjaca
Ndira	Fula e Balanta	Balanta	Misturas entre Etnias
Guilhermina	Mancanha	Mancanha	Mancanha
Fátima	*	*	Papel
Georgina	Manjaca	Manjaca	Manjaca
Paula	Ascendência de Cabo Verde e Senegal	Caboverdeano	---
Inês	Papel	Ascendência de Portugal e Guiné-Bissau - Papel	---
Mariama	Fula	Fula	Fula
Nafanta	Fula	Fula	Fula
Rute	Ascendência de Cabo Verde	Caboverdeano	---

* Não se obteve resposta.

Da análise das respostas, expostas no quadro 4, das entrevistadas à pergunta sobre a sua identidade étnica, concluímos que as filiações destas mulheres estão longe de reproduzir, em termos proporcionais, a diferenciação étnica na Guiné-Bissau. Estamos, pois, mais uma vez perante o carácter selectivo da emigração. Destacam-se as três mulheres (Inês, Paula e Rute) que não atribuem significado às filiações étnicas e que, simultaneamente, têm ascendentes de outros países que não a Guiné-Bissau e de lá saíram há mais anos. Por exemplo Rute, com

ascendentes de Cabo Verde, refere uma multiplicidade de pertenças fruto da origem dos pais, da sua nacionalidade, da sua socialização e da sua identidade religiosa, assim como Guilhermina e Inês que referem a nacionalidade portuguesa como factor determinante e Mariama a sua filiação religiosa. Igualmente o factor língua aparece enquanto elemento importante na definição das identidades destas mulheres.

“A educação que me deram foi a educação que os meus pais tinham, caboverdeana mesclado de tudo o que a Guiné tem e que eu bebi e que fazem parte da minha formação. Os meus colegas e os amigos, a escola, portanto, digamos que era uma mescla de caboverdeana e guineense. (...) Admito que possa estar um pouco distanciada daquilo que é a cultural guineense actual, mas não é muito diferente daquilo que era a cultura guineense quando eu saí da Guiné. (...) Os portugueses criaram uma certa elite com determinado grupo na Guiné, em que as pessoas davam muito valor à educação, à postura, ao respeito pelos mais velhos, pelas pessoas em geral. E a parte religiosa em mim, a educação religiosa alargou-me esse âmbito de respeito pelo próximo (...) Gastronómico, musical, de clima, de cheiros, de cores. Eu penso que é uma mais valia a todos os níveis porque é tão diferente, tem coisas tão boas que só pode ser uma mais valia a pessoa a gostar de uma coisa e outra. Eu consigo gostar muito de estar em Portugal e gostar de muitas coisas portuguesas tal e qual como gosto das coisas guineenses. (...) Eu depois de ter estado em Angola e Cabo Verde eu penso que é mesmo uma identidade africana. Eu preciso do calor, da humidade, da poeira, dos cheiros das ruas e preciso disso. Eu quando estou em África eu acho que eu sou outra pessoa” (Rute, 50 anos, 29 anos de residência em Portugal, licenciada).

“Sim, eu sou fula. Então, se os meus pais são eu também sou. E também sou religiosa. Muçulmana. (...) É importante porque é assim, foi uma educação que eu recebi. Sempre vi os meus pais, foram sempre religiosos e eu aprendi isso” (Mariama, 31 anos, 15 anos de residência em Portugal, 9º ano).

“Eu ensino a bandeira portuguesa, eu fui professora. Quando eu era menina dediquei a minha vida sempre a ser professora. Eu fui professora há 22 anos de ensino primário (...) eu optei mesmo para portuguesa, porque é um língua que eu amo, amo até morte. Então, nesse caso, depois que eu vim para cá, que eu fiquei boa, resolvi ficar aqui. Por isso que eu amo língua oficial portuguesa, tem sido a minha vida, eu amo a terra portuguesa” (Lúcia, 58 anos, 16 anos de residência em Portugal, 9º ano).

Se as misturas endógenas revelam uma dinâmica histórica de mobilidade da população guineense no interior do seu território, as misturas exógenas são fruto da história de fluxos migratórios internacionais e da própria história do país. Se, quando falamos de misturas endógenas, falamos essencialmente da etnia papel, já, no caso das misturas com não guineenses, falamos sobretudo de Cabo Verde e, em menor escala, de Portugal ou mesmo do Senegal (Machado, 2002). O caso de Cabo Verde tem sobretudo a ver com o facto de, no tempo colonial, os lugares de autoridade do aparelho administrativo colonial serem muitas vezes ocupados por caboverdeanos. Já, no que se refere a Portugal, tem a ver com o tempo colonial e o Senegal com a emigração transfronteiriça. Ndira, cujos pais são uma mistura entre várias etnias, identifica-se igualmente como uma mistura de etnias, Lúcia refere misturas endógenas e exógenas, ao passo que Antónia prefere optar pela etnia que pai e mãe têm em comum.

“São mestiças. Na minha terra tem várias, muitas etnias. (...) De maneira que eu veio de umas etnia mestiça, mistura” (Ndira, 32 anos, 9 anos de residência em Portugal, 9º ano).

“Porque o meu pai tem parte de papel e a minha mãe também tem parte de papel, então identifico-me com papel” (Antónia, 60 anos, 17 anos de residência em Portugal, 12º ano).

“É manjaca. Eu adoro manjaco. O meu pai é imigrante de Cabo Verde, a minha mãe é manjaca de Cacheu. Marido? O pai é alemão, é um senhor chamado Eduardo. A mãe é balanta, é do sul, boca preta, preta, preta, lábios preta (risos). Manjaca? Porque é a origem da minha mãe, tenho orgulho, sim, ser manjaca e ser guineense puro. Mas há uma coisa... portuguesa, sou portuguesa. Não sei, se eles não me dão a nacionalidade, eu não sei o que é que eu faço”. (Lúcia, 58 anos, 16 anos de residência em Portugal, 9º ano)

Podemos concluir que as identidades étnicas não são lineares nem estáticas se considerarmos, por exemplo, o factor nacionalidade quer enquanto referente identitário, quer pelo seu papel na definição das identidades, como é o caso dos processos de naturalização, ou mesmo a religião. São as três entrevistadas (Rute, Paula e Inês), com condição económica mais favorável em Portugal e que saíram há mais anos do país de origem que, simultaneamente, não atribuíram significado às filiações étnicas ou, no caso de Rute, referem uma multiplicidade de pertenças. Georgina, igualmente de condição económica mais favorável, é a

única que identifica a sua filiação étnica, não sendo por acaso o facto de ser manjaca, uma vez que a saliência das identidades étnicas também constitui factor de diferenciação interna com fulas, manjacos e mancanhas de um lado e crioulos de outro (Machado, 2002). Se, se verifica uma tendência para identificações étnicas mais fracas, entre migrantes com estatutos sociais mais altos na Guiné-Bissau, o mesmo se verifica para estatutos sociais mais altos já na sociedade de acolhimento. O esbatimento da etnia, enquanto referência identitária, verifica-se na ‘sociedade crioula’ e associada ao perfil social mais favorecido assim como à escolaridade, à origem rural ou urbana e ao estatuto da situação profissional (Machado, 2002).

Último aspecto importante a referir são as razões inerentes à decisão de aquisição da nacionalidade portuguesa. Maior facilidade de inserção no mercado de trabalho, acesso privilegiado a serviços, anulação dos impedimentos burocráticos para viajar num conjunto alargado de países, nomadamente na Europa comunitária, fim às dificuldades inerentes às sucessivas renovações de vistos, afinidades históricas e linguísticas ou simplesmente porque é em Portugal que actualmente têm a sua vida, são os motivos apresentados pelas mulheres oriundas da Guiné-Bissau. Inês foi a única, de entre o conjunto das entrevistadas, que manteve a nacionalidade portuguesa aquando do processo de independência da Guiné-Bissau como forma a garantir a pensão de reforma do estado português.

“Porque estamos cá, e o meu marido é filho dos portugueses” (Paula, 72 anos, 23 anos de residência em Portugal, 4ª classe).

“Pedi a naturalização porque estou aqui, a viver aqui, a fazer a minha vida toda aqui agora. Pelos vistos também a Guiné não é para agora” (Nafanta, 29 anos, 10 anos de residência em Portugal, 9º ano).

“Agora sou portuguesa. Sou guineense... fui, não é? (...) O meu filho estava a treinar também aí na Damaia (...) deram a desculpa de que já não podia entrar ele, porque é estrangeiro. Recebem sempre um número limitado de estrangeiros. Se fosse nacional, dava jeito. E ele veio e disse-me, e contou-me. Isso tudo fez com que eu querer a nacionalidade, para ele puder ter também e ele gosta muito de futebol. (...) Até ali na biblioteca da Amadora quando, em 90, quando eu fazer o estágio (...) A Dr.ª dizia-me assim ‘Olhe, se fosse portuguesa encontrava cá uma vaga para trabalhar, é muita pena’” (Guilhermina, 48 anos, 18 anos de residência em Portugal, 12º ano).

De destacar o carácter socialmente selectivo da emigração guineense em termos de origem social, trajecto e anterior condição de classe, mais marcado no caso das mulheres (Machado, 2002).

3.2. Decisão de Emigrar e Acolhimento em Portugal

Sendo a migração um processo social complexo e dinâmico, há que considerar a influência das estruturas das sociedades de origem, as circunstâncias históricas e as redes estabelecidas com outros migrantes já estabelecidos nas sociedades de acolhimento, no processo de tomada de decisão.

Um estudo de Fernando Luís Machado (2002) considera que as composições dos fluxos migratórios oriundos da Guiné-Bissau diferenciam-se entre si de acordo com os calendários migratórios, ou seja, tempos de chegada diferentes significam perfis de migrantes distintos. Considerando 1985, o marco de referência de consolidação dos fluxos de migrantes laborais, podemos constatar que uma percentagem elevada daqueles que mantiveram a posse da nacionalidade portuguesa, resultante da existência de ascendentes portugueses ou do vínculo ao Estado português no tempo colonial, chegaram a Portugal antes dessa data (Machado, 2002), como é o caso de Inês que chegou a Portugal em 1980, mas já tinha estado em Portugal anteriormente. De todas as entrevistadas, as que chegaram a Portugal antes de 1985 têm laços familiares com portugueses, como é o caso de Rute que tem um ascendente português, o seu pai de origem guineense que manteve a nacionalidade portuguesa após a independência da Guiné-Bissau, e Paula (saiu da Guiné-Bissau em 1976 tendo tido outras experiências migratórias internacionais antes da fixação em Portugal), casada com um português, nascido em Cabo Verde e com ascendentes portugueses. Tempos de residência constituem factor de diferenciação interna interferindo nos processos de (re)construção identitária destas mulheres.

“Desde sempre, porque lá já era e depois, quando vim fazer a minha reforma, eu continuei a optar por isso. Mantive porque, claro, também o meu avô era português. (...) Sim, para poder ter a minha reforma (risos), porque trabalhei com os portugueses na Guiné-Bissau” (Inês, 70 anos, 27 anos de residência em Portugal, 9º ano).

[Quadro 5] Caracterização sociodemográfica e contexto da emigração das entrevistadas

<u>Nome</u>	<u>Idade</u>	<u>Naturalidade</u>	<u>Ano de Chegada (Idade)</u>	<u>Local de Residência antes da vinda***</u>	<u>Condição perante o Trabalho antes da vinda</u>	<u>Com quem veio</u>	<u>Razões da Decisão de Emigrar</u>
Antónia	60	Bolama	1989 - 43	Cacheu, Bissau e outros locais	Exercia Profissão	Sozinha	Dificuldades económicas resultado da viuvez. Aproveitou uma missão de serviço em Portugal para permanecer no país. Os filhos ficaram.
Isabel	41	Calequisse (Cacheu)	1995 - 30	Canchungo (Cacheu) e Bissau	Exercia Profissão	Sozinha	Dificuldades económicas. Decisão do casal. Os filhos e o marido ficaram.
Lúcia	58	Farim (Oio)	1990 - 42	Bafatá e Bissau	Exercia Profissão	Com a filha	Tratamento médico. Marido e filha ficaram.
Ndira	32	Bissau	1997 - 23	Bissau	Doméstica	Sozinha	Tratamento médico. Juntar-se ao marido. Filhas ficaram.
Guilhermina	48	Bissau	1991 - 33	Bissau	Exercia Profissão	Primeiramente com umas amigas e depois sozinha	Primeira vez para tirar um curso em 1977, segunda para um estágio e contactos para emprego em 1990 e finalmente para se fixar. Razões: deterioração da relação com o companheiro, recusa de uma bolsa de estudo e procura de novas oportunidades. Marido e filhos ficaram.
Fátima	54	Bissau	1994 - 42	Bissau	Doméstica (nunca trabalhou)	Sozinha	Tratamento médico. Marido e filhos ficaram.
Georgina	36	Canchungo (Cacheu)	1995 - 25	Bissau	Estudante	Sozinha	Tratamento médico.
Paula	72	Bolama	1983 - 49*	Bissau, Cabo Verde, Estados Unidos e Holanda	Doméstica (nunca trabalhou)	Com a família	Acompanhar o marido que era funcionário da embaixada de Cabo Verde. Saiu da Guiné-Bissau em 1976. Situação política da Guiné-Bissau (o facto de o marido ser branco esteve na base de situações de discriminação).
Inês	70	Bambadinca (Bafatá)	1980 - 43	Bissau	Exercia Profissão	Com a família	Primeira vez tratar da pensão de reforma em 1975 e em 1980 para se fixar e juntar ao marido e ao filho mais novo e prosseguir a sua carreira profissional. Filho mais velho ficou. Situação política da Guiné-Bissau (a manutenção da nacionalidade portuguesa esteve na base de situações de discriminação).
Mariama	31	Bissau	1992 - 17	Bissau	Estudante (nunca trabalhou)	Sozinha	Casamento arranjado pelos pais.
Nafanta	29	Pirada (Gabu)	1997 - 19	Bissau	Exercia Profissão	Sozinha	À procura de liberdade como fuga a um casamento que não deu certo e a uma família e sociedade que não aceitaram a sua vontade de viver sozinha (divorciada) com os filhos.
Rute	50	Bissau**	1978 - 21	Bissau	Trabalhadora-estudante	Sozinha	Estudar e juntar-se ao namorado.

* Saiu da Guiné Bissau em 1976 tendo passado por outros países como Cabo Verde, Estados Unidos e Holanda anda da fixação em Portugal em 1983.

** Nasceu em Bissau, apesar de na altura residir em Bijagós, uma vez que a mãe se deslocou propositadamente a Bissau para o nascimento da filha.

*** Bafatá, Biombo, Bissau, Bolama, Cacheu, Gabu, Oio, Quinara e Tombali são as regiões que constituem a Guiné-Bissau.

Os processos de regularização extraordinária, de 1993 e 1996, resultaram numa subida do número de estrangeiros provenientes da Guiné-Bissau (Pires, 2003) e duas das entrevistadas foram abrangidas por aqueles. Isabel chegou a Portugal em 1995, tendo regularizado a sua situação em 1996, e Antónia, tendo chegado a Portugal em 1989, regularizou a sua situação em 1993.

Mas, a análise do fluxo migratório revela outras diferenças com base na estrutura etária e sexual e na auto-identificação étnica. Se, no fluxo mais recente, encontramos pessoas mais jovens, sobretudo do sexo masculino e, em maior peso relativo, manjacos, mancanhas e de etnias muçulmanas, no fluxo anterior observamos uma composição sexual menos desequilibrada, uma proporção de jovens menos elevada e pessoas sem qualquer identificação étnica (Machado, 2002). Da análise do conjunto das entrevistadas, destaca-se Inês que chegou a Portugal, na altura com 43 anos, com a família e não refere pertença étnica, à semelhança daquelas que chegaram a Portugal há mais tempo, como é o caso de Paula e Rute. Relativamente às razões inerentes à decisão de emigrar, destaca-se o caso de Inês cujo projecto de emigração foi familiar, ligada também ao desejo de prosseguir a carreira profissional e no seguimento da manutenção da nacionalidade portuguesa, que terá estado na base de situações de discriminação vividas logo após a independência da Guiné-Bissau. São as “famílias crioulas, famílias que na Guiné-Bissau integravam a categoria social de ‘civilizados’, famílias de funcionários da administração ultramarina e serviços públicos (...) famílias que optaram pela vinda para a ex-Metrópole, porque aqui esperavam poder manter o seu padrão de vida e garantir os direitos adquiridos e porque não se identificavam ou temiam a nova ordem política que emergiu com a Independência” (Quintino, 2004: 125). Ambos os cônjuges estavam empregados, na altura da saída do país de origem, e o acolhimento contou com o apoio de familiares, facto que terá atenuado as dificuldades sentidas em Portugal.

“Fiquei porque, depois lá houve as coisas que eu não estava a gostar, vim. O partido. Eu vim para cá trabalhar. (...) Porque antes de entrar o partido, nós assumimos as coisas, os trabalhos. (...) Com os do partido, depois praticamente o comissário lá do serviço de saúde não reconheceu, claro, porque soube que nós viemos fazer a nossa reforma. Foi-nos perguntar todos e depois disse ‘(...) Olha, se vocês quiserem ir atrás dos portugueses vão, porque nós viemos também com as nossas enfermeiras’ (...) Ora, nós tínhamos um padrão que eram os portugueses, nós começámos do zero outra vez. Então, neste caso, ficávamos a

perder todos esses anos. (...) porque tinha a minha reforma, não ia perdê-la” (Inês, 70 anos, 27 anos de residência em Portugal, 9º ano).

Também Paula, que juntamente com Inês são as mulheres mais velhas do conjunto das entrevistadas e as que saíram da Guiné-Bissau há mais anos, apresenta um projecto familiar e refere algum incómodo face à situação política do país e que, o facto de o marido ser branco e os filhos mestiços, esteve na origem de situações de discriminação vividas pela família, logo após a independência. Também o facto de ambos, terem família em Portugal, atenuou as dificuldades sentidas à chegada. Acrescente-se igualmente que o marido de Paula trabalhava para a Embaixada de Cabo Verde, facto que terá facilitado o regresso a Cabo Verde.

“Depois de 25 de Abril começaram lá a chatear toda a gente. Não podias ter um pouquinho de cor diferente e começavam a chatear. (...) Brancos, mestiços, tudo. Não podiam ver. Os meus filhos, dois rapazes não podiam sair na rua, atacavam logo para brigar, é uma briga que nunca mais acabava” (Paula, 72 anos, 23 anos de residência em Portugal, 4ª classe).

Das mulheres que saíram da Guiné-Bissau antes de 1985¹², destaca-se ainda o caso de Rute que, apesar de empregada e estudante, terá chegado a Portugal para estudar e viver com o namorado, facto que levou a uma ruptura familiar. No caso das restantes mulheres, com excepção de Nafanta e Mariama, a vinda ocorre num contexto de crescentes dificuldades económicas, apesar de todas elas estarem empregadas no momento em que deixaram o país, ou para tratamento médico. Guilhermina revela o desejo de estudar e de realização profissional a par de uma fuga a uma união de facto que se estava a deteriorar. De referir que todas estas mulheres chegaram a Portugal sozinhas, à excepção de Lúcia que veio com uma filha, e protagonizaram projectos migratórios sozinhas. Isabel refere que a decisão de emigrar foi em conjunto com o marido e Ndira juntou-se ao marido que já residia em Portugal mas refere o tratamento médico como o seu principal motivo.

Conforme podemos verificar, do testemunho das entrevistadas, os fluxos migratórios geram mudanças nas estruturas familiares e nas formas de conjugalidade na Guiné-Bissau, uma vez que homens e mulheres partem e outros permanecem na origem ou juntam-se aos primeiros posteriormente. O caso dos filhos deixados no país de origem, aos cuidados de outros

¹² Data que marca a consolidação dos fluxos de migrantes laborais (Machado, 2002).

familiares, revela igualmente mudanças na prestação dos cuidados às crianças e jovens (Quintino, 2004). Não cabendo aqui analisar as cláusulas do reagrupamento familiar¹³, é importante referir que o padrão da família nuclear (cônjuge e filhos), inerente à lógica daquele, condiciona os padrões de família no destino por parte dos migrantes e pode mesmo constituir factor de discriminação contra alternativas funcionais e estruturas familiares não ocidentais (Fonseca e outros, 2005). As alterações da nova Lei 23/2007, de 4 de Julho abrem o leque de possibilidades dos familiares autorizados (nomeadamente com a extensão às uniões de facto) a juntar-se ao imigrante residente em Portugal, mas não deixam de estar condicionadas pelo modelo da família nuclear. Mas estas mudanças nas estruturas familiares, nomeadamente quando são os homens que partem deixando na origem as mulheres e as crianças, não nos revelam apenas a selectividade da emigração guineense em termos de género, elas actuam simultaneamente no poder estratégico das mulheres, ou seja, a “partida dos homens fez com que as mulheres passassem a gerir os agregados familiares e as instituições tradicionais, ao mesmo tempo que rentabilizam o dinheiro enviado pelos homens e investem em redes femininas de comércio que entretanto organizaram (...) as mulheres ganham poder económico e autonomia” (Quintino, 2004: 139).

Por fim, de salientar igualmente os casos de Mariama e Nafanta ambas muçulmanas, cuja decisão de emigrar se prende com razões diferentes das anteriores entrevistadas. Mariama chegou a Portugal contrariada, após um casamento combinado pelos pais com um homem de origem guineense residente em Portugal e Nafanta destaca a procura de vida própria e de liberdade.

“Casei cedo, com 15 anos, e já com 18 tive os meus dois filhos. Depois, o meu casamento acabou-se. Para continuar a viver na Guiné era complicado, já com família, a tradição. Eu tinha que continuar a ser casada. Optei por abandonar a Guiné, deixei tudo para trás, a família, trabalho (...) e os meus filhos também ficaram com o pai e optei imigrar para Portugal que é para ter vida melhor, continuar os estudos. (...) Eu abandonei a Guiné mais por causa disso, que é para vir a Portugal, ter a minha vida própria, ter a minha liberdade, fazer o que eu quero”. (Nafanta, 29 anos, 10 anos de residência em Portugal, 9º ano)

¹³ Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto (e respectivas redacções posteriores, que definiu o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território português) alterado pela nova Lei 23/2007, de 4 de Julho.

Quer se tratem de factores de natureza económica ou de necessidade de tratamento médico, entre outros, na decisão de emigrar, a decisão dos indivíduos reveste-se de importância fulcral e não nos permite ignorar a sua capacidade de escolha e de elaboração de estratégias (Leandro, 2004). A mulher ocupa um papel fundamental na decisão mais ou menos permanente de emigrar, uma vez que “enquanto que a migração temporária parece depender pouco do género, na medida em que reflecte uma estratégia básica de sobrevivência da família no curto prazo em face da adversidade económica, a migração permanente ou de longo prazo implica algum ‘planeamento da mobilidade social’ e está directamente relacionada com os migrantes que apresentam intenções migratórias firmes ao longo de um período de tempo alargado” (Fonseca, 2005: 31). Igualmente, o sentido de ocasião e de direcionalidade que, em condições sociais mais ou menos propícias, contribui para desencadear e solidificar a tomada de decisão para determinado país, de acordo com as redes de apoio existentes, é o desencadear de sucessivas gerações migratórias (Sayad, 1977 e 1999). A escolha de Portugal enquanto destino, na maioria dos casos, prendeu-se com uma lógica de proximidade histórica e linguística. As afinidades linguísticas constituem um instrumento importante de inserção, nomeadamente em termos profissionais.

“Eu escolhi Portugal porque é assim, porque na Guiné eu falo português e acho que Portugal é um país mais fácil de arranjar alguma coisa. Já que eu percebo português, posso trabalhar. Podia também ser outro país, chegar lá começar aprender mas, como não tinha ideia de ficar, eu pensei que Portugal é mais fácil chegar aqui, entendo português bem, qualquer sítio que eu vou para trabalhar. Acho que sou bem recebida porque eu falo português” (Isabel, 41 anos, 11 anos de residência em Portugal, 9º ano).

Retomando ainda a ideia das dificuldades sentidas à chegada a Portugal, mais uma vez Inês e Paula referem a atenuação de dificuldades, ao contrário de todas as outras entrevistadas que salientam dificuldades de várias ordens, como financeiras, de inserção no mercado de trabalho, de isolamento social e de regularização. Mariama enuncia que a decisão da vinda para Portugal não foi sua e que, as circunstâncias vividas já em Portugal, com um homem que não conhecia, não facilitaram os primeiros tempos no país de acolhimento.

“Vim para Portugal em 92. Na altura tinha 17 anos, vim aqui para casar. (...) aliás, já vim de lá casada, mas religiosamente só, porque como era menor não podia casar. Depois quando cheguei aqui casei por procuração, já com o meu marido aqui. E então, desde então

tenho estado aqui. (...) foi os meus pais, um casamento por conveniência. Vim contrariada, digamos assim, vim contrariada. Estava a vir para um sítio que eu não conhecia, não conhecia aqui ninguém. O meu marido propriamente só o conheci no próprio dia, que me apresentaram ‘Olha este é o teu marido’, depois da cerimónia já estar toda feita. (...) Dificuldade, dificuldade, senti dificuldade no ambiente. O ambiente totalmente diferente, África de Europa. Isso foi o primeiro impacto. Segundo impacto é viver com marido que uma pessoa nunca namorou, que nunca beijou. E eu saí do meu habitat natural, que eu nunca tinha saído e estar com pessoas que eu não conheço (...) conviver com essa gente estranha que eu não conhecia e eu uma miúda de 17 anos. Mas isto lá é normal, os pais arranjam marido para os filhos” (Mariama, 31 anos, 15 anos de residência em Portugal, 9º ano).

A existência de redes de apoio, quer no momento da chegada a Portugal quer as estabelecidas numa fase posterior, quer em termos de parentesco quer em termos de contacto, foi referida por todas as entrevistadas sem excepção, mas tal não significa que elas tenham funcionado como redes de acolhimento. Se é verdade que, para todas elas, essa rede de relacionamentos (na sua maioria, familiares directos) garantiu um apoio concreto em termos de alojamento e subsistência, não é verdade que todas tenham sentido, da mesma forma, dificuldades à chegada, como é o caso de Inês e Paula conforme previamente referido.

Relativamente às intenções de prosseguir os estudos destacam-se os casos de Rute que chegou a Portugal em 1978 tendo obtido já em Portugal uma bolsa de estudo e que hoje é advogada e empresária, e Guilhermina, que em 1977 tendo frequentado um curso e em 1990 um estágio em Portugal, não terá prosseguido os seus estudos por não ter conseguido uma bolsa de estudo e hoje trabalha no sector das limpezas. Georgina, apesar de ter chegado a Portugal apenas em 1995 para tratamento médico, conseguiu igualmente uma bolsa de estudo e hoje é estagiária de serviço social numa associação sem fins lucrativos. De salientar a existência de um segmento da população que, chegado há mais tempo a Portugal, começou por frequentar o sistema de ensino enquanto estudantes bolseiros. Grande parte destes estudantes não regressou à Guiné-Bissau sendo que, uma parte se inseriu em profissões científicas e técnicas formando uma pequena ‘elite’, entre os guineenses sem nacionalidade portuguesa, e outra parte acabou por interromper os estudos por razões diversas e integrar sectores como a construção civil e os serviços pessoais e domésticos. Existe ainda um terceiro conjunto de pessoas, que não tendo conseguido bolsa, consegue mesmo assim conciliar os estudos com o trabalho e terminar a sua formação (Machado, 2002). No que respeita aos motivos da decisão

de emigrar por parte das entrevistadas, importa distinguir essas mesmas razões da sua posterior racionalização (Jackson, 1991).

Denote-se que o reagrupamento familiar não foi invocado como motivo da decisão de emigrar de nenhuma das entrevistadas apesar de uma referir que se juntou ao marido mas que chegou a Portugal para tratamento médico, outra referir que se juntou ao namorado e outra que chegou a Portugal por intermédio de um casamento combinado pelos pais. O reagrupamento familiar aplica-se, no caso deste grupo de entrevistadas, aos descendentes e atinge a quase totalidade daquelas. Nos anos subsequentes a 1999 verificou-se um aumento dos valores absolutos do número de autorizações de residência por motivos de reagrupamento familiar mas uma redução no seu significado relativo, facto sobretudo explicável pelo significativo acréscimo das autorizações de permanência nos finais de 2001 com a aplicação do novo regime (Fonseca e outros, 2005). Os nacionais dos PALOP, entre 1999 e 2002, registaram um acréscimo significativo do volume de chegadas associado ao reagrupamento familiar, sendo a Guiné-Bissau o único país que assistiu a um decréscimo (Fonseca e outros, 2005).

Se apenas quatro das entrevistadas nasceram em Bissau (apesar de ter nascido em Bissau, os pais residiam na altura em Bijagós e a mãe deslocou-se propositadamente a Bissau para o nascimento da filha), todas elas aí residiram antes da vinda para Portugal. Considerando ainda o facto de a população oriunda da Guiné-Bissau se concentrar maioritariamente na área da Grande Lisboa, podemos assim afirmar que os fluxos migratórios entre a Guiné-Bissau e Portugal são uma migração Bissau-Lisboa, facto que pode interferir na formação de redes de apoio. Paula constitui o único exemplo de migração que, para além de não ter vindo directamente de Bissau para Lisboa, passou por outros países antes de fixar residência em Portugal, o que se deveu ao facto de o marido trabalhar para a Embaixada de Cabo Verde e estar frequentemente destacado em diferentes países. Antónia, antes de se fixar em Portugal, passou um período de dois anos em Cuba a fazer uma especialização profissional.

3.3. Estratégias Residenciais

O local de residência não é apenas um espaço físico uma vez que “cada espaço, para além da sua localização geográfica específica – espaço absoluto que se refere a determinada parcela de terreno e às estruturas nele existentes) – exhibe características de espaço relativo (associado aos movimentos espaço-temporais e às características dos movimentos das pessoas, serviços e

bens), e de espaço relacional (que envolve toda a rede de relações estabelecidas no dia-a-dia pelos indivíduos no seu relacionamento com o ambiente que os rodeia, no contexto temporal passado, presente e através das expectativas que se delineiam em relação ao futuro, e que se traduz numa enorme complexidade de relações entre as pessoas, os bairros, os locais de residência, trabalho, distração e passeio)” (Rebelo e Paiva, 2006: 59). A análise das estratégias residenciais dos migrantes a par das localizações geográficas e características dos alojamentos é fundamental para a compreensão das sociabilidades e dos modos de inserção daqueles na sociedade de acolhimento.

Os dados do Censo de 2001 indicam a Grande Lisboa como a região que concentra a parcela mais significativa de estrangeiros, com 73% dos guineenses, 12% na Península de Setúbal e 5% no Algarve (Valente Rosa, 2004). A distribuição geográfica dos migrantes guineenses é fortemente assimétrica, ou seja, litoral, urbana e lisboeta, uma vez que se concentram, sobretudo, nos distritos de Lisboa e Setúbal, nomeadamente nos concelhos de Loures, Lisboa, Odivelas, Amadora, Sintra ou Vila Franca de Xira, em freguesias como Santo António dos Cavaleiros, Brandoa, Queluz e Vialonga (Machado, 2002). As várias zonas do país, para além de se diferenciarem pela quantidade de migrantes que atraem, distinguem-se igualmente pelos calendários migratórios, com Lisboa como região tradicional de acolhimento, só posteriormente se estendendo a outras áreas geográficas. Lisboa constitui igualmente, se considerarmos a mobilidade geográfica dos migrantes guineenses já depois de estarem em Portugal, ponto de partida, ficando por confirmar o seu poder de fixação (Machado, 2002).

Verifica-se igualmente a existência de zonas de segregação residencial na área metropolitana de Lisboa onde se encontram imigrantes de origem africana, sobretudo nos concelhos de Lisboa, Amadora, Oeiras, Loures, Sintra, Moita, Seixal, Almada e Setúbal (Bastos e Bastos, 1999). Áreas de habitação degradada que revelam um crescimento abrupto no decorrer dos anos 80 e inícios dos anos 90 e que acompanham os fluxos migratórios, sobretudo correntes migratórias apoiadas em redes de imigrantes de origem africana. Em 1993, com o auxílio de fundos europeus, é iniciado o Plano Especial de Realojamento (PER) cujas metodologias variam de município para município. Assim, verificamos a existência de vários aglomerados residenciais, alguns em estado de degradação, de maior ou menor dimensão e ocupados predominantemente por migrantes, ou seja, a situação residencial de muitos dos migrantes oriundos dos PALOP caracteriza-se por condições de alojamento precárias em espaços degradados sobretudo na área metropolitana de Lisboa, onde estão sobre-representados

(Cardoso e Perista, 1994). Importa, no entanto, considerar o facto de muitos portugueses residirem igualmente nestes locais, ou seja, estamos perante uma segregação residencial de natureza classista em detrimento de uma segregação com critérios étnicos e raciais (Machado, 2002). Se, o Inquérito Nacional aos Guineenses residentes em Portugal (Machado, 2002), levado a cabo em 1995, não nos permite falar de elevados índices de concentração residencial, uma análise (Fonseca e outros, 2002) dos índices de segregação, calculados com base nos Censos de 2001 para a região metropolitana de Lisboa (Concelhos de Mafra e Azambuja não incluídos), revelam, no entanto, tendências de crescimento no caso da população guineense à semelhança de Cabo Verde e São Tomé.

[Quadro 6] Distribuição residencial e tipo de alojamento das entrevistadas

Nome	Local de residência/Concelho	Tipo de alojamento
Antónia	Urb. Terraços da Ponte: Loures	Realojamento
Isabel	Vale de Chicharos - Seixal	Habitação Degradada
Lúcia	Urb. Terraços da Ponte: Loures	Realojamento
Ndira	Massamá – Sintra	Quarto Alugado
Guilhermina	Bairro Estrela D'África: Amadora	Habitação Degradada
Fátima	Zona J de Chelas - Lisboa	Realojamento
Georgina	Paio Pires - Seixal	Apartamento Próprio
Paula	Cruz de Pau - Seixal	Apartamento Próprio
Inês	Corroios - Seixal	Apartamento Alugado
Mariama	Torre da Marinha - Seixal	Apartamento Próprio
Nafanta	São Marcos - Sintra	Apartamento Próprio
Rute	Loures	Moradia Própria

Ora, não sendo uma amostra representativa, as entrevistadas dividem-se entre os concelhos do Seixal, Loures, Sintra, Amadora e Lisboa conforme informação no quadro 6. Se considerarmos o primeiro local de residência face ao actual, verificamos que a mobilidade geográfica se deu, sobretudo, dentro de uma mesma região, sendo que apenas duas das entrevistadas nunca mudaram de residência dadas as dificuldades financeiras, apesar de manifestarem desejo de o fazer. Se, numa primeira fase do seu trajecto migratório, as entrevistadas foram acolhidas por familiares e amigos que lhes proporcionaram alojamento transitório, numa fase posterior assiste-se à procura de novos espaços, procura esta motivada por diversas razões que não coincidem com razões profissionais, como sendo alteração do estado civil (casamento ou divórcio, por exemplo), procura de habitação própria ou falta de espaço para todos os elementos do agregado quando partilhado com outros familiares ou amigos. Essa mobilidade, varia de forma contrária ao tempo de residência em Portugal, ou seja, à medida que este aumenta verifica-se uma tendência nas migrantes para se fixarem. Podemos concluir daqui uma diferenciação com base no género, nomeadamente se tivermos

em conta o perfil profissional dominante de trabalhadores da construção civil entre os homens imigrantes guineenses, cuja mobilidade decorre directamente da precariedade da sua condição profissional em que a possibilidade de ter trabalho depende da disponibilidade para deslocações, acresce o facto de muitos destes homens serem solteiros ou com a família no país de origem e como tal mais disponíveis para se movimentarem (Machado, 2002).

Da análise do quadro 6, verifica-se uma dispersão de formas de aceder ao alojamento, entre moradias ou apartamentos próprios e habitações degradadas, passando pelo realojamento e pelo aluguer de quartos. O Inquérito Nacional aos Guineenses residentes em Portugal (Machado, 2002), levado a cabo em 1995, revela que o “perfil urbano e de classe média que a maioria tinha na Guiné-Bissau, e que significava condições de alojamento melhores do que as que se tem nos bairros de barracas em Portugal, pode traduzir-se na recusa de descer abaixo do limiar no que às condições de habitação diz respeito” (Machado, 2002: 144), ou seja, condições de habitação menos degradadas quando comparadas com as dos caboverdeanos. Mas, uma análise (Fonseca e outros, 2002) das condições de habitação e de acesso a electricidade, água potável e casa de banho por parte dos guineenses revela semelhanças com caboverdeanos e santomenses.

Se, cinco entrevistadas têm casa própria (uma delas uma moradia), uma tem um quarto alugado e outra um apartamento igualmente alugado, duas vivem em habitações degradadas em bairros como Vale de Chicharos no Concelho do Seixal e Estrela D’África no Concelho da Amadora e, por fim, três residem em zonas de realojamento nomeadamente a Urbanização Terraços da Ponte no Concelho de Loures e a Zona J de Chelas em Lisboa (actualmente em nova fase de realojamento). À excepção de Paula, que já tinha adquirido casa própria antes de se fixar em Portugal, todas as outras mulheres, que têm actualmente casa própria, passaram pelo aluguer. Mas, as condições socioeconómicas favorecem a fixação em tipos de alojamentos diferenciados, pese embora o facto de a grande maioria das entrevistadas, nomeadamente as que residem em habitações degradadas ou zonas de realojamento, manifestar o desejo de mudar de residência, apesar de não ter condições económicas para o fazer. As quatro mulheres de condição económica mais favorável (Georgina, Paula, Inês e Rute), na fase transitória de fixação de residência, nunca residiram em habitações degradadas ou zonas de realojamento, sendo de destacar o caso de Georgina cuja habitação foi adquirida pela própria sozinha ainda antes de se casar e onde hoje reside com o marido e a filha. Ainda de referir o caso das duas mulheres muçulmanas (Nafanta e Mariama) que, após um período

transitório de mudanças de residência e de condições de habitabilidade, adquiriram casa própria, sozinhas. Composição sociodemográfica, perfis profissionais e redes de relacionamento social condicionam estratégias e escolhas destas mulheres em termos de locais de residência.

“Quinta do Mocho já sabe como é que é. Não é assim tão fácil gostar de viver aqui, porque, mesmo filho de pessoas civilizadas, fazem tantas asneiras que uma pessoa chega a desgostar, por mais que se gosta, mas não se gosta do barulho. (...) Se conseguisse um outro sítio onde não há tantos problemas assim, sinceramente” (Antónia, 60 anos, 17 anos de residência em Portugal, 12º ano).

“Não tenho razão de queixa porque é um bairro problemático, mas eu não tenho. Nunca ninguém me bateu à porta, nunca ninguém me chateou só que o sítio acho que não está em condições para eu viver com os meus filhos porque só um quarto, a cozinha é conjuntamente com a sala e a casa de banho. Mas eu também sozinho não tenho ainda possibilidades de comprar a casa ou de fazer um crédito para ter uma casa. Tenho que sujeitar para viver aí. Não é que a casa está mal, não é que o sítio está mal, há pessoas que vêm por fora que é um sítio que não tem condições, mas tem. Não tenho como fazer, tenho que me sujeitar a viver aí” (Isabel, 41 anos, 11 anos de residência em Portugal, 9º ano).

“O que eu gostaria é de ter a minha casa noutro lado. (...) O de 17 ano tem muito problema. (...) Mais calma, eu não gosto de problemas. (...) Com os meus filhos para puder orientar os filhos como deve ser” (Fátima, 54 anos, 12 anos de residência em Portugal, 6º ano).

“Depois de separar com o meu ex-marido aluguei uma casa em Queluz, sozinha. Depois, entretanto o meu irmão estava a viajar, depois voltou, ficámos a morar juntos. Aluguei uma casinha e depois de lá estar 7 meses, comecei a pensar, renda por renda pago a minha e então, como tenho uma tia aqui, prima irmã da minha mãe que mora aí nesta mesma rua, andei à procura de casa. Depois para lá era 19000, 20000 para 3 assoalhadas. Depois vi esta, 14500 contos. Olha, entrei, nem pensei 2 vezes. É longe mas tenho carro. (...) Comprei em 2002, comprei sozinha e ainda tive a sorte de apanhar crédito bonificado” (Mariama, 31 anos, 15 anos de residência em Portugal, 9º ano).

“Andei à procura da casa, foi a segunda casa que me mostraram, pedi empréstimo e pronto. (...) Eu gosto muito da casa, espaço, é à vontade. A única coisa que, se calhar, é já de transportes, é complicado. Não há supermercados, não há nada, temos que ir a Cacém junto à estação e a pessoa sair dali carregada é complicado. É a única, o resto é sossegado. (...) É, zona de Lisboa por acaso que é mais perto, ficava na cama mais um bocadinho (risos)” (Nafanta, 29 anos, 10 anos de residência em Portugal, 9º ano).

Estratégias residenciais de afastamento ou proximidade, entre populações imigrantes, e tipos de alojamento resultam da conjugação de possibilidades de escolha individuais e familiares, redes de parentesco e amizade e a própria estrutura do mercado imobiliário e de mobilidade profissional (Quintino, 2004). Se, numa primeira fase do percurso migratório dos migrantes, as redes de parentesco e amizade desempenham um papel fundamental, ainda mais porque todas as entrevistadas foram acolhidas numa fase transitória por familiares ou amigos, numa fase posterior de fixação de residência no país de acolhimento, a escolha do local de residência é atravessada por lógicas classistas. Porque a habitação é um bem de consumo, ela depende fortemente dos rendimentos dos indivíduos, como tal, a vivência em áreas degradadas leva aqueles a internalizarem uma imagem pública socialmente depreciada (Guerra, 1994), associada à produção e reprodução de determinados problemas sociais. Assim, surgem percepções diferenciadas face aos locais de concentração da população imigrante, onde algumas das entrevistadas residem, como a Urbanização Terraços da Ponte ou o Bairro Estrela D’África para citar apenas alguns.

“Todas as raças. Aqui começa desde os portugueses até... tudo da língua portuguesa. Brasileiro, vejo um e outro, mas acho que não moram cá, mas caboverdeanos, guineenses, angolanos, santomenses, moçambicanos. (...) Eu preferia que fossemos divididos um bocado no meio dos outros, assim espalhados, porque só da Quinta do Mocho é um ciclo vicioso, portanto era bom que, na altura de realojamento, que as pessoas fossem divididas” (Antónia, 60 anos, 17 anos de residência em Portugal, 12º ano).

“Africanos. Sim, muitos guineenses (...) a Guiné tem várias etnias, tem vários sítios e na minha área eu sou lá sozinha. Maioria parte é angolanos e santomenses. (...) Gosto desde já que eu não incomodo ninguém, também ninguém me incomoda” (Isabel, 41 anos, 11 anos de residência em Portugal, 9º ano).

“Em relação à Arrentela, Paio Pires tem menos população imigrante da origem africana, tem muito pouco. (...) Não sei se é bom ou se é mau, mas quando tem maior concentração de estrangeiros principalmente da nossa raça, tem mais problemas, porque pensamos que estamos a viver na África, associamos as coisas como se fosse em África” (Georgina, 36 anos, 11 anos de residência em Portugal, licenciada).

Estratégias residenciais podem condicionar as sociabilidades dos migrantes e como tal os modos de inserção social na sociedade de acolhimento, uma vez que podem reforçar ou relativizar certas lógicas de fechamento cultural quando as sociabilidades são mais autocentradas.

3.4. Percursos Escolares

A realização dos projectos resulta de um concurso entre vontades individuais e um contexto favorável à sua realização, ou seja, os indivíduos (re)elaboram os seus projectos considerando o seu campo de possibilidades (Velho, 1994), uma vez que existem limites (recursos materiais e redes de interacção, entre outros) que justificam que, nas mesmas condições sociais, nem tudo é igualmente possível para todos. Condições sociais idênticas não significam apreensões idênticas pelos indivíduos. Se, o prolongamento dos estudos não constituiu, para nenhuma das entrevistadas, a principal razão da sua decisão de emigrar, no entanto, algumas referem-no como estratégia de autonomização, realização pessoal e possibilidade de exercício de uma actividade profissional que lhes proporcione realização profissional e estabilidade financeira. No contexto da sociedade de acolhimento, as mulheres vêem-se então perante um novo campo de possibilidades.

A análise do quadro 7 revela-nos, no entanto, limites à realização dos projectos por parte das mulheres entrevistadas, uma vez que, apesar de o referirem o desejo de prosseguir a escolaridade, apenas duas o fizeram. Georgina aproveitou a sua permanência em Portugal para dar seguimento ao seu percurso escolar iniciado na Guiné-Bissau e Rute é a única das entrevistadas que chegou a Portugal com a intenção de prosseguir os estudos, apesar de referir que a sua razão principal foi juntar-se ao namorado. Outras três iniciaram cursos, uma na área da confecção e outras duas na área da informática, mas não os terminaram por dificuldades económicas.

“Eu vim porque na altura comecei a namorar com uma pessoa, estava a concluir o, cá chamam o 12º ano (...) e em princípio as perspectivas de continuar a estudar eram praticamente nulas. Os meus pais não tinham condições de me manter em Portugal. (...) Entretanto depois comecei lá com o actual marido e ele achou que eu deveria continuar a estudar e eu tudo bem. Era uma coisa que eu gostaria de fazer, é óbvio que eu gostaria de fazer. Entretanto ele propôs-se a custear o meu estudo em Portugal e eu vim” (Rute, 50 anos, 29 anos de residência em Portugal, licenciada).

[Quadro 7] Nível de escolaridade antes da vinda para Portugal e nível de escolaridade atingido pelas entrevistadas

<u>Nome</u>	<u>Nível de escolaridade antes da vinda*</u>	<u>Nível de escolaridade atingido</u>
Antónia	12º ano e especialização em Cuba	12º ano e especialização em Cuba
Isabel	9º ano e curso técnico em Biologia	9º ano e início de curso de informática em Portugal
Lúcia	9º ano	9º ano
Ndira	9º ano	9º ano
Guilhermina	12º ano e Curso de estenografia e organização de arquivo em Portugal 1977	12º ano e curso de Confeção em Portugal
Fátima	6º ano	6º ano
Georgina	12º ano e frequência do 2º ano curso de direito	Licenciatura em Serviço Social em Portugal
Paula	4ª classe	4ª classe
Inês	9º ano	9º ano
Mariama	9º ano	9º ano
Nafanta	9º ano e curso de Secretariado	9º ano e início de curso de informática em Portugal
Rute	12º ano	Licenciatura em Direito em Portugal

* As durações dos vários graus de ensino e as suas designações na Guiné-Bissau são semelhantes a Portugal, à excepção do segmento do ensino secundário que na Guiné-Bissau termina no 11º ano.

Nos casos em que as mulheres foram proibidas de prosseguir os estudos ainda na Guiné-Bissau, as dificuldades económicas sentidas em Portugal não permitiram dar seguimento ao projecto, não obstante a nova oportunidade de ultrapassar esse controlo familiar já no país de acolhimento. É sobretudo nos descendentes que estas mulheres depositam a sua esperança num futuro para aqueles, que passa necessariamente pela escolarização, e acumulam horas de trabalho para o possibilitar. Trata-se do reconhecimento das possibilidades que o aumento de capital escolar pode proporcionar aos seus filhos em termos futuros.

“Eu gostava, gostava de estudar mais, mas como eu tenho os filhos... O meu marido é que não deixava. (...) Com tanta preocupação, eu gostaria mesmo, mas já não dá. Eu preciso de trabalhar para ajudar os filhos para ter um curso, uma profissão.” (Fátima, 54 anos, 12 anos de residência em Portugal, 6º ano).

“É, gostava na altura, agora nem pensar, não dá. É só para os meus filhos que eu gostaria. É importante, por isso que gostaria de sair deste ambiente. O meu filho agora é só atrás dos outros” (Guilhermina, 48 anos, 18 anos de residência em Portugal, 12º ano).

“Sim, se eu tiver possibilidades gostava que eles estudassem para vida delas, para cada qual ter conhecimento e ter profissão que dá para trabalhar” (Isabel, 41 anos, 11 anos de residência em Portugal, 9º ano).

“São prioridade neste momento. O mais velho está a pensar entrar à faculdade, está a pensar em engenheiro. Engenheiro informática porque gosta muitos dos computadores e espero bem que seja, porque também parei a minha vida toda por causa deles. Deus queira que um dia fale com orgulho da minha situação toda. Pelo menos conseguirem ser alguém na vida, mesmo que não me derem nada mas eu vou considerar já missão cumprida e espero bem que seja” (Nafanta, 29 anos, 10 anos de residência em Portugal, 9º ano).

É comum a referência ao controlo familiar exercido, já no país de acolhimento, em relação à intenção das entrevistadas de prosseguimento da escolaridade. Mariama, que não prosseguiu os estudos em Portugal uma vez que o ex-marido a proibiu, tem agora um novo campo de possibilidades com o seu novo companheiro que inclusive a incentiva. Georgina, que terminou uma licenciatura já em Portugal, refere o controlo familiar e social.

“Eu fiz o 9º em Bissau, depois cheguei aqui o meu ex-marido não me deixou voltar a estudar, e depois também perdi a coragem. Depois de me separar perdi a coragem de voltar a estudar, mas ainda vou voltar a estudar. Vou voltar a estudar porque este marido não me deixa em paz. É, não me deixa em paz, vou voltar a estudar. O outro não me deixava, mas este quer à força toda e diz-me que é bom porque é bom aumentar conhecimentos, é bom aprender. Eu estou a pensar seriamente, sempre tive o sonho, depois não tive é oportunidade porque às tantas em Bissau até dinheiro para comprar caderno faltava, porque éramos muitos. O salário do meu pai não era muito alto. (...) Porque sempre tive o sonho de fazer enfermagem e aumentar o meu conhecimento e ser útil para a humanidade simplesmente” (Mariama, 31 anos, 15 anos de residência em Portugal, 9º ano).

“É assim, nem imagina como é que eu passei enquanto estudante. Sabes que nós, os africanos, não dá muito valor ao estudo. Começaram a falar mal de mim e que eu quero ser uma branca, não quero arranjar filho, que ninguém vai-me dar filho para adoptar. (...) Aqui, as pessoas que conhecia, os guineenses, os meus conhecidos, até as minha patrícias, os meus parentes, até primos, até irmãos. Eu levei muito nos ouvidos. Para fazer uma coisa não vale a pena dar ouvidos. Eu sou responsável da minha vida, eu é que vou decidir se devo estudar ou não. (...) Mas não respondi por palavras mas a resposta já está dada porque consegui aquilo que queria fazer e pronto. (...) Então passou, porque eu saí vencedora” (Georgina, 36 anos, 11 anos de residência em Portugal, licenciada).

Mas, não obstante o facto de duas das entrevistadas terem terminado cursos superiores já em Portugal, não o fizeram sem dificuldades derivadas sobretudo da conciliação entre o trabalho e a escola, única forma de terminar a sua escolarização.

“Na faculdade obtive uma bolsa de estudos que não dava para nada. Tive que fazer trabalhos (...) desde ajudante de dentista, a tomar conta de pessoas idosas e acamadas. (...) só podia almoçar, não podia jantar porque a bolsa não dava para almoçar e jantar e não dava para comer ao fim-de-semana. Então, ao fim-de-semana, era pão e dormir. Se houvesse comida, se fosse no princípio do mês, comprava-se frango e lá ia o meio frango todo de uma só vez, se não olha era dormir que assim não há fome (risos). (...) enquanto não houvesse certificado de matrícula, não havia a renovação da bolsa, suspendiam-nos a bolsa e ficávamos sem dinheiro. E eram dois meses em que nós não tínhamos dinheiro, não podíamos pagar os quartos onde estávamos a viver, tínhamos que ter senhorias compreensivas. (...) a minha protecção foi essa amiga que os irmãos lhe mandavam de vez em quando dinheiro da Suécia e esse dinheiro que ela recebia era partilhado comigo. (...) Ela também estava cá sozinha, nós partilhávamos, íamos comer à cantina e então durante uma semana, uma comia a sopa, o pão e a fruta e a outra comia o prato, na semana seguinte era ao contrário (risos). (...) Logo no início do 1º ano tive todo o apoio, tinha tudo pago. No início tinha, os livros todos comprados por ele, estava tudo muito bem. Quando o namoro acabou, eu tinha que optar, ou voltava apara a Guiné ou terminava o curso com a bolsa, terminei-o com a bolsa” (Rute, 50 anos, 29 anos de residência em Portugal, licenciada).

“Comecei a estudar e a trabalhar. Depois, quando entrei no primeiro ano de curso, pedi a bolsa à Gulbenkian. Consegui, e aí comecei a fazer menos horas. (...) Não dava mesmo só

para estudar, porque tinha que trabalhar para pagar a renda e o dinheiro da bolsa para pagar propina e foi assim. Quando cheguei ao terceiro ano do curso consegui um apoio na minha escola e aí já não dava para trabalhar, porque tinha estágio de manhã, tinha aulas a partir das 6, 5 e meia e saía só às 11 da noite. Mas antes foi... foi difícil, porque eu saía das aulas 11 horas da noite e ia trabalhar numa fábrica. Entrava à uma, saía à 7 da manhã” (Georgina, 36 anos, 11 anos de residência em Portugal, licenciada).

As mulheres oriundas da Guiné-Bissau, no contexto da sociedade de acolhimento, vêem o seu campo de possibilidades abrir e encontram espaço para uma autonomização não conseguida no país de origem, mas nem sempre vontades individuais encontram um contexto favorável à sua realização.

3.5. Trajectórias Socioprofissionais

Felice Dassetto (1990) define a primeira fase do ciclo migratório como a inscrição na sociedade de acolhimento basicamente pela relação salarial, como tal, o mercado de trabalho e a esfera profissional ocupam um lugar fundamental nos trajectos migratórios. A análise do Censo de 2001 (Peixoto e outros, 2006) permite-nos caracterizar a inserção no mercado de trabalho da população estrangeira feminina. Taxa geral de actividade¹⁴ bastante elevada para o conjunto das mulheres, com os PALOP a apresentarem taxas inferiores, por comparação com a Europa de Leste e o Brasil, nos escalões etários mais jovens e de mais idade. De destacar que a elevada proporção de activos, no caso da população oriunda da Guiné Bissau, já em 1995 (Machado, 2002) destacava os homens com taxas de actividade superiores às mulheres. Em relação à taxa de desemprego em sentido lato¹⁵ as mulheres oriundas dos PALOP apresentam os valores mais elevados, com a Guiné-Bissau a encabeçar a lista (Peixoto e outros, 2006), salientando-se, no caso deste último, o facto de o desemprego atingir, sobretudo, as mulheres e pessoas que trabalhavam anteriormente nos serviços pessoais e domésticos e na construção civil (Machado, 2002). Relativamente à parcela de não activos, importa reter que não significa, necessariamente, total inactividade, já que parte dessas pessoas tem actividades informais, mais ou menos pontuais, como a venda de bebidas e géneros alimentícios, os trabalhos de costura ou cabeleireiro, do lado das mulheres guineenses

¹⁴ Percentagem de indivíduos activos – empregados e desempregados – que integram a população em idade activa – entre os 15 e os 64 anos.

¹⁵ Pessoas que, num determinado período, estão sem emprego e se encontram disponíveis para trabalhar, tendo procurado ou não emprego nos últimos 30 dias.

e a pequena horta ou trabalhos ocasionais de motorista ou mecânico do lado dos homens guineenses (Machado, 2002). Importa salientar que, no caso específico das mulheres, o Brasil tem a maior percentagem de domésticas e os PALOP de estudantes, sendo a Guiné-Bissau o país com maior representatividade no grupo das estudantes e menor no grupo das reformadas (Peixoto e outros, 2006).

Em 1995, o Inquérito Nacional aos guineenses residentes em Portugal (Machado, 2002) destacava o carácter socialmente selectivo da imigração guineense em termos de habilitações escolares e de estatuto profissional, facto que não descarta o desfasamento entre escolaridade e inserção profissional¹⁶, apesar de afectar os migrantes de forma diferenciada de acordo com o estatuto sociojurídico aquando da emigração, a data de chegada e a frequência ou não da universidade em Portugal. O mesmo inquérito revela diferenças de perfil socioprofissional marcadas pelo género, sendo o trabalho na construção praticamente um exclusivo masculino e os serviços pessoais e domésticos, comércio, restauração e trabalho administrativo agregando sobretudo mulheres. As mulheres oriundas dos PALOP ocupam, sobretudo, profissões pouco qualificadas e horários de trabalho longos, verificando-se, no entanto, uma tendência para as jovens se inserirem, progressivamente, em categorias menos desqualificadas (Peixoto e outros, 2006). Acrescente-se a ausência generalizada de vínculos contratuais formais no exercício de uma profissão ou a formalização a título temporário no caso dos guineenses (Machado, 2002). Os dados dos contratos registados para obtenção de autorização de permanência em 2001 confirmam a inserção em segmentos de mercado de trabalho desqualificados com condições precárias (Peixoto e outros, 2006). Com o prolongamento do tempo de residência verifica-se uma tendência para percursos de mobilidade profissional, novas actividades económicas, muitas por contra própria, e redução da informalidade e precariedade laboral (Machado, 2002).

Tal como o prolongamento dos estudos no país de acolhimento pode representar uma estratégia de autonomização e de realização pessoal, integrada nos projectos migratórios, o mesmo se pode dizer relativamente ao início do exercício de uma actividade profissional ou ao prosseguimento daquela. Maior autonomia e capacidade de decisão no contexto conjugal, reconhecimento de competências e fuga ao que é pressentido como fechamento doméstico

¹⁶ No que diz respeito à adequação entre nível de qualificação académica atingido e principal profissão exercida, verifica-se uma adequação no caso das mulheres oriundas dos PALOP, um expressivo desajustamento em relação à Europa de Leste e uma desadequação, para algumas profissões, no caso das brasileiras (Peixoto e outros, 2006).

estão associadas à entrada das mulheres no mercado de trabalho (Torres, 2001a). O trabalho constitui uma dimensão importante no processo de (re)construção identitária destas mulheres (Torres, 2001a), uma vez que, por um lado, a procura de oportunidades de emprego no estrangeiro pode ser percebida como estratégia de autonomização e, por outro, as circunstâncias económicas na sociedade de acolhimento podem contribuir para a realização do desejo de inserção no mercado de trabalho. Assim, “se a motivação para o trabalho profissional feminino em alguns sectores sociais nasce de um desejo de realização pessoal, em outros parece ser uma forma de contrariar e resistir a formas excessivas de dominação masculina” (Torres, 2001a: 59) como é ilustrado no seguinte excerto.

“Olha, eu comecei a trabalhar em 96, ou seja passei 4 anos, não fazia nada. Nunca me passou pela cabeça nem trabalhar, mas depois nasceu a minha filha, senti necessidade de dar-lhe mais coisas, digamos porque o marido não faltava nada em casa (...) Ele só disse assim para mim ‘Vais trabalhar para quê? Eu dou-te tudo o que precisas. Mas se achas, se queres trabalhar, podes trabalhar’. Ele só me disse aquilo, nunca mais e desde que comecei a ganhar o próprio meu nunca mais parei, por acaso nunca mais” (Mariama, 31 anos, 15 anos de residência em Portugal, 9º ano).

[Quadro 8] Última actividade exercida no país de origem e actividade actualmente exercida pelas entrevistadas

<u>Nome</u>	<u>Última actividade exercida no país de origem</u>	<u>Actividade exercida actualmente em Portugal</u>
Antónia	Administração Pública Ajudante de enfermagem	Ajudante familiar e vendedora de bebidas na Feira Popular. Actualmente não exerce qualquer actividade por questões de saúde.
Isabel	Colégio particular Professora de biologia	Empregada de refeitório e empregada de limpeza
Lúcia	Administração Pública Professora do ensino primário	Empregada de limpeza. Actualmente não exerce qualquer actividade por questões de saúde.
Ndira	Empregada de limpeza (antes da vinda era doméstica)	Empregada de limpeza
Guilhermina	Administração Pública Administrativa na biblioteca do liceu	Empregada de limpeza
Fátima	Doméstica (nunca trabalhou)	Empregada de limpeza
Georgina	Estudante (nunca trabalhou)	Estagiária de Serviço Social numa associação sem fins lucrativos
Paula	Doméstica (nunca trabalhou)	Doméstica (nunca trabalhou)
Inês	Administração Pública Ajudante de enfermagem	Ajudante de enfermagem (actualmente reformada)
Mariama	Estudante (nunca trabalhou)	Auxiliar técnica de campismo (em mudança de residência para o Luxemburgo)
Nafanta	Administração Pública - Secretária	Tradutora no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
Rute	PAM (Nações Unidas) - Secretária	Advogada e empresária (cabeleireiro)

Da análise do quadro 8, verifica-se a entrada no mercado de trabalho de três mulheres que não exerciam qualquer tipo de actividade remunerada aquando da decisão de emigrar, nem nunca tinham exercido. Falamos, portanto, de transição para o mercado de trabalho, sendo que, Georgina e Mariama eram estudantes e Fátima doméstica. Se Georgina, estudante na Guiné-Bissau, chegou a Portugal para tratamento médico e acabou por terminar uma licenciatura em Serviço Social, Mariama chegou a Portugal após um casamento combinado entre os seus pais e seu noivo (na altura, hoje encontram-se divorciados). Fátima nunca exerceu qualquer actividade remunerada na Guiné-Bissau, uma vez que casou cedo e era alvo de controlo familiar exercido pelo marido, à semelhança de Mariama. De salientar o caso de Ndira que, apesar de ter exercido actividade profissional remunerada na Guiné Bissau, deixou de o fazer aquando do seu casamento, fruto do mesmo controlo familiar exercido pelo marido. As circunstâncias económicas vividas na sociedade de acolhimento contribuíram para a realização do desejo de inserção profissional, fruto da abertura de um novo campo de possibilidades (Velho, 1994). Igualmente, as transformações ocorridas nas estruturas familiares (Fátima enviuvou e Ndira está em processo de divórcio) contribuíram para a necessidade de exercício de actividade remunerada por parte destas mulheres, ou seja, para a necessidade de contribuição feminina para os rendimentos familiares. O testemunho de Mariama exemplifica o processo de negociação com o respectivo marido no sentido do exercício de uma actividade profissional em Portugal assim como Nafanta, mas esta ainda no país de origem.

“O meu marido não deixava-me trabalhar, ele é que tratava de tudo. (...) Porque ele também nesse momento estava bem, trabalhar bem. Estava a trabalhar tipo encarregado, estava bem. E depois com a independência da Guiné saiu dessa empresa, saiu, indemnizaram-no e depois parou de trabalhar uns tempos. Depois encontrou mais trabalho, outro trabalho e depois ele faleceu. Porque tudo o que ele tem, perdeu tudo, roubaram tudo e depois ele ficou assim, sempre assim, desistiu. E eu é que fico cá a trabalhar para ajudar, para mandar dinheiro para lá. É assim que é a minha vida” (Fátima, 54 anos, há 12 anos em Portugal).

“Depois que casei, meu marido não gostou que eu ficasse a trabalhar. (...) Não sei, tem uma cabeça. Deixei de estudar, deixei de trabalhar, só em casa” (Ndira, 32 anos, 9 anos de residência em Portugal, 9º ano).

“Não cheguei logo a trabalhar. Eu comecei a trabalhar em 96, ou seja passei 4 anos não fazia nada. Nunca me passou pela cabeça nem trabalhar, mas depois nasceu a minha filha, senti necessidade de dar-lhe mais coisas, digamos porque o marido não faltava nada em casa, lá nisso ele é uma pessoa 5 estrelas. (...) Não, por acaso não contrariou. Ele só disse assim para mim ‘Vais trabalhar para quê? Eu dou-te tudo o que precisas. Mas, se achas, se queres trabalhar, podes trabalhar’. Ele só me disse aquilo, nunca mais e desde que comecei a ganhar o próprio meu nunca mais parei, por acaso nunca mais” (Mariama, 31 anos, 15 anos de residência em Portugal, 9º ano).

“O meu marido não queria que eu fosse trabalhar, insisti tanto, tivemos muitos problemas (...) foi difícil no início. O pai do meu marido interveio, também contribuiu muito para isso, para que eu fosse trabalhar. Ele disse que se é isso que eu quero, quer fazer, trabalhar e arranjar emprego, não há problema nenhum. Tivemos problemas, fizemos várias reuniões da família e ele depois acabou de decidir. (...) Não sei, se calhar é hábito na Guiné, os homens não quererem as mulheres trabalhar. Não sei explicar sinceramente. Ser homem, acham que são machista e pronto. É a única explicação, senão não vejo outra coisa. Mas há muitas mulheres que não trabalham na Guiné, os maridos não deixaram” (Nafanta, 29 anos, 10 anos de residência em Portugal, 9º ano).

O caso de Paula é singular por ser a única mulher que nunca exerceu qualquer actividade remunerada nem na Guiné-Bissau, nem em todo o seu percurso de vida por outros países antes da chegada a Portugal e sua fixação.

“Fui sempre doméstica. (...) Na Guiné também. (...) É por causa dos filhos. (...) Eu gostava. Olha, primeiro quando o meu marido estava na alfândega ele queria que eu fosse lá, estava todo entusiasmado para ir trabalhar lá na alfândega (...) Mas ele depois disse ‘Não, não podes ir trabalhar, crianças fica aqui sozinha. Ficas em casa a tomar conta delas’. Nunca trabalhei” (Paula, 72 anos, 23 anos de residência em Portugal, 4ª classe).

Analisando as trajectórias profissionais do conjunto das entrevistadas verifica-se uma mudança de estatuto caracterizada pelo exercício de actividades menos qualificadas e mal remuneradas. Se, em termos de estatuto profissional, podemos falar em perda entre o país de origem e Portugal, importa reter que “subjectivamente a migração é vivida pela maioria como passagem para uma situação melhor do que a que se tinha antes de migrar” (Machado, 2002:

212). Os estudos sobre a mobilidade social dos migrantes têm de partir de uma definição multidimensional do conceito de classe que capte vectores pertinentes em cada uma das sociedades de referência, por forma a permitir localizações de classe numa e noutra sociedade e comparação antes e depois da migração, uma vez que as sociedades em questão têm, na maioria das vezes, níveis de desenvolvimento e de condições de vida desiguais (Machado, 2002).

Antónia, Lúcia, Guilhermina e Nafanta exerciam actividade na administração pública guineense, mas as circunstâncias económicas vividas na sociedade de acolhimento exigiram delas estratégias de sobrevivência que passaram pelo exercício de actividades ligadas sobretudo ao sector das limpezas e das vendas. Antónia chegou a exercer a actividade de ajudante de enfermagem em Portugal em clínicas privadas, mas uma fiscalização levou-a a vender comidas e bebidas trazidas da Guiné-Bissau na antiga Quinta do Mocho (actualmente Urbanização Terraços da Ponte) e posteriormente na Feira Popular em Lisboa, em simultâneo com a actividade que tinha de ajudante familiar. Se salientar que o caso dos profissionais de saúde é um dos casos em que qualificações profissionais transportadas do país de origem têm espaço de continuidade no mercado de trabalho (Machado, 2002). O caso de Lúcia e Guilhermina foi diferente, uma vez que ambas sempre exerceram actividade enquanto empregadas de limpeza desde a sua chegada a Portugal e nunca retomaram as actividades exercidas na Guiné-Bissau. Nafanta, por sua vez, tem vindo a desempenhar diversas actividades enquanto empregada de limpeza, cozinheira, vendedora e até mesmo empresária uma vez que chegou a abrir uma loja de venda de produtos oriundos de vários países africanos, sobretudo guineenses. Actualmente, passa umas horas no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) a traduzir documentos oficiais de crioulo da Guiné-Bissau para português. Importa reforçar que, não obstante a concentração no sector dos serviços domésticos, as trajectórias profissionais das entrevistadas revelam outros sectores como é o caso do comércio étnico que “prolonga para Portugal a estratégia económica feminina predominante no meio urbano de Bissau” (Quintino, 2004: 177).

“Eu vivia só com os meus filhos depois da morte do meu marido. Viviam só com os meus filhos, mas também não tive ajuda de ninguém, nem de meus familiares. Daí é que veio a ideia de pensar em vir para aqui, porque se conseguisse trabalhar na área profissional, dava mais jeito. Nos princípios dos anos 90, 91 até 93 ainda consegui trabalhar, mas só que na altura, não tinha autorização de residência e nem um documento que comprovasse que eu sou

enfermeira. Então tive que voltar para trás. Fui, depois de conseguir ter autorização de residência, fui lutar para ver se me davam um documento, que eu não posso trabalhar sem um certificado, sem nada que diz que eu sou enfermeira. Fui lá, custou-me tanto porque... enfim é a vida, é a nossa vida cá. Para quem quer, ele abre-lhe a porta, para quem não quer custa mesmo para tirar um documento que é teu, custa. Porque os profissionais fugiram todos, principalmente nós que fizemos o curso aí no tempo colonial é porque todo o mundo quer ir-se embora” (Antónia, 60 anos, 17 anos de residência em Portugal, 12º ano).

“Custa muito, é duro. Limpeza com os joelhos no chão a esfregar o chão com aquele esfregona de lavar a roupa, foi muito duro (...) mas depois acabei de optar, habituei pronto. (...) Aqui em Portugal, empregada limpeza, isso que estava nos primeiros documentos, empregada limpeza. Eu estive mesmo, até foi perguntar quando deram autorização antigos professores abriram aquela coisa e eu fui lá perguntar. Disseram que eu tenho trazer os documentos da Guiné, depois que eu fui para Guiné, eu fui lá tratar dos papéis, disseram que desapareceram depois daquela guerra, disseram que extraviaram tudo. Já tem também minha vida cá. Gostava mesmo ensino primário, porque eu adora as crianças” (Lúcia, 58 anos, 16 anos de residência em Portugal, 9º ano).

“Antes fiz muitos trabalhos, limpeza, cozinha, balcão, venda, loja de telemóveis. Tentei mesmo trabalhar por conta própria, uma loja dos produtos africanos, não deu pronto e acabei por fechar a loja. (...) Neste momento (risos), o mais importante é estar a trabalhar. Aliás, a minha vida é toda feita por mim, tenho contas a pagar. (...) Não sei exactamente, mas acho se calhar não ter o 12º, também ter dificuldades por causa da língua, isso tudo conta” (Nafanta, 29 anos, 10 anos de residência em Portugal, 9º ano).

À semelhança das anteriores, também Isabel evidencia mudança de estatuto profissional ao passar de professora num colégio particular em Bissau a empregada de limpeza e de refeitório em Lisboa. O caso de Inês é particular, uma vez que foi a única que manteve o seu estatuto profissional com a vinda para Portugal, sendo igualmente a única que manteve a nacionalidade portuguesa aquando do processo de independência da Guiné-Bissau. Aliás, uma das razões da vinda para Portugal foi a pensão de reforma e o prosseguimento da sua carreira profissional, tendo trabalhado no Hospital de Santa Maria e mais tarde numa clínica privada em Lisboa. Ndira que, no momento da vinda para Portugal não exercia qualquer actividade

remunerada, tinha, previamente ao seu casamento, trabalhado como empregada de limpeza, actividade que manteve aquando da sua chegada a Portugal.

“Eu gosto e espero que um dia voltar. Já não tenho condições, já esqueci muita coisa, mas, não sei, porque aqui já não dá, para ler é um bocadinho difícil. Quer dizer, é só os jornais, não é. Eu gostava. Às vezes eu toco nuns livros da minha filha de biologia, essas coisas eu gosto muito. Paciência” (Isabel, 41 anos, 11 anos de residência em Portugal, 9º ano).

Rute e Georgina, únicas mulheres que prosseguiram os seus estudos em Portugal, excepção feita a algumas das entrevistadas que tiraram cursos profissionais mas não os terminaram, e que como tal obtiveram grau académico, são igualmente as duas únicas onde se verifica o exercício da actividade profissional em consonância com as suas habilitações. Local de estudo e emprego qualificado têm relação, uma vez que, uma grande percentagem daqueles que terminaram a universidade em países terceiros são, em grande percentagem, trabalhadores da construção civil, ao passo que esse valor se reduz para metade quando o local de estudo foi em Portugal (Machado, 2002). A necessidade de garantir, em termos imediatos, meios de subsistência é incompatível com a procura, demorada e de resultado incerto, de um emprego qualificado, facto agravado se o migrante estiver sozinho em Portugal e sem beneficiar de apoio familiar na fase de transição escola-mercado de trabalho (Machado, 2002).

As circunstâncias que trouxeram estas mulheres são muito variadas e o exercício de uma actividade profissional não constituiu, para nenhuma delas, a principal razão da sua decisão de emigrar. No entanto, algumas referem-no como estratégia de autonomização e realização profissional. Mas as trajectórias profissionais destas mulheres são condicionadas pela condição social que encontram no país de acolhimento, sendo sobretudo nos descendentes que depositam a sua esperança num futuro melhor e diferente do das próprias, acumulando horas de trabalho como é o caso de Isabel que acumula três trabalhos e é dirigente associativa.

“Os miúdos querem estudar. (...) e vi que um trabalho só para mim não dá, tive que arranjar esse trabalho limpeza de parte da tarde das seis às nove e também estou lá todos os dias. Aquilo é de segunda a sábado. Sábado fazemos quatro horas de oito a meio dia e ao sábado eu é que tenho a chave, abro a porta com as minhas colegas, fazemos o trabalho e depois fecho a porta” (Isabel, 41 anos, 11 anos de residência em Portugal, 9º ano).

As fracas condições económicas e sociais de algumas das mulheres entrevistadas são igualmente comprovadas pelo facto de cinco delas receberem apoio do Banco Alimentar contra a Fome e duas o acumularem com o Rendimento Mínimo de Inserção. Actividades geralmente pouco qualificadas, vínculos laborais precários e acumular de horas de trabalho são o que caracteriza as trajectórias profissionais da maioria das entrevistadas, verificando-se, entre a origem e o destino, perda de estatuto profissional. As razões inerentes à decisão de emigrar diferenciam as trajectórias profissionais das mulheres uma vez que, na maioria dos casos, se prendem com dificuldades financeiras, mudanças na estrutura familiar e tratamento médico.

4. CONJUGALIDADE E ESTRUTURAS FAMILIARES

As mudanças inerentes ao fenómeno migratório envolvem todas as dimensões da organização social dos migrantes, incluindo as formas de organização familiar. Entre dimensão dos agregados, tipos de família, natalidade e fecundidade, papéis e interações entre os membros das unidades familiares, muitas são as mudanças que se operam em contexto migratório. O Inquérito Nacional aos Guineenses residentes em Portugal (Machado, 2002) indica que a maioria dos migrantes guineenses vive em situação conjugal e tem filhos, sendo as duas coisas ainda mais comuns nas mulheres, mas esta conjugalidade com filhos não é transposta como tal para a sociedade de acolhimento, uma vez que a imigração guineense não é uma imigração familiar. Diferenças de género também aqui se verificam uma vez que a vinda conjunta, tanto com cônjuges como com filhos, é uma prática quase exclusivamente feminina (Machado, 2002). Outra característica das migrações guineenses é o ainda reduzido peso do reagrupamento familiar, sendo que a situação mais comum é a da mulher que se junta ao cônjuge (Machado, 2002; Fonseca e outros, 2005). São os homens quem mais tem filhos na Guiné-Bissau e as mulheres quem mais manifesta a intenção de os trazer para o país de acolhimento ao passo que em relação ao cônjuge são mais os homens quem afirma pretender trazer a mulher (Machado, 2002).

O estudo de Fernando Luís Machado (2002) revela igualmente que são mais as mulheres imigrantes e os homens luso-guineenses¹⁷ quem estabelece relações conjugais em Portugal e

¹⁷ Aqueles que, aquando do processo de independência da Guiné Bissau, mantiveram a nacionalidade portuguesa.

têm filhos dessas relações, situação que chega mesmo a ultrapassar outras circunstâncias como a presença do cônjuge na Guiné-Bissau, a vinda com ele ou o reagrupamento do casal depois da chegada isolada de um dos seus elementos. São também aqueles quem mais chega a Portugal solteiro. Os descendentes dos imigrantes têm uma média de idades a rondar os 7,3 para os residentes e 6 para os nascidos em Portugal, ao passo que os filhos dos luso-guineenses apresentam médias de 15,1 e 11,7 respectivamente. As taxas de descendência média das mulheres migrantes são superiores às das mulheres portuguesas, mesmo tratando-se dos filhos nascidos na Guiné-Bissau quer estejam ou não em Portugal, exceção tangencial feita para os filhos nascidos em Portugal. Se compararmos o número total de filhos, as migrantes atingem valores que são o dobro dos valores atingidos pelas mulheres portuguesas. Ora, o prolongamento do tempo de residência, tem um efeito atenuador destas diferenças com a aproximação progressiva das taxas de natalidade entre as populações migrantes e a sociedade portuguesa, mas, os valores de partida da natalidade, ou seja os valores registados à chegada, são, em regra, mais altos para os migrantes (Machado, 2002).

4.1. Escolha do Cônjuge, Situações Conjugais e Tipos de Família

Entre os que não têm situação conjugal, homens são mais solteiros e as mulheres mais separadas, divorciadas e viúvas, e que as separadas e divorciadas são em maior número que as mulheres portuguesas (Machado, 2002). Excluindo as situações de viuvez, seria interessante perceber em que medida aquelas estão relacionadas com o processo migratório ou seja, se o novo quadro de inserção dos migrantes favorece situações de separação ou divórcio ou se, pelo contrário, estas contribuem para a migração. A experiência migratória tende a gerar mudança de papéis, interações e expectativas no seio das famílias podendo mesmo originar processos de desagregação familiar.

Ndira, Mariama, Nafanta e Rute, as duas primeiras em Portugal¹⁸ e as duas últimas na Guiné-Bissau, constituem o grupo das entrevistadas que passou pelo divórcio, sendo de frisar que foram as duas mulheres muçulmanas, Mariama e Nafanta, que para além de terem perdido a custódia dos filhos (Nafanta já recuperou a custódia e os seus filhos juntaram-se a ela em Portugal), referem o controlo familiar fruto da estigmatização do divórcio. De frisar ainda que

¹⁸ Ndira divorciou-se já em Portugal (o marido residia em Portugal e a própria juntou-se a ele posteriormente para tratamento médico), tal como Mariama cuja razão da emigração foi o casamento. Por outro lado, Rute divorciou-se na Guiné-Bissau e chegou a Portugal para se juntar a um novo namorado e para prosseguir os estudos, ao passo que no caso de Nafanta o divórcio está na base da decisão de emigrar.

dependência económica (Torres, 1999) e estatuto legal dependente do cônjuge (Fonseca e outros, 2005) podem ser factores dissuasores da escolha pelo divórcio¹⁹. Relativamente à guarda das crianças a responsabilização dos dois progenitores torna evidente, em caso de divórcio, a dissociação entre relação conjugal e relação parental cabendo aos progenitores assegurar a última (Torres, 1999).

“Eu sozinha trabalhando não posso levar nem ir buscar na escola, no infantário porque ainda tinha 5 anos, por isso decidimos que ele ficava com ela. E ficou porque a outra filha dele, era mais velha, podia levar e trazer o irmão, por isso é que ficou com o pai. Mas todos os fins-de-semana está comigo e nas férias. Não, é assim, ela já quer vir morar comigo só que o pai também não autoriza, mas não é uma discordância, eu até compreende (...) ele me disse ‘Olha, é assim, se eu dou ela eu fico sozinho. Praticamente estou a trabalhar para quê?’ Porque a mulher dele agora já não pode ter filhos e então só tem mesmo a princesa. Não sei, se calhar mais tarde pode vir querer morar comigo por vontade própria e já pode” (Mariama, 31 anos, 15 anos de residência em Portugal, 9º ano).

“Olha o meu pai foi, digamos que a digestão dele foi mais difícil porque já me queria separar há mais tempo e ele nem queria ouvir falar nisso e então eu com, não é medo, mas pelo respeito da palavra do meu pai, o casamento ainda chegou aos 9 anos porque vivíamos mais, da minha parte era, mais como irmão do que propriamente o marido. E a minha mãe, ela foi mais fácil dar-lhe a volta e explicar-lhe que amizade que tinha não era um grande amor mas uma amizade, expliquei e ela percebeu muito bem, mas o meu pai foi ainda, foi uma digestão muito lenta. (...) ‘Filha vê lá, uma mulher tem fases. A primeira fase já passaste, agora vê lá’. (...) ele só perguntou-me se eu gostava mesmo dele, achava que valia a pena casar, como já fui divorciada uma vez é complicado, e eu disse que sim e ele aceitou bem” (Mariama, 31 anos, 15 anos de residência em Portugal, 9º ano).

“Aliás depois de termos problema, ficaram sempre, mas a opção foi minha. Não vou a casa da minha irmã levar os meus filhos, a minha irmã estar a sustentar, não ia sustentar os meus filhos quando o pai tem casa, tem tudo. (...) fazia oposição em relação a mim. Eu disse ‘Olhe, temos problema, os nossos filhos não tem nada a ver portanto ficas com os miúdos, tem casa,

¹⁹ Nestes casos, as especificidades de género indicam-nos que o estatuto legal destas mulheres no país de destino depende do estatuto do seu marido ou parceiro, facto que se pode traduzir numa situação de dependência em casos de ruptura (Fonseca e outros, 2005).

tem tudo. Eu vou a casa da minha irmã, mas no fim-de-semana, também como trabalho durante a semana não tenho tempo, mas a fim-de-semana vou passar a ficar com os miúdos”. No início tudo ok, quando chega a fim-de-semana começa logo a arranjar umas desculpas, que é para os miúdos (...) E muitas das vezes eu ia buscar os miúdos ou a minha sobrinha ia a casa buscar os miúdos, recusava, arranjava desculpa qualquer e não deixava” (Nafanta, 29 anos, 10 anos de residência em Portugal, 9º ano).

[Quadro 9] Situação conjugal e origem do cônjuge

Nome	Situação conjugal*	Origem do cônjuge
Antónia	União de Facto	Guiné-Bissau
Isabel	Casada	Guiné-Bissau
Lúcia	União de Facto	Guiné-Bissau
Ndira	Em fase de Divórcio	Guiné-Bissau
Guilhermina	União de Facto	Guiné-Bissau
Fátima	Viúva	Cabo Verde
Georgina	Casada	Guiné-Bissau
Paula	Viúva	Portugal
Inês	Casada	Guiné-Bissau
Mariama*	União de Facto	Guiné-Bissau
Nafanta	Divorciada	---
Rute	Casada	Guiné-Bissau

* Uma vez que não temos informação, no caso dos casamentos, sobre o facto de aqueles serem no registo, católicos ou tradicionais, usaremos a terminologia casamento para os designar a todos e divórcio para designar os casos de separação dentro de qualquer tipo de casamento, excepção feita para a união de facto em relação à qual falaremos em separação.

Da análise do conjunto das entrevistadas destacamos quatro mulheres que vivem, actualmente, em união de facto e que têm em comum o facto de, para todas elas, se tratar de uma segunda união ou seja, falamos de famílias recompostas. Antónia, Lúcia e Guilhermina, viúvas, casaram, no caso das duas primeiras, e vivia em união de facto, no caso da última, na Guiné-Bissau e vieram sozinhas para Portugal. Se, no caso de Antónia, a viuvez terá facilitado o processo migratório, dadas as dificuldades económicas que daí advieram, o marido de Lúcia terá falecido já a própria residia em Portugal e, no caso de Guilhermina, o mau relacionamento do casal, entre outras razões, terá contribuído para a decisão de emigrar. O caso de Mariama, também ela em união de facto, difere do das anteriores uma vez que na base do motivo da vinda para Portugal está o casamento imposto pelos pais com um homem que, na altura, aí residia e do qual se terá divorciado. A união de facto acontece igualmente, enquanto fase transitória, ainda na Guiné-Bissau e antecede o casamento para algumas das entrevistadas. Estudos recentes em Portugal (Almeida e outros, 1998; Lalanda, 2002; Ferreira e Aboim, 2002) revelam que a coabitação, a monoparentalidade e a parentalidade sem casamento registam índices mais elevados nas faixas mais desfavorecidas da população,

apesar de se verificar o crescimento da primeira enquanto opção ideológica e que a coabitação antecede o casamento. Coloca-se pois a questão da dissociação entre conjugalidade e casamento, por um lado, e parentalidade e conjugalidade, por outro, neste último caso se tivermos em consideração a monoparentalidade, ou seja, o casamento deixa de ser o único meio legítimo de acesso à conjugalidade e à parentalidade (Ferreira e Aboim, 2002).

Ainda relativamente às viúvas, temos os exemplos de Fátima e Paula, embora diferentes entre si, uma vez que Fátima chegou a Portugal sozinha para tratamento médico e posteriormente o marido faleceu na Guiné-Bissau nunca se tendo juntado à própria, e Paula cuja decisão de emigrar se baseou em acompanhar o marido que faleceu já em Portugal. Por fim, Isabel, Georgina, Inês e Rute, casadas, também protagonizam percursos diferenciados uma vez que Rute se terá divorciado na Guiné-Bissau e posteriormente juntado ao actual marido em Portugal, e Georgina que também terá conhecido o actual marido com quem casou já em Portugal, ao passo que Inês e Isabel casaram ambas na Guiné-Bissau sendo que Inês chegou a Portugal com o marido e Isabel chegou sozinha, tendo o marido se juntado posteriormente por motivo de doença.

Entre o conjunto das pessoas que vivem em situação conjugal podemos distinguir as uniões de facto, os casamentos pelo registo, os casamentos católicos e os casamentos tradicionais, estes últimos constituem um tipo particular de união de facto embora distinto por envolver um conjunto de práticas associadas ao interconhecimento prévio das famílias, às ofertas à família da noiva e à cerimónia de celebração. O estudo de Fernando Luís Machado (2002) revela que são menos os luso-guineenses do que os imigrantes e menos as mulheres do que os homens que celebram casamentos tradicionais e mais os fulas, manjacos e mancanhas que os crioulos e distribuição rigorosamente inversa entre os casamentos católicos, ou seja, estes têm expressão máxima nas mulheres luso-guineenses e expressão mínima nos homens imigrantes. Importa, no entanto, referir que casamento católico não significa convicções religiosas profundas, verificando-se mesmo uma descoincidência (Torres, 1999). O casamento civil é mais comum nos luso-guineenses que nos imigrantes e mais nos homens que nas mulheres, uma vez que estas casam mais pela igreja. Relativamente às uniões de facto aderem muito mais as mulheres que os homens e os imigrantes que os luso-guineenses (Machado, 2002).

De entre o conjunto das entrevistadas, aquelas que se associaram conjugalmente em Portugal fizeram-no mais através de uniões de facto, como são os casos de Antónia, Lúcia,

Guilhermina e Mariama. Georgina conheceu o marido já em Portugal e Rute juntou-se a ele também em Portugal, apesar de se terem conhecido na Guiné-Bissau. Fernando Luís Machado (2002) revela que o regime de conjugalidade pós-imigração é caracterizado pelo forte decréscimo dos casamentos tradicionais, pela diminuição dos casamentos pela igreja, pelo aumento dos casamentos pelo registo e pela maior proporção de divórcios e separações.

Se numa primeira fase do ciclo migratório se verifica a desproporção entre homens e mulheres, sendo aqueles em maior número, pode verificar-se que uma parte mais ou menos ampla dos homens estabeleça situações conjugais com mulheres da sociedade receptora, continuando a maioria das relações a envolver pessoas da mesma população. Numa fase posterior, a conjugalidade exogâmica tende a diminuir, voltando mais tarde a aumentar. Entre os migrantes guineenses, são mais os homens do que as mulheres quem estabelece relações conjugais com portuguesas e secundariamente com outros migrantes dos PALOP, sobretudo Cabo Verde, e mais os luso-guineenses que os imigrantes (Machado, 2002). A análise dos Censos de 1991 e 2001 indica-nos um reforço da representatividade dos casamentos em que um dos cônjuges tem nacionalidade estrangeira, sendo a situação maioritária aquela em que um dos cônjuges tem nacionalidade portuguesa, com primazia para o casamento de uma estrangeira com um português, mas são as nacionalidades cabo-verdianas, guineenses e santomenses cuja importância relativa dos casamentos mistos apresenta valores mais baixos (Valente Rosa e outros, 2004). Podemos não estar, no entanto, perante bons indicadores de níveis de endogamia em território português se tivermos em consideração estratégias de aquisição de nacionalidade e a situação de casamentos de africanos com indivíduos de nacionalidade portuguesa mas de origem africana por exemplo.

Relativamente à origem do cônjuge, importa pois distinguir aquelas que se associaram conjugalmente em Portugal e as que o fizeram na Guiné-Bissau. No entanto, à excepção de Paula que casou com um português de origem nascido em Cabo Verde, todas as outras entrevistadas, quer se trate de primeiras ou segundas uniões, se associaram conjugalmente a homens de origem guineense. Se isolarmos as situações conjugais verificadas em Portugal, mantemos o mesmo padrão. O casamento ou união com pessoas da mesma origem ou grupo étnico, e no caso das muçulmanas da mesma religião, não é referido como de especial importância para estas mulheres, sendo Isabel a única que o refere mas em relação ao namoro da filha mais velha e Guilhermina como forma de evitar o conflito com a família.

“Isso é muito difícil porque hábitos, os costumes são diferentes. Eu não vejo que somos todos humanos, seres humanos, mas os costumes são diferentes, sabe porquê? Porque é assim, porque eu agora sair da minha casa e ir para casa da minha filha, eu não preciso de ter muita cerimónia. Não sei se estás a perceber, sabe aqui na Europa só para ir à casa da pessoa tem que telefonar. Tudo bem, mas se eu posso telefonar, a minha filha é casada com um português, posso telefonar, minha filha pode aceitar me receber na casa, mas o marido não vai gostar porque não está criado neste ambiente, estás a perceber? Não está habituado a este ambiente, está a viver, tem o hábito de viver sozinho, de estar sozinho, de ter liberdade na casa dele, não sei quê, enquanto que os africanos já é diferente, africano gosta de viver em grupos, essas coisas” (Isabel, 41 anos, 11 anos de residência em Portugal, 9º ano).

“Para mim desde que... Não há pior coisa que contrariar, não é? Isso significa contrariar e quando eles concordam com uma coisa, automaticamente a pessoa fica feliz. É só isso. Dá certo? Nem sempre dá certo, nem sempre, pelo menos a mim não” (Guilhermina, 48 anos, 18 anos de residência em Portugal, 12º ano).

Mas, a escolha do cônjuge por parte destas mulheres não é isenta de controlo familiar, nomeadamente nas situações conjugais na Guiné-Bissau como são os casos de Mariama, Nafanta, ambas muçulmanas e cujos cônjuges foram impostos pela família, Guilhermina e Lúcia. A família de Paula também reagiu face à escolha do cônjuge por parte da própria. O caso de Lúcia é igualmente singular, por se tratar de um casamento entre primos, normalmente, filhos de dois irmãos do sexo masculino uma vez que esta é considerada a ligação matrimonial preferencial pois reforça o sistema patrilinear. Georgina, que conheceu o marido já em Portugal, revela igualmente a importância que têm, para algumas famílias, os casamentos intra-étnicos, como o podemos confirmar no seguinte excerto. Casos extremos de impossibilidade de conjugação dos projectos individuais com os da família ou grupos de referência, levam ao conflito, podendo mesmo verificar-se uma ruptura. A conjugação dos projectos torna-se tanto ou mais difícil quanto maior é o controlo social e familiar e menor o campo de possibilidades do indivíduo (Velho, 1994).

“Não, foi os meus pais. Um casamento por conveniência. (...) O meu marido propriamente só o conheci no próprio dia, que me apresentaram ‘Olha este é o teu marido’ (...) Mas isto lá é normal, os pais arranjam marido para os filhos. (...) ele precisou de arranjar uma mulher

para ajudar a tomar conta dos filhos e como os meus pais conheciam-no, e pronto foi um casamento por conveniência (Mariama, 31 anos, 15 anos de residência em Portugal, 9º ano).

“Quando estava a namorar com o meu marido, os meus familiares não queriam. Diziam ‘Olha os portugueses quando vêm cá para África vêm cá, chegam, arranjam mulher, arranjam filho e vão-se embora e deixam tudo’” (Paula, 72 anos, 23 anos de residência em Portugal, 4ª classe).

“É a minha família, é a família da minha mãe, porque lá quase a gente casa assim. Primos afastados e isso, família assim. Não pode casar com outro tribo, não é? Como somos assim, por exemplo, somos assim, não pode casar com muçulmano. (...) Etnia sim, mas do teu nível. Não é daqueles níveis assim baixo lá” (Lúcia, 58 anos, 16 anos de residência em Portugal, 9º ano).

“Os meus familiares não têm problema de tribalismo. Como somos muitos e muitas, é difícil mesmo ser só os manjacos, porque as minhas duas irmãs de mãe e pai casaram-se homens que não são manjacos. Mas na parte dele não querem, os familiares deles não querem. Querem mancanha, tem que ser mesmo da etnia dele. Só que o meu marido não tem problema, ele está isolado dos irmãos por ter mulher manjaca, mas em relação a ele não tenho razão de queixa” (Georgina, 36 anos, 11 anos de residência em Portugal, licenciada).

A análise do conjunto das entrevistadas leva-nos a considerar o controlo social e familiar e o fechamento intra-étnico que caracteriza as sociabilidades nas estratégias de escolha do cônjuge, no entanto, é importante também reconhecer dimensões afectivas e amorosas nas estratégias matrimoniais (François de Singly em Torres, 2001b). Jean Kellerhals considera as condicionantes sociais a par das dinâmicas afectivas e Michel Bozon os fortes traços de continuidade na presença da homogamia social no casamento (Torres, 2001b). Ainda relativamente ao controlo social e familiar exercido sobre estas mulheres, importa referir que ele incide igualmente no período de namoro e na sexualidade daquelas. A prática da excisão, observável entre populações muçulmanas, cristãs e animistas na Guiné-Bissau, constitui uma prática de controlo da sexualidade da mulher ligada a crenças associadas com a fidelidade, a virgindade no casamento e a purificação, entre outros aspectos (Abranches, 2004; Martingo, 2007). Embora não constitua objecto de estudo, a prática da excisão merece ser referenciada uma vez que interfere nas estratégias de (re)construção identitária das mulheres. Todavia,

denota-se uma flexibilização desse controlo relativamente aos seus descendentes quer no período de namoro, quer na sexualidade, quer na escolha do cônjuge. Ora, é preciso notar que nem sempre as construções discursivas são coincidentes com as práticas e que, como tal, a análise do processo de (re)construção da identidade destas mulheres exige que se considerem, por um lado o que elas podem dizer sobre a sua identidade, e por outro o que na prática elas fazem para a (re)construir (Almeida, 1986). Mas se a sociologia da família tem insistido na homogamia como padrão, ou seja, conjugalidade entre iguais segundo a lógica classista, pouco se pode avançar no que se refere às populações migrantes. No caso da presente pesquisa todas as mulheres entrevistadas são oriundas da Guiné-Bissau, como tal é preciso esperar para analisar os comportamentos, em termos de conjugalidade, dos seus descendentes por forma a verificar se, se mantêm ou alteram os padrões de comportamento em relação aos das suas ascendentes.

O Inquérito Nacional aos Guineenses residentes em Portugal (Machado, 2002) revela que são os imigrantes quem mais vive em grupos domésticos constituídos por pessoas do mesmo sexo, grupo doméstico este quase exclusivamente masculino se considerarmos a sua composição marcadamente jovem e masculina, ao passo que os luso-guineenses vivem mais em casal com filhos. No caso das famílias monoparentais, elas são quase exclusivamente femininas e para elas contribuem as mulheres separadas ou divorciadas, as viúvas, as cujos cônjuges permanecem na Guiné-Bissau e, em menor número, as solteiras. Os luso-guineenses vivem mais em casais com ou sem filhos, não se verificando grande diferenciação de género, e entre os imigrantes são mais as mulheres quem vive naquela situação. Os agregados com crianças são mais numerosos entre os luso-guineenses. Pode mesmo dizer-se que os tipos de família mais comuns na população portuguesa, casais com filhos, casais sem filhos e pessoas sós, têm expressão mais reduzida entre os migrantes guineenses (Machado, 2002). A Guiné-Bissau, no Censo de 2001, apresenta uma dimensão média dos agregados mais reduzida que o conjuntos dos PALOP, sobressaindo o número de agregados singulares, para tal contribui o reforço da importância de trabalhadores e a religião islâmica que pode limitar a imigração feminina ou protelar no tempo a sua chegada ao país de acolhimento (Fonseca, 2005).

A análise da composição das famílias complexas permite-nos evidenciar contraste com a população portuguesa, sendo aquelas mais frequentes entre os migrantes guineenses. A frequência com que os grupos domésticos incluem outras pessoas, para além dos núcleos familiares formados por pais com ou sem filhos ou por mães ou pais com filhos, é o que

caracteriza as famílias complexas dos migrantes guineenses. Na origem, entre as mulheres entrevistadas, verifica-se a existência de estruturas familiares alargadas, onde predomina a poligamia, a prática da passagem da mulher para casa dos sogros ou a residência conjunta de mais que um agregado familiar. Georgina e Nafanta, viveram com os seus pais e suas diversas mulheres em poligamia, sendo que Nafanta, após o seu casamento, mudou-se para a casa do marido, cujo pai vivia igualmente em poligamia. De entre as entrevistadas não se conhecem situações de poligamia, para além das vividas com as suas famílias na Guiné-Bissau. No entanto, importa reter que as estruturas familiares poligâmicas, muitas vezes, se alteram em contexto de imigração e revelam por isso adaptação das tradições da origem às circunstâncias e aos valores da sociedade de acolhimento. Ndira vivia em Bissau numa estrutura familiar composta por vários agregados familiares, uma vez que a existência de um número alargado de filhos leva alguns deles a viverem desde cedo com outros familiares. Situação igual viveu Georgina.

Os movimentos de autonomização e individualização que se verificam nas formas de organização familiar em Portugal (Almeida e outros, 1998; Vasconcelos, 2003; Aboim, 2003) não têm o mesmo peso nas populações migrantes devido ao controlo social e à coesão forte que persiste naqueles e que não permite a mesma evolução do processo de privatização da vida familiar (Abranches, 2004). Não se encontra, igualmente, igual correspondência no grupo das entrevistadas, uma vez que apenas seis delas residem no seio da sua família nuclear como são os casos de Georgina, Isabel, Inês, Rute, Paula e Mariama. Guilhermina reside com o seu companheiro, os seus filhos e um tio (temporariamente fora de Portugal) que a acolheu quando primeiramente chegou a Portugal e Fátima vive numa situação semelhante pois foi igualmente acolhida na casa de um tio (actualmente falecido), onde ainda reside mas actualmente com os filhos e uma prima e respectivo companheiro e filhos. Antónia e Lúcia acolheram os seus netos ou via reagrupamento familiar ou porque as suas filhas deixaram as crianças aos cuidados da avó. Por fim, Ndira reside num quarto alugado com os seus filhos, numa casa cujas assoalhadas foram alugadas a pessoas diferentes e que não se conhecem e Nafanta com uma sobrinha que chegou recentemente a Portugal.

Factor de contraste com as mulheres portuguesas é igualmente o número de filhos, mas importa considerar que na “origem da superioridade dos níveis de natalidade das populações de nacionalidade estrangeira está, em primeiro lugar, o facto de estas apresentarem uma estrutura etária muito mais favorável à ocorrência de nascimentos (i.e. com uma concentração

superior de efectivos nas idades férteis)” (Valente Rosa e outros, 2004: 77). Não devemos, no entanto, concluir que disparidades entre níveis de fecundidade se reproduzem em território português, uma vez que aqueles diferem dos observados nos países de nacionalidade respectivos. Igual situação para a idade média do primeiro casamento e a idade aquando do nascimento do primeiro filho, contrastes estes que importa perceber se terão tendência a atenuar-se, entre os descendentes, fruto do alongamento da formação escolar.

[Quadro 10] Número de filhos por entrevistada

Nome	Idade à chegada	Idade	Número de filhos
Antónia	43	60	6
Isabel	30	41	3
Lúcia	42	58	2
Ndira	23	32	3
Guilhermina	33	48	2
Fátima	42	54	9
Georgina	25	36	1
Paula	49*	72	4
Inês	43	70	2
Mariama	17	31	1
Nafanta	19	29	2
Rute	21	50	2*

* Um dos filhos é adoptado.

Se, por um lado, verificamos que duas das entrevistadas têm apenas um filho e cinco delas dois, por outro lado, encontramos duas com três, uma com seis e outra com nove filhos. Apenas os filhos de Georgina, Mariama e Rute nasceram em Portugal, sendo elas precisamente as mulheres que chegaram a Portugal solteiras e mais novas de entre o conjunto das entrevistadas. Viveram pois, importantes períodos de socialização em Portugal, que passou pela conjugalidade, pelo nascimento dos filhos e pela transição escola-mercado de trabalho (Rute era trabalhadora-estudante mas chegou a Portugal para tirar uma licenciatura), factores que poderão estar na base da aproximação dos seus comportamentos aos da sociedade portuguesa. O filho mais novo de Isabel nasceu igualmente em Portugal mas porque a gravidez coincidiu com o período ainda inicial da sua estadia em Portugal, período que a própria encarava como transitório. Questões de saúde, ligadas a uma gravidez de alto risco, fizeram-na adiar o regresso à Guiné-Bissau. Relativamente à idade média do primeiro casamento e à idade aquando do nascimento do primeiro filho destaca-se o caso de Nafanta que casou e foi mãe aos 15 anos.

“Casei cedo com 15 anos e já com 18 tive os meus dois filhos. (...) É complicado, doloroso. Uma pessoa, uma criança já com 15 anos que é a primeira vez está a enfrentar uma coisa, é

complicado. É complicado mesmo, mas tem de ser. Também se calhar somos criadas assim. (...) A situação, tu vai porque tinha que ser, não é. E o mais importante para eles é realmente saber se és virgem ou não. É tradição. É a primeira vez de ver um homem à tua frente e tem que ser isto, é doloroso, não tenho palavras, mas é complicado. (...) Não sabia nada, não sabia nada, eu estava inocente, eu estava a dormir. (...) Casei no Maio, o meu primeiro filho tive em Dezembro, portanto é logo aí mesmo (...) Fica assim, a pessoa só se tiver sorte não sei, ou azar” (Nafanta, 29 anos, 10 anos de residência em Portugal, 9º ano).

Podemos então concluir que o tipo de família observado resulta, sobretudo, das contingências dos primeiros anos de imigração em que a solução para encontrar casa passa pelo recurso a familiares e amigos. Fica por esclarecer se o prolongamento do tempo de residência, nomeadamente com os descendentes destas mulheres, se traduz na redução deste padrão familiar. O mesmo se poderá dizer em relação à dimensão média dos agregados, não descurando as dificuldades de acesso à habitação, o maior número de crianças e o número ainda reduzido de pessoas que vivem só, entre os migrantes guineenses. Os contrastes verificados entre as mulheres guineenses entrevistadas, todas elas nascidas fora de Portugal e com importante período de socialização na Guiné-Bissau, e as mulheres portuguesas encontram justificativo na origem, nos contextos sociais daquelas e suas origens étnicas e sociais. Também o papel da interacção conjugal na construção da identidade e o papel da dinâmica interna da relação conjugal nas práticas e representações dos cônjuges são de especial importância como podemos verificar nas propostas de vários autores mas que não cabe aqui desenvolver (Segalen, 1999).

4.2. Descendentes

Uma vez que as mulheres entrevistadas são todas oriundas da Guiné-Bissau com tempos diferenciados de residência em Portugal, aspectos da inserção social destas migrantes são observáveis a partir das trajectórias de vida dos seus descendentes (Portes, 1999). Os descendentes são os protagonistas de representações e práticas que, de algum modo, se cruzam, mas não se confundem, com aquelas dos seus primo-migrantes. É de especial importância compreender de que forma origens étnicas e sociais, representações e práticas, vivências e estratégias se cruzam e concorrem na definição dos seus trajectos de vida. Mas, importa considerarmos os descendentes de imigrantes no quadro dos jovens em Portugal, a

sua diversidade em termos de condições e a questão da etnicidade fruto da sua ascendência (Machado e Matias, 2006b).

Com a sedentarização dos migrantes, coloca-se a questão da inserção social dos seus descendentes uma vez que, nascido ou tendo crescido em Portugal, a ideia de regresso não se aplica da mesma forma que aos seus ascendentes. Importa, no entanto, distinguir entre aqueles que chegaram a Portugal jovens mas que nasceram e cresceram noutros países e que chegam a Portugal sobretudo com o intuito de trabalhar, daqueles que nasceram em Portugal ou aí chegaram muito jovens, distinguindo-se daqueles por terem frequentado o sistema de ensino, daí terem transitado para o mercado de trabalho e, como tal, mais permeáveis às referências culturais da sociedade de acolhimento (Machado e Matias, 2006b). Falamos sobretudo de modos de transição para a vida adulta que prefiguram modos de inserção social nas sociedades de acolhimento.

Diferenças de trajecto, socialização e projecto, ou seja “os filhos nascem e/ou crescem nesse país e por via da frequência da escola, das sociabilidades infantis e juvenis interétnicas, dos consumos materiais e culturais, dos padrões de valores e dos estilos de vida, têm experiências sociais e expectativas muito diferentes das dos pais, que tiveram a sua socialização primária e várias socializações secundárias no contexto da sociedade de origem” (Machado e Matias, 2006b). Importa, no entanto, igualmente considerar a socialização primária familiar enquanto transmissor de valores e práticas e os contextos de interacção intraétnica, que não são ligações directas mas uma versão transformada dessa cultura, consequência da adaptação ao contexto migratório. Verificam-se assim descontinuidades intergeracionais uma vez que uns e outros se auto-referenciam predominantemente a sociedades diferentes (Machado e Matias, 2006b). Mas, não podemos deduzir daqui uma homogeneidade interna com base em concepções essencialistas da identidade, podendo mesmo falar-se em juventude, classe ou género. Considerar os descendentes de imigrantes no quadro dos jovens em Portugal e a sua diversidade em termos de condições é fundamental para perceber de que forma se diferenciam as trajectórias sociais de uns e outros. A condição de classe, em termos de origem de classe e de trajectórias sociais, constitui um eixo estruturante dessa diferenciação a par das relações de género, uma vez que, apesar de já ter sido feito um caminho no sentido da igualdade em Portugal, persistem desigualdades no acesso aos lugares do poder político económico e profissional, nos níveis de remuneração e na conciliação entre trabalho e vida familiar, para citar apenas algumas.

Por fim as questões da etnicidade que, embora com “variações de população para população, o que se observa, do lado social, é uma composição de classe puxada para baixo, com predomínio de classes populares, uma composição sociodemográfica mais jovem do que a da população portuguesa e algum nível de concentração residencial, especialmente em certos concelhos da região de Lisboa. Do lado cultural, a filiação religiosa é mais de continuidade do que de contraste, à excepção daquela parte dos guineenses que segue o Islão; em termos linguísticos, há continuidades, mas também elementos de contraste, por via do uso generalizado dos respectivos crioulos por parte de caboverdianos e guineenses; e há sociabilidades interétnicas disseminadas, em várias esferas do quotidiano. Não existem, portanto, até ao momento, situações de duplo contraste vincado” (Machado e Matias, 2006b: 18). Sendo a etnicidade um processo dinâmico, importa compreender de que forma a socialização alargada no contexto da sociedade portuguesa por parte dos descendentes atenua essa etnicidade e de que forma se verificam ou não eventuais dinâmicas de reprodução dos elementos de contraste quer cultural, quer social. Condições de classe desfavorecidas reproduzem-se intergeracionalmente ou os descendentes conhecem uma melhoria geral das suas condições de vida e assistem a mobilidade social? De que forma as origens étnicas e sociais interferem nessas dinâmicas de reprodução ou mobilidade?

Estudos sobre trajectos e composição social dos descendentes, por exemplo sobre as modalidades de entrada no mercado de trabalho, são fundamentais para compreender os modos de inserção social das populações migrantes. Mas, à semelhança do conjunto dos filhos das entrevistadas, uma grande parte dos descendentes em Portugal está a frequentar a escola, ou seja, estão mais no sistema de ensino que no mercado de trabalho (Machado, 2002). Ora se, por um lado, lógicas classistas e de género (a par de desigualdades de natureza territorial) persistem nos percursos escolares dos descendentes (Machado, Matias e Leal, 2005), importa perceber em que modos ocorre a reprodução das condições de classe de partida. Um estudo sobre os resultados escolares dos filhos de imigrantes africanos (Machado, Matias e Leal, 2005) conclui correlações fortes entre resultados escolares e origens sociais, ou seja, para “condição de classe igual ou para género igual, os resultados escolares de imigrantes e autóctones não diferirão significativamente” (Machado, Matias e Leal, 2005: 711). Verifica-se, no entanto, alguma fluidez social nos destinos escolares. Estratégias familiares em relação à escolarização dos filhos são uma variável importante e verifica-se claramente a centralidade da escola na estruturação das oportunidades futuras. A valorização

da escola por parte das famílias guineenses está igualmente relacionada com os trajectos escolares relativamente longos dos membros daquelas, se considerarmos o carácter selectivo da imigração guineense quer em termos de qualificações escolares, quer em termos de qualificações profissionais.

“Sim, se eu tiver possibilidades gostava que eles estudassem para vida delas, para cada qual ter, pronto, conhecimento e ter profissão que dá para trabalhar” (Isabel, 41 anos, 11 anos de residência em Portugal, 9º ano).

“O rapaz também chumbou, sabe como é que é, bairro não ajuda em nada. Tive que deixar o segundo emprego por causa dele. Ficou a dormir, não acorda a tempo para ir para aula e no ano passado foi fazer de atraso, começou a faltar e a menina também, seguir dele, chumbou também. O último rapaz passou. (...) Um pessoa para atingir objectivo tem que dedicar (...) Ela diz que se terminar essa história que queria fazer, que gostaria de fazer relações internacionais, não sei, não sei se vai conseguir entrar ou não, se conseguir fazer a história. Mas ela está com vontade. (...) Eu gostaria, cada qual dos meus filhos conseguisse uma profissão adequada, goste também e que tenha sorte na vida. Eu como mãe já não tive oportunidade de fazer e gostaria imenso que os meus filhos fizessem o que eu não consegui, futuro melhor” (Guilhermina, 48 anos, 18 anos de residência em Portugal, 12ºano).

“Sim, estudar mais. Eu gostaria que eles estudarem porque se não tem estudo nesse mundo, nada resolve para eles” (Fátima, 54 anos, 12 anos de residência em Portugal, 6º ano).

“Eu aposto o máximo que eu posso na escolaridade do meu filho. O meu filho, no tempo em que não tem aulas, ele está ou na explicação, ou em actividades onde o possamos deixar para actividades de tempos livres a partir do 4º ano. E eu tenho que optar, ou o meto num centro de estudos ou ele fica em casa sozinho. E então ele está num centro de explicações, depois tem futebol, tem outras actividades extracurriculares” (Rute, 50 anos, 29 anos de residência em Portugal, licenciada).

Preocupações expressas relativamente ao domínio da língua portuguesa, por parte das famílias guineenses em relação aos descendentes, revelam estratégias familiares de valorização da escola. Não podemos esquecer que é predominantemente em português que a socialização linguística dos descendentes é feita, seja na escola, nos grupos de pares ou na televisão por

exemplo, apesar da importância do crioulo, sobretudo na vida social e na identidade cultural daqueles. Falamos pois em bilinguismo, onde o peso de uma e outra língua dependerá essencialmente da sua utilização e valorização em diversos contextos de interacção. Mas, as dificuldades maiores ou menores sentidas pelos descendentes no domínio do português, não actuando isoladamente, influenciam os resultados escolares. Podemos, no entanto, concluir que são as clivagens classistas que produzem maior diferenciação entre as estratégias familiares de socialização dos descendentes, em termos de escolarização, em detrimento das identidades estruturadas em torno das pertenças étnicas (Machado e Matias, 2006b), não descurando obstáculos como os que aqui foram referidos, ou seja, a diferenciação linguística.

“Na Guiné o meu marido não deixava os filhos falar crioulo. (...) Sempre português. O meu pai também era sempre português. Não falava crioulo, não deixava. O meu marido não deixava os miúdos falarem, eles falavam com os criados quando o pai não estava em casa, mas quando o pai estava em casa, português. (...) Disse que o pai dele também em Cabo Verde não deixava falar crioulo. (...) Era se calhar quando eles vieram para estudar, não tiveram dificuldades” (Paula, 72 anos, 23 anos de residência em Portugal, 4ª classe).

“Às vezes falamos crioulo, mas aqui em casa não aceito os miúdos falarem crioulo por causa da escola. Eu falo português por causa da escola” (Fátima, 54 anos, 12 anos de residência em Portugal, 6º ano).

Ainda relativamente às transições para a vida adulta, por parte destes descendentes e para além do trajecto escolar, a entrada no mercado de trabalho e o casamento ou a saída de casa dos progenitores tendem a ser adiadas e a prolongarem-se no tempo. Se as fronteiras entre percurso escolar e entrada no mercado de trabalho são fluidas, a saída de casa dos pais não implica necessariamente casamento nem é necessariamente definitiva. De salientar que a diversificação e complexificação dos percursos de transição dos jovens, originando novas oportunidades, problemas e estilos de vida, constituem espaços para a produção e reprodução de práticas e representações (Guerreiro e Abrantes, 2004). As transições para a vida adulta são, no entanto, fortemente condicionados pelas classes sociais, pelo género e pela localização geográfica dos indivíduos. As raparigas saem mais cedo de casa dos pais, mesmo antes de entrarem no mercado de trabalho, optam mais por viver sozinhas, casam e têm filhos mais novas mobilizando simultaneamente esforços para estudar e/ou trabalhar fora de casa, ou seja “enquanto que as transições dos rapazes tendem a ser mais longas e homogéneas, pautando-se

pelo princípio geral de conquistar qualificações e estabilidade profissional antes de encetar projectos familiares, as transições das raparigas revelam-se mais compósitas e diversificadas, regendo-se frequentemente pelo princípio do compromisso: obter qualificações, integrar-se no mercado de trabalho e, simultaneamente, concretizar projectos familiares” (Guerreiro e Abrantes, 2004: 44). Persistem assim desigualdades sociais num contexto de imprevisibilidade, misto de oportunidades e riscos (Guerreiro e Abrantes, 2004).

5. SOCIABILIDADES

Como se inscrevem as mulheres oriundas da Guiné-Bissau nos círculos de amizade, nas relações familiares, entre colegas de profissão e nas redes de vizinhança, ou sejam as redes sociais e as orientações das suas sociabilidades, e em que medida essas relações decorrem dentro das fronteiras do próprio grupo ou envolvem outros que não guineenses, e na divisão do espaço público e privado, é o que se pretende analisar neste capítulo. As sociabilidades, a par dos territórios linguísticos e da identidade religiosa constituem as dimensões culturais da etnicidade, aqui definidas para esta análise dado o seu carácter estruturante. Se a orientação das sociabilidades determina, em parte, a expressão que assumem certas práticas culturais como as práticas alimentares ou musicais, por exemplo, a língua e a religião são dimensões transversais, que se combinam com aquela, e que podem reforçar ou relativizar certas lógicas de fechamento cultural quando as sociabilidades são mais autocentradas (Machado, 2002).

5.1. Redes Sociais e Orientação das Sociabilidades

A importância das sociabilidades em contexto migratório prende-se com a sua influência nos processos de (re)construção identitária. Assim, redes alargadas ao exterior do grupo geram continuidade no espaço da etnicidade ao passo que sociabilidades orientadas para dentro do grupo tenderão a gerar contrastes culturais com a sociedade envolvente (Machado, 2002), influenciando de forma diferenciada as estratégias de (re)construção identitária das mulheres oriundas da Guiné-Bissau. Da análise do conjunto das entrevistadas destacam-se apenas três mulheres cujas sociabilidades, quer sejam familiares, de amizade, entre vizinhos ou colegas de profissão, se estruturam simultaneamente para dentro e para fora das fronteiras do grupo. De referir primeiramente os casos de Paula, Inês e Rute, as únicas mulheres cuja rede familiar, inclui pessoas de outras proveniências nacionais como Portugal e Cabo Verde.

Lúcia, cujas origens incluem indivíduos de outras proveniências que não a Guiné-Bissau, mas que não fazem parte da sua rede de sociabilidades actualmente. Apenas os casos de Paula, Rute e Inês, esta última que manteve a nacionalidade portuguesa aquando do processo de independência da Guiné-Bissau, referem o facto de as suas sociabilidades serem tanto inter como intra-étnicas. Distinguem-se entre elas por privilegiarem a família no caso de Paula e Rute, esta última com destaque também para os círculos de amizade, e as relações familiares, de amizade, entre vizinhos ou colegas de profissão para o caso de Ermelinda.

“Tenho os patrícios, os portugueses todos, aqueles com quem eu trabalhei. (...) Vizinhos, colegas de profissão, exactamente. Mas aqui, por exemplo, neste prédio sou a única africana. Mas, graças a Deus, tenho-me dado com todos no prédio. (...) Tenho o meu irmão aqui perto, tenho uma sobrinha na Cruz de Pau. Tenho vários, tenho a maior parte em Lisboa, mas eu fiquei cá e tenho-me saído muito bem. Tenho amigos com que nos damos como se fosse família. (...) Não sou do seu sangue, mas sou tia do coração. Tenho um vizinho cá de baixo que cresceram com um sobrinho, filho do Mário, como o meu sobrinho tratava-me tia, ele também. (...) Já tenho uma família cá no prédio. Uma senhora de idade também já damo-nos bem. Ela vem cá senta-se, ela coitada está sozinha agora, faleceu-lhe o marido, mas é a vida, não é. Ou às vezes eu vou para lá, sento-me com ela. Mas eu como sou um bocadito preguiçosa (...) Fazemos as nossas patuscadas, juntamo-nos e até dança (risos). É a vida. Juntamos em casa dum e põem-se música, dança-se ou conversamos, quem não quiser dançar, vai conversando. Por acaso passamos” (Inês, 70 anos, 27 anos de residência em Portugal, 9º ano).

O círculo familiar aparece como o lugar de sociabilidade privilegiado, em alguns casos apenas o núcleo familiar composto por pai, mãe e descendentes, e as sociabilidades intra-étnicas, quer nos círculos de amigos quer nas redes de vizinhança nomeadamente com outros guineenses, sendo de destacar que parte das entrevistadas refere igualmente outros indivíduos oriundos dos PALOP. Se recuarmos um pouco aos primeiros tempos de chegada a Portugal constatamos que a família já constituía a principal rede de entajuda para o conjunto das entrevistadas. A par das relações familiares, os círculos de amizade constituem igualmente fontes de entajuda e são sobretudo intra-étnicos, fruto das afinidades que a condição de imigrante valoriza e reforça. São trocas que sustentam práticas de entajuda e de sociabilidade, que contribuem para a preservação e reforço de laços e que podem ser financeiras e de serviços (Quintino, 2004). Importa referir que esta solidariedade, por via

familiar e das amizades, por vezes assume um carácter semi-institucional, sob a forma de associações cuja principal função é a de criar e gerir recursos utilizados na organização das sociabilidades ou em casos de doença, acidente ou morte. Casos como os de Mariama, Nafanta, Georgina e Amália, as duas primeiras de etnia fula e as duas últimas manjacas, revelam a expressão dos contextos associativos nas suas redes sociais.

“Convidaram-me através também de umas pessoas conhecidas. ‘Eu conheço uma rapariga que fala fula muito bem, até tem uma carinha bonita, ela é alta, é elegante’. (...) Então chamaram-me para fazer um casting, tipo um casting, fazer uma experiência, vocês chamam de casting. E então gostaram e entrei e ainda consegui fazer 3 séries e fui atriz principal. Na capa das cassetes é eu mais a pessoa com quem eu contracenei, mais outra rapariga. Isso teve muita saída, muita saída mesmo, fizeram não sei quantas vezes. (...) Convidaram-nos em França para irmos a colóquio, fizeram mesmo questão de a minha presença e fui lá 2 vezes. (...) Em Bissau ando na rua, as pessoas conhecem-me por causa das novelas” (Mariama, 31 anos, 15 anos de residência em Portugal, 9º ano).

“As pessoas da associação, como somos também filhos de Calequisse e amigos, costumamos ver sempre (...) é todos os fins-de-semana, porque dias de semana é impossível. Mas, todos os fins-de-semana a gente encontra aí para falar duma coisa. Aqui somos mais também amigos e os nossos filhos também já conhecem uns aos outros, gostam muito” (Isabel, 41 anos, 11 anos de residência em Portugal, 9º ano).

“Não, a vida aqui não permite. É por causa do tempo. Em relação à família, queremos criar, já criámos, só que eu não tenho tempo de ir à reunião, criámos uma associação que são das mulheres da nossa família. Assim quando houver qualquer óbito ou doença, ou umas situação difícil para ajudar a pessoa. Primeiro damos 5€, como somos muitas dá para ajudar” (Georgina, 36 anos, 11 anos de residência em Portugal, licenciada).

A esfera profissional constitui igualmente espaço de redes de relacionamento, sendo referida apenas por Mariama e Inês. Georgina destaca as amizades constituídas aquando da sua licenciatura já em Portugal. Nos casos referidos, destacam-se apenas os relacionamentos que se prolongam para além dos conteúdos, espaços e tempos exteriores à esfera profissional, não se descurando a importância daqueles cujo carácter, sendo meramente funcional e instrumental, contribui para a abertura das redes de relacionamentos.

“Uma vez quando eu conheci, estava de férias no parque de campismo e arranjei trabalho na publicidade, como tinha-me separado e ficar em casa era um bocadinho complicado para mim, aquela vida de sozinho (...) então nessas férias minhas decidi trabalhar, em 2001. E na agência onde eu fui arranjar trabalho, que é de publicidade, conheci a outra e fomos escaladas para trabalhar na mesma rua e então, desde então ficámos amigas (...) desde então conhecemo-nos, criou uma amizade muito grande, por acaso” (Mariama, 31 anos, 15 anos de residência em Portugal, 9º ano).

Por fim, as redes de vizinhança são igualmente referidas e, na maioria dos casos, confinadas ao espaço do bairro, como é o caso da Urbanização Terraços da Ponte. Os casos de Lúcia e Antónia, ambas residentes na Urbanização Terraços da Ponte, revelam sociabilidades sobretudo com a população dos PALOP. Importa referir que nestes contextos de bairro se encontra uma grande variedade étnica em que cada população ocupa uma dimensão variada, mas a coexistência espacial não significa sociabilidade, daí a não referência às restantes entrevistadas. Essa coexistência pode mesmo ser conflituosa, dadas as dificuldades de relacionamento inter-étnico que advêm das diferenças entre códigos culturais como a língua e as formas de ocupação do espaço, para citar alguns exemplos. Mas, mesmo se considerarmos as zonas de habitação degradada onde não há diversidade étnica, a falta de condições de habitação, desde a ocupação do espaço à sobreocupação das habitações, à falta de infra-estruturas e à ausência de equipamentos colectivos, pode ser geradora de conflitos entre vizinhos. Para além das entrevistadas referidas, o caso de Inês é o único que refere as redes de vizinhança e envolve mais portugueses que quaisquer outros.

“Tudo, vizinhos, tudo inteiro. Não é angolano, não é caboverdeano, não é São Tomé, tudo, não tenho queixa ninguém, ninguém também tem queixa de mim, porque sou brincalhona” (Lúcia, 58 anos, 16 anos de residência em Portugal, 9º ano).

“Como sou muito mais velha que ela, sou 12 anos até mais velha que ela, nem saímos juntas mas lá em casa estamos sempre a conviver, trocamos comida, conversamos muito. Qualquer problema que ela tem, está sempre à minha procura. Ela até pediu mesmo na Câmara ‘Não vou morar para outro sítio, ponham-me ao lado do Sr. José Queta, porque Antónia é minha mãezinha” (Antónia, 60 anos, 17 anos de residência em Portugal, 12º ano).

Podemos observar sociabilidades intra-étnicas entre indivíduos que residem em áreas geográficas diferenciadas. É provável que seja por essa razão que encontramos em Lisboa espaços urbanos não residenciais de sociabilidade guineense como é o caso do eixo Rossio-Praça da Figueira (Machado, 2002; Quintino, 2004) que cumpre múltiplas funções ligadas à troca de informações, à venda informal de géneros alimentícios, passando pelo recrutamento de mão-de-obra, ou, no caso dos muçulmanos, a mesquita de Lisboa. Mas as sociabilidades dos descendentes destas mulheres tendem a ser mais alargadas, facto indissociável da sua inserção escolar.

“Amigos e amigas que são africanos e são santomenses. (...) São do bairro, mas também tem aqueles amigos ali da associação que eles brincam, ligam uns aos outros para saber da vida deles, da reunião, da festa, é esses amigos aí. A mais nova tem uma amiga branca, que é ucraniana” (Isabel 41 anos, 11 anos de residência em Portugal, 9º ano).

“Da escola, da escola, guineenses, angolanos, caboverdeanos (...) a minha filha tem uma amiga, é caboverdeana. Mas na igreja eles tem mais amigos portugueses” (Ndira, 32 anos, 9 anos de residência em Portugal, 9º ano).

“É tudo maioria da escola. Já tiveram um que era vizinho, quer dizer dois, um era brasileiro mas já voltou, família já voltou para Brasil e um também que já foram para Inglaterra, português mas emigraram para Inglaterra. E normalmente agora é tudo da escola. (...) A maioria é português” (Nafanta, 29 anos, 10 anos de residência em Portugal, 9º ano).

“Ele tem alguns amigos da igreja, tem da escola e tem amigos de um leque variado. (...) De todas as nacionalidades. A nível da escola são portugueses. Eu penso que os negros só mesmo os da família (risos). Não, não, não estou a dizer a verdade, ele quando vai para Santo António dos Cavaleiros, para casa da minha mãe, ele tem contacto com muitos africanos de várias origens da Guiné, portugueses também. (...) Sabe dançar quizomba, tarrachinha, essas coisas todas e vem para lá a falar angolano, o meu marido não gosta nada (risos). (...) Tem o meu sobrinho, tem os amigos do meu sobrinho em que ali há uma mistura muito grande já entre africanos e portugueses, portugueses esses muito influenciados pela cultura africana. Esses portugueses que estão em Santo António dos Cavaleiros, são muito aculturados do ponto de vista africano, com os diálogos, com palavras e o Yuri vem de lá africano (risos). Ele quando vem de lá vem africano, negro. As origens dele, eu penso que é

algo que é, as nossas origens são as nossas origens. Ele gosta disso, ele gosta mesmo, adora aqueles amigos” (Rute, 50 anos, 29 anos de residência em Portugal, licenciada).

Importa, no entanto, referir que estratégias familiares de regulação normativa rígida, ligadas a uma lógica disciplinar e à pertença, com vista à protecção face a um ambiente percebido como hostil ou mesmo ameaçador, são protagonizadas por gerações mais velhas (Kellerhals e outros, 2002). Ficam por esclarecer as tendências futuras das famílias guineenses.

5.2. Apresentação e Participação no Espaço Público e no Espaço Privado

A divisão entre espaço público e espaço privado demarca igualmente uma divisão entre homens e mulheres, cabendo à mulher o domínio do espaço privado. Desigualdades no acesso aos lugares do poder político, económico e profissional e na conciliação entre trabalho e vida familiar, para citar apenas algumas, evidenciam segregação e discriminação no que diz respeito ao papel da mulher no espaço público e no espaço privado. Mas se, se tem verificado na sociedade portuguesa o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho tal não tem conduzido à igualdade em termos de distribuição das tarefas domésticas, apesar de se verificar um ligeiro aumento da participação masculina (Perista, 1999; Torres e outros, 2001c), não sendo por isso o trabalho fora de casa mas o género a variável que introduz assimetria, assimetrias essas que se atenuam nos níveis mais altos de instrução mas apenas em relação a algumas tarefas (Torres e outros, 2001c; Perista, 2002). É de salientar que essas assimetrias se verificam não apenas ao nível do tempo dispendido mas também das taxas de participação (Perista, 2002).

A distribuição das tarefas domésticas relaciona-se ainda com a apreciação subjectiva por partes dos cônjuges relativamente à justiça da divisão de tarefas, à legitimidade dessa divisão e aos conflitos que ela possa ocasionar (Torres, e outros, 2001c). Verifica-se a existência de processos, internos à própria vida conjugal, susceptíveis de ter efeitos sobre a participação de homens e mulheres no mercado de trabalho, como é o caso por exemplo, do envolvimento das mulheres nas responsabilidades familiares, a par de efeitos de género que actuam igualmente nos contextos profissionais, ou seja, homens cuja entidade patronal exige dedicação ilimitada (Torres, 2001a) e ambos produzem o mesmo efeito de assimetrias de género.

Persistem fontes de desigualdade social que atravessam e estruturam de forma diferenciada os quotidianos das mulheres, dos homens e das famílias (Torres e Silva, 1998), cuja identificação e questionamento permitem inferir os seus efeitos e reflexos em termos das orientações das respectivas trajectórias de vida, uma vez que a gestão quotidiana do tempo contribui para delimitar a amplitude social daquelas trajectórias e, por outro lado, o reconhecimento e a visibilidade social dos desempenhos dos respectivos protagonistas (Perista, 1999 e 2002). Entre a actividade profissional, o trabalho doméstico, os cuidados à família e os tempos desejados observa-se uma profunda assimetria, designadamente em termos de trabalho não pago, no espaço doméstico. Relativamente à divisão das tarefas domésticas e dos cuidados aos filhos e da análise do conjunto das entrevistadas destaca-se a não participação do homem nesta esfera do espaço privado. Mariama, em união de facto após divórcio com um homem com o qual foi imposta casar pelos seus pais, refere que a diferenciação de comportamento entre os dois homens tem por base a idade e acrescenta que, no caso do seu ex-marido, a sua entrada no mercado de trabalho em nada alterou a distribuição das tarefas domésticas e dos cuidados à filha.

“Fazemos os dois. Eu cozinho, o meu marido cozinha, limpo a casa, às vezes ele também limpa. Fazemos tudo. Às vezes sobra para mim a cozinha e passar a ferro porque ele não gosta, às vezes ele cozinha e cozinha bem, cozinha muito bem. (...) O meu ex-marido mais ditador porque esse, até hoje, não sabe estrelar um ovo. Eu que cozinhava sempre e fazia todas as coisas lá em casa. (...) tem a ver com eles porque o outro como era muito mais velho tinha outro tipo de mentalidade (...) Eu casei com ele aos 17 e ele já tinha quase 40 (...) Este já é mais aberto, já é mais, é mais dado para ajudar e perguntar-me ‘Precisas de alguma coisa? Precisas de ajuda?’, essas coisas assim, o outro não. O outro é marido que dá tudo em casa e a mulher também tem que fazer tudo em casa, cuidar da casa, cuidar dos filhos (...) Mesmo quando eu comecei a trabalhar, porque ele dizia ‘Olha, o teu, o que tu ganhas é para ti, faz o que queres. Na minha casa não pões nada’ (...) é uma forma de me dizer ‘Olha não trabalhas que não precisas’. Ou seja, não posso reclamar do cansaço ou outra coisa assim porque tudo o que eu quero, ele faz para mim e tudo o que ganhas era para ti. É a forma contrária de dizer ‘Olha agora não podes reclamar porque estás a trabalhar porque tu queres’” (Mariama, 31 anos, 15 anos de residência em Portugal, 9º ano).

De destacar igualmente o caso de Isabel, cuja não participação do marido e da própria se prende com o estado de saúde daquele e o número de horas de trabalho da própria, por forma

a garantir o único sustento da família, cabendo aos filhos a execução das mesmas. No entanto, a própria refere que na Guiné-Bissau as tarefas domésticas e os cuidados aos filhos eram divididos por todos. À semelhança de Isabel, também Antónia refere que na Guiné-Bissau o seu companheiro, já falecido, participava na execução das tarefas domésticas e dos cuidados aos filhos, situação que viu alterada com o seu novo companheiro já em Portugal. Por outro lado, Inês menciona as estratégias que usou, na Guiné-Bissau no início da sua vida conjugal, para convencer o marido a participar na esfera doméstica à semelhança de Georgina, mas esta em Portugal. A externalização do trabalho doméstico, ou seja o recurso a apoio doméstico profissionalizado, provoca alterações na divisão de tarefas na esfera familiar, nomeadamente no que respeita à divisão das tarefas domésticas como podemos verificar nos casos de Inês, Paula e Rute, esta que inclusive refere o factor idade enquanto justificativo para a não participação do marido. Diferentes contextos sociais, no entanto, configuram alterações diferenciadas na esfera familiar e, no caso de Portugal, a externalização do trabalho doméstico tem ainda difusão restrita (Perista, 2002).

“Eu praticamente é só trabalhar, de resto em casa é só pôr um recado que é que é preciso, deixar um bocadinho de dinheiro lá que eles querem para quando faltar uma coisa para eles comprar. (...) E o pequenino, pequeno-almoço, a loiça do pequeno-almoço, ele é tem também as coisas dele para fazer” (Isabel, 41 anos, 11 anos de residência em Portugal, 9º ano).

“Ele faz pouco. Coitado, ele lá anda muito fora, trabalha muito e ir às compras, dar as voltas da loja, não dá para fazer nada em casa. Depois ele também não sabe fazer nada, é que tribo, religião muçulmana, para eles o marido em casa não pode fazer nada. (...) Acho que é assim, porque homens muçulmanos normalmente não fazem nada em casa, não participa nas tarefas domésticas. (...) O ex-marido ajudava quase tudo, ele também não era muçulmano. (...) É, eu até lhe gozava que ele é polivalente. Ele fazia tudo, um pouco de tudo. Neste aspecto, é melhor que este aqui. Este aqui não sabe mesmo, não faz porque não sabe mesmo, mas o outro não, o outro fazia tudo um pouco, até cozinhar cozinjava um pouco. Às vezes ele levantava mais cedo, dizia assim ‘Antónia, levanta-te que já tenho o pequeno-almoço pronto, vamos comer’” (Antónia, 60 anos, 17 anos de residência em Portugal, 12º ano).

“Já sabe que os maridos antigos não ajudavam. Vocês agora são espertas (risos), procuram incentivar os maridos e têm que fazer isso mesmo. Mas dantes não eram, mas ele claro, uma coisa ou outra faz, mas já ir à cozinha, só quando eu fui operada à vista. (...) Aí então (na

Guiné-Bissau) é que não ajudava, porque tínhamos empregados (risos). No princípio, quis ajudar, gostava e ajudava-me a limpar o pó, tudo muito bem. Mas, os colegas é que, às vezes, extraviam as pessoas. Houve um dia que veio um e encontrou-lhe, estávamos os dois aí, não me lembro o que é que estava a fazer, e ele estava a limpar o pó da sala e houve um colega que disse ‘É por isso é que não te vimos. Afinal, a D. Inês é que te prende aqui’” (Inês, 70 anos, 27 anos de residência em Portugal, 9º ano).

“O único trabalho doméstico que ele ajudava era limpar a loiça. Eu lavava a loiça e ele ia limpar ou então se eu tirar a roupa do estendal, ia dobrar, mais nada. (...) Na Guiné não, na Guiné lá tinha criado. Tinha lá criado e tinha mulher que ia buscar a roupa e lavar e passar e levava para casa” (Paula, 72 anos, 23 anos de residência em Portugal, 4ª classe).

“Ultimamente as coisas estão bem mais democráticas. O meu marido faz o jantar quase sempre e a minha empregada faz o jantar das outras vezes. Eu estou mais dispensada dos haveres do jantar. A lida da casa é a empregada que faz (...) Porque ele não fazia nada, eu é que cozinhava e depois pedi demissão na cozinha, mas agora eu estou tão sobrecarregada em termos de trabalho, já não faço. (...) Ele era o homem da casa, quer dizer, eu nunca lhe pedi para fazer nada, nunca achei que ele tivesse que fazer as coisas, assim como nunca achei que eu tivesse que mandar fazer (...) Por ventura, não podendo chegar a casa a horas porque estou a trabalhar, ele não me pede responsabilidades por não ter o jantar feito. Eu digo claramente, eu não estava a brincar, não estava na discoteca, estava a trabalhar eu respeito o teu trabalho, tu respeitas o meu. Portanto, é uma coisa que, ao mesmo tempo que eu entendo que ele com 67 anos de idade e com a educação que ele tem, eu não o vou pôr agora a descascar batatas e a lavar a loiça, nem eu tive educação de que ele me devesse ajudar. Isto é uma questão também de idades, não é. Na educação que eu tive em casa, a minha mãe fazia as coisas e o meu pai não, embora o meu pai também soubesse fazer. E no fundo é um bocado disso que está a acontecer agora na minha casa” (Rute, 50 anos, 29 anos de residência em Portugal, licenciada).

“O meu marido quer levar tudo na tradição dele, mas eu não aceito. Eu digo ‘Aqui o sistema é diferente, não há tarefa de mulheres, não há tarefa de homem. Temos que fazer tudo como o sistema manda fazer’. Ele não gosta de tratar da filha, tem que ser eu. (...) Eu digo sempre ‘Olha, não se esqueça que tu não estás na Guiné. Aqui é Portugal, temos que fazer tudo por igual, por isso vai tu tomar conta da sua filha porque eu estou a fazer o jantar’ (...) Ele ia,

mas cheio de raiva. Não gostava nada mas olha, é assim. ‘Temos que aproveitar aquilo que achamos importante aqui. Tudo tem que fazer igual porque eu sou mãe e tu és o pai. O que eu posso fazer para a minha filha, tu também podes fazer. Por isso não me trata como se fosse sua empregada, porque eu não vou tomar conta da sua filha. Deixa chorar’. Ele tomava conta dela mas contra vontade” (Georgina, 36 anos, 11 anos de residência em Portugal, licenciada).

A divisão do espaço público e do espaço privado remete-nos para as estratégias de conciliação do trabalho e da vida familiar por parte destas mulheres, uma vez que elas enfrentam longas horas de trabalho e horários atípicos. As tarefas domésticas são, muitas vezes, delegadas nos filhos e os tempos de lazer praticamente nulos, conforme vimos dos testemunhos das entrevistadas. Relativamente aos cuidados às crianças, as mulheres oriundas da Guiné-Bissau apresentam um leque variado de estratégias, entre as que os centram em si próprias, as que os delegam extensivamente, as que partilham essas responsabilidades com o marido ou companheiro, as que deixam os filhos menores aos cuidados dos irmãos mais velhos e ainda as que deixam as crianças sozinhas em casa. Inexistência ou indisponibilidade de redes de apoio à infância e forte pressão do mercado de trabalho poderão estar na base das dificuldades sentidas por estas mulheres, associadas a dificuldades económicas, isolamento social, falta de informação, problemas de regularização e de habitação e o próprio mercado de trabalho da sociedade de acolhimento (Wall e José, 2004). No entanto, é de salientar mais uma vez as lógicas classistas inerentes às estratégias usadas por estas mulheres. Rute, que recorre a respostas existentes no mercado, exemplifica estratégias de mulheres com mais recursos económicos, ao passo que Isabel deixa os seus filhos em casa sozinhos. É importante salientar que ambas enfrentam longas horas de trabalho, diferenciando-se apenas nas estratégias adoptadas, fruto da condição socioeconómica.

Podemos pois concluir que a maioria das mulheres entrevistadas se afasta do modelo de conciliação entre o horário de trabalho e os apoios formais ou informais nos cuidados às crianças. Tal está, por um lado, associado à não participação do homem nos cuidados prestados às crianças e na entrada das mulheres no mercado de trabalho já na sociedade de acolhimento. É, no entanto, de salientar a importância que em Portugal se revestem os apoios prestados pelo terceiro sector nesta área e que constituem um suporte fundamental para estas mulheres. Padrões de classe atravessam as estratégias das mulheres em termos de conciliação entre o trabalho e os cuidados às crianças, mas a segregação ocupacional, a inexistência de

parentes próximos e as características das actividades que desempenham provoca um acesso desigual a estas redes de apoio (Wall e José, 2004). De salientar as crianças deixadas aos cuidados das avós enquanto estratégia de conciliação, possível apenas com a sedentarização dos migrantes, situação esta verificada em algumas das filhas das entrevistadas. Um estudo recente (Torres e outros, 2001c) concluiu que as redes familiares não substituem a mãe ou os equipamentos públicos uma vez que, na Grande Lisboa, o recurso exterior a creches, amas, infantários e jardins de infância, entre outros constitui a estratégia mais utilizada, pelo menos nos casos em que as mães trabalham fora de casa. Situação diferente verifica-se quando remetemos a análise para o nível nacional onde figura a mãe enquanto principal solução para a guarda das crianças, afigurando-se uma de duas situações, ou aquelas ficam sozinhas em casa ou acompanham as mães ao local de trabalho.

Outro aspecto a salientar é a participação dos filhos nas tarefas domésticas apesar de, em alguns casos, a sua divisão ser diferenciada conforme se trate de rapazes ou raparigas ou por idades. Ora, a socialização diferencial dos géneros assegura a reprodução simbólica da dominação masculina (Bourdieu, 1998), ou seja, pode verificar-se a reprodução dos estereótipos de género das práticas de afectação de tempos ao trabalho não pago entre as gerações mais jovens (Perista, 2002).

“Rapazes e raparigas. Rapazes tomam conta de limpar a casa, raparigas ajuda a mãe na cozinha, passar a roupa a ferro, (...) fazer rendas, bordados, importante aprender costume. (...) Rapazes aprendem só a limpar a casa e depois é jogar à bola” (Fátima, 54 anos, 12 anos de residência em Portugal, 6º ano).

“Mas cada semana, uma faz uma coisa, desde o rapaz... o mais novito não faz, porque ele 9 ano, não faz. Um lava a loiça esta semana, outra limpa, a mais velha é que faz o comer porque eu entro às três e saiu só às dez. (...) O rapaz não sabe ainda cozinhar. A menina é que começou agora a aprender de 13 anos mas o rapaz também lhe vou ensinar a cozinhar, já sabe fazer arroz, mas vai ter que fazer tudo. A mais velha é que já faz” (Guilhermina, 48 anos, 18 anos de residência em Portugal, 12º ano).

Há uma relação directa entre actividade feminina no exterior e capacidade de decisão e negociação no seio do casal (Torres, 2002a). Relativamente àquela, verifica-se uma forte participação da mulher, conforme podemos verificar nos seguintes excertos.

“Bom, eu comigo normalmente eu é que sou a cabeça grande da casa, ai isso é verdade. Eu faço as previsões todas certas. E eu digo ‘Se vocês não cumprirem o que eu digo, vão ver, vai dar tudo mal. (...) É, mas ele é cabeça mais dura. É, não gosta de reconhecer as coisas, mas é verdade” (Antónia, 60 anos, 17 anos de residência em Portugal, 12º ano).

“É assim o meu marido é aquelas pessoas que, na maior parte das coisas, eu é que decido porque ele limita-se a ‘Está bem está, está tudo bem’, e eu ‘Olha não, não pode ser assim. A tua mente, a pessoa tem que questionar as coisas, tem que recusar, tem que tomar decisão. Não posso só eu a decidir. Assim também não dá’. Por acaso em relação a decisão da casa, eu é que decido na maior parte dos casos” (Georgina, 36 anos, 11 anos de residência em Portugal, licenciada).

“Eu tenho muito pouca dificuldade em decidir e o meu marido tem muita dificuldade em decidir, portanto eu respeito, por uma questão de educação religiosa, eu respeito as decisões que ele toma. Na prática sou eu que as tomo, mas ele tem conhecimento delas, ele participa. Nós falamos sobre os assuntos e se ele tiver objecção ele coloca, se não tiver objecção, eu decido. Já foi alvo de problemas porque ele achava que eu estava a ter uma posição dominante e eu expliquei-lhe assim ‘A minha vida é tomar decisões, não tenho dificuldades nenhuma em tomar decisões, eu vivo a tomar decisões portanto quando tiveres alguma coisa diz porque se não disseres eu vou decidir’. Essa parte está muito clara, ele sabe tudo e se ele não diz nada eu decido” (Rute, 50 anos, 29 anos de residência em Portugal, licenciada).

A adaptação ao novo meio após a migração leva algumas mulheres a reinterpretarem alguns símbolos da sua cultura de origem, como, por exemplo, o vestuário. Mas, em contexto migratório, verifica-se sobretudo a coexistência entre vestuário tradicional e vestuário ocidental, sendo aquele utilizado de acordo com os contextos ou as pessoas, em espaço público e privado ou indiferenciadamente de acordo com o clima. Contextos de sociabilidade alargada como cerimónias, rituais ou dias festivos ou simplesmente momentos de encontro intra-étnicos são os lugares privilegiados para o uso do vestuário tradicional.

“Não, dia-a-dia não. Uma vez ou outra. Como da outra vez que fomos a ACIME, eu tinha aquela roupa da Guiné e um dia também tinha uma coisa ali no bairro também vesti roupa da Guiné. No dia que recebemos o presidente também vesti roupa da Guiné. Engraçado, na

Guiné não gostava de usar essas roupa. Agora uma vez ou outra sinto vontade de vestir” (Georgina, 36 anos, 11 anos de residência em Portugal, licenciada).

“Dia-a-dia vestimos, como se veste cá. (...) É a mesma coisa porque a gente já estava habituado, uma funcionária naquela altura não deixava vestir as roupas tradicionais, portanto nós que já éramos funcionárias desde o tempo colonial, ficamos com aquele hábito, é só vestir roupas, como se veste uma portuguesa. Vestimos assim, homens com fatos e gravata, se não quiser usar gravata porque lá também é muito calor, veste calça e camisa. (...) A pessoa quando chega a certa idade a cabeça vira para a terra, não é. Eu agora com a idade uso mais, dantes quando era mais nova nem ligava, nem me lembrava mesmo de vestir trajes africanos. Era só saia, blusa, calças, mas agora já uso muita roupa africana. (...) Mando buscar, é mais barato e também lá há mais pessoas que sabem fazer melhor” (Antónia, 60 anos, 17 anos de residência em Portugal, 12º ano).

“Quando ia trabalhar ou coisa parecida, podia fazer isso porque há muitas que fazem, mas já como lhe disse eu sou muito esquisita, penso assim. E nem qualquer roupa também, não visto. (...) Agora nesta época de verão, já visto. Quando temos um, por exemplo, para ir a casa da minha amiga ou coisa parecida, eu visto, vou e estou lá com eles ou num almoço, já vou à africana” (Inês, 70 anos, 27 anos de residência em Portugal, 9º ano).

“Não dá por causa do frio. No verão não. Não serve, por exemplo, se eu estou a trabalhar. Também se calhar quando estou a trabalhar já não dá para ir com roupa. E levo um saco, vou até ao pé da mesquita, é daquelas tipo vestido, chegas ali enfias na cabeça (risos). (...) Na Guiné usava e também usava calça, blusa, é igual. Em relação a isso é igual a cá” (Nafanta, 29 anos, 10 anos de residência em Portugal, 9º ano).

“Muçulmanas? Uso. É assim, nas nossas festas, nas nossas cerimónias usamos, dia-a-dia também. No verão uso. Tenho bastantes, uma mala tão grande ali. E pronto uso o dia-a-dia. No verão então uso mais porque agora de Inverno não, agora de Inverno não dá. Tenho bastante, tenho muitas roupas nossas. (...) Na Guiné também é a mesma coisa. Uso as nossas, uso calças ou saias, o que for preciso. Uso qualquer coisa, o que me der jeito. Na Guiné é que dava para vestir todo o tempo roupas, as nossas roupas porque é calor, não é como aqui que tem frio” (Mariama, 31 anos, 15 anos de residência em Portugal, 9º ano).

Os casos de Rute e Paula, ambas mais velhas e que saíram há mais tempo da Guiné-Bissau, constituem dois exemplos em que o contexto migratório não alterou as suas práticas e se, estas já não usavam vestuário tradicional, o mesmo teve continuidade em Portugal. À semelhança das condições que atenuam as filiações étnicas, encontramos igual correspondência no caso dos símbolos da cultura de origem, como é o caso de vestuário tradicional. Falamos em estatuto social mais alto na Guiné-Bissau e no país de acolhimento, associado ao perfil social mais favorecido, à escolaridade, à origem urbana e ao estatuto profissional (Machado, 2002).

“Na Guiné não era hábito usar, portanto isto foi depois de eu ter saído. Eu estive lá agora, há cerca de 4 anos, e usei alguns mas não eram daqueles muito étnicos. Não me sinto muito à vontade, mas por isso é que eu acho que, por exemplo, aqui em Portugal não era capaz de sair com roupas africanas a trabalhar. (...) Quando eu cresci na Guiné, a influência dos portugueses era demasiado grande e não se vestia” (Rute, 50 anos, 29 anos de residência em Portugal, licenciada).

“Não gosto. Eu desde que nasci nunca tinha vestido aquelas coisas. Nem a minha mãe. Não, a minha mãe nunca usou. Era vestido ou saia. (...) A família não usava. Na Guiné, antigamente, aquelas roupas típicas... que eu nunca... não foram criados naqueles usos e costumes” (Paula, 72 anos, 23 anos de residência em Portugal, 4ª classe).

Verificamos assim, para além da coexistência entre vestuário tradicional e vestuário ocidental, a reinterpretação das práticas e representações em contexto migratório. Também a forma como estas mulheres usam o seu tempo, para além do trabalho, das tarefas domésticas e dos cuidados aos filhos, é exemplificativo dessa reinterpretação. Se, grande parte das entrevistadas refere o factor tempo disponível enquanto elemento diferenciador das suas práticas, em termos de ocupação do tempo, entre a Guiné-Bissau e Portugal, por outro lado verifica-se igualmente uma quase total ausência de actividades de lazer, sendo os tempos livres sobretudo ocupados em visitas a familiares e participação em festas ou cerimónias intraétnicas. Por outras palavras, as “práticas de sociabilidade traduzem-se nas visitas, no ‘djumbai’, na troca de presentes, nas confraternizações de fim-de-semana, nas festas que comemoram os vários momentos do ciclo de vida familiar, nos rituais da morte e nas festividades reguladas pelo calendário religioso. Podem ter um carácter restrito ou alargar-se a

parentes mais afastados ou a amigos e vizinhos, preferencialmente guineenses” (Quintino, 2004: 182).

“Olha, nós aqui, eu por acaso cá no bairro temos poucos conterrâneos e famílias moram mais para fora do bairro. Mas qualquer coisa a gente se encontra, qualquer comemoração a gente encontra sempre ou então, em qualquer casa, qualquer festa. Não há tempo como vocês sabem, essa vida não facilita, não há tempo. Mas assim fim-de-semana a gente se encontra sempre. (...) A gente encontra sempre quando morre uma pessoa mesmo que fosse lá na terra, família como por exemplo um familiar meu se morrer lá, eles vêm todos para me visitar. (...) E qualquer cerimónia assim, qualquer celebração de baptismo dos meninos ou casamento, a gente sempre encontra e fazemos também a nossa comida tipicamente. Matamos saudades, conversamos, dançamos, brincamos” (Guilhermina, 48 anos, 18 anos de residência em Portugal, 12º ano).

“Porque tenho que fazer um esforço, porque de segunda a sexta, porque eu trabalho ao sábado, e sábado tenho que ir a patroa, sair de lá às sete da tarde e depois daí tenho que vir a correr, às vezes temos uma reunião, um assunto de tratar da associação, pronto tem que estar lá. É muitas horas, arranjo sempre um bocadinho tempo para fazer uma actividade” (Isabel, 41 anos, 11 anos de residência em Portugal, 9º ano).

“Ao fim-de-semana é dar uma faxineira aí casa e logo no domingo é marchar. Tomar banho e vestir nossa roupa de África, sai, hoje é ali, amanhã é lá, reunir na casa duma pessoa e vamos lá comer e beber qualquer coisinha. (...) eles convida, comunica, a gente vai. Vale de Amoreira, Moita, linha Sintra, qualquer zona. Aqui também quando há uma coisa, nós convidamos, eles também vem aqui” (Lúcia, 58 anos, 16 anos de residência em Portugal, 9º ano).

A crescente aproximação e igualdade entre os cônjuges está na base da emergência de um novo ideal relacional baseado no valor da relação (Giddens, 1992) mas, sexualidade e amor são construções sociais (Kaufmann, 1993), sendo a construção social do sentimento amoroso uma marca da modernização das sociedades ocidentais consequência da individualização ou seja o investimento da realização individual (Aboim, 2006). Se, por um lado, assistimos a processos de sentimentalização da vida familiar (P. Ariès em Aboim, 2006) na estruturação da conjugalidade, por outro lado, é preciso notar que as várias semânticas do amor se

reactualizam nos discursos individuais de formas específicas e apelando à conjugação de vários processos sociais como a valorização da igualdade de género, a realização individual ou mesmo a intimidade negociada e construída. Fica por esclarecer o papel da igualdade entre os cônjuges no sentimento amoroso e na sexualidade, entre os migrantes.

6. ELEMENTOS DE IDENTIDADE CULTURAL

6.1. Territórios Linguísticos

A língua “como símbolo e expressão da sua identidade e, portanto, de diferenciação relativamente aos outros grupos (maioritários) que vivem no interior do mesmo Estado” (Maia, 2003: 377), é um traço cultural que diferencia migrantes das populações da sociedade de acolhimento e tem uma importância central nas interações daqueles com o meio envolvente. Mas se a grande maioria dos migrantes em Portugal provém de países lusófonos e como tal com contrastes linguísticos menos acentuados, tal não significa ser sempre falante de português. A Guiné-Bissau, que tem por base o português, tem o crioulo como veículo privilegiado de comunicação em diversos contextos, com excepção dos círculos institucionais e oficiais onde o português é obrigatório. Em contexto migratório, o crioulo mantém a sua expressão na comunicação intra-grupo. Acresce o facto de a Guiné-Bissau ser igualmente um mosaico linguístico, onde se destacam várias línguas de acordo com as diferentes etnias que compõem o país. Conforme referido previamente, a emigração guineense apresenta uma forte selectividade social, onde a língua também presta o seu papel nessa selectividade, mas aquele mosaico está longe de ser transposto na íntegra para a sociedade de acolhimento dos migrantes. Os migrantes guineenses em Portugal caracterizam-se pela “universalidade do uso do crioulo, o domínio alargado do português e a secundarização das línguas étnicas” (Machado, 2002: 265). Na Guiné-Bissau, as entrevistadas referem um uso generalizado do crioulo acompanhado do uso secundário da sua língua étnica, sendo o português remetido para outros contextos como, por exemplo, a sala de aula na escola.

“A gente fala português só na escolas, sessão públicas, mas em casa é só crioulo, cada qual fala etnia dele” (Isabel, 41 anos, 11 anos de residência em Portugal, 9º ano).

“Em casa dos meus pais nós falávamos crioulo com a minha mãe, português com o meu pai. Ele falava crioulo de Cabo Verde, nós falávamos em crioulo da Guiné e ele respondia em crioulo de Cabo Verde. (...) Sempre falámos as duas línguas em casa e no liceu optávamos muitas vezes por não falar crioulo. Era proibido, tínhamos falta e éramos castigados e podiam pedir mesmo a suspensão por falar crioulo. Era proibido falar crioulo, em todo o lado estava escrito ‘fale em português, pense em português’. (...) Nós falávamos crioulo na rua, saíamos da porta do liceu e falávamos crioulo, entrávamos na escola e falávamos português. A maior parte das pessoas era bilingue, não tínhamos problema nenhum em falar uma língua e outra. (...) Hoje fala-se mais crioulo, 90% das pessoas falam crioulo e falam muito mal o português, mesmo em Bissau e nós falávamos bem as duas línguas, falávamos bem crioulo e falávamos bem português. (...) O crioulo sempre foi a língua de dominação e as outras etnias falavam crioulo. A maior parte das pessoas falavam crioulo e a língua da sua etnia mas a língua que unia realmente todos os guineenses sempre foi o crioulo com sotaques diferentes, mas o crioulo era o que todos falávamos” (Rute, 50 anos, 29 anos de residência em Portugal, licenciada).

“Na minha casa por exemplo só se fala fula porque o meu pai não deixa ninguém falar crioulo. Só se fala lá crioulo quando vem uma pessoa de fora ou que não seja fula. O meu pai não, crioulos assim não, porque eu falo fula bom e é assim, só se fala fula e falamos crioulo também entre nós assim amiguinhas ou quando vem uma pessoa estranha. Português a gente fala na escola, a gente lá estuda em português” (Mariama, 31 anos, 15 anos de residência em Portugal, 9º ano).

“É mais é crioulo. É no capital é mais é crioulo. Eu falo fula graças ao meu cunhado e um tio que é fula. Desde pequeno que falo fula, mas em casa a minha irmã não falava fula connosco, falava era crioulo. É aquela situação, em Bissau é tudo crioulo, as pessoas é mais crioulo que qualquer língua. Só falava fula com o meu cunhado” (Nafanta, 29 anos, 10 anos de residência em Portugal, 9º ano).

Em contexto migratório o uso das diferentes línguas adquire significados diferenciados de acordo com o contexto e os indivíduos envolvidos na interação. Destaca-se primeiramente o uso do crioulo entre adultos e em contextos intra-étnicos, uso esse que se altera para o português quando se verifica a presença dos seus descendentes, sobretudo as crianças em idade escolar. No entanto, o uso doméstico do crioulo é menos expressivo do que nas relações

intra-étnicas uma vez que, embora a comunicação entre adultos possa continuar a fazer-se em crioulo, a presença de crianças privilegia o uso do português. A análise do conjunto das entrevistadas parece evidenciar o uso generalizado do crioulo mesmo entre aquelas com elevado capital escolar ou que fizeram cursos universitários em Portugal como é o caso de Rute e Georgina.

“Em casa é o crioulo, uma vez ou outra falamos manjaco mas o meu marido não sabe falar manjaco, mas ele percebe tudo porque os manjacos e os mancanhas têm parecença em linguagem, é quase idêntico. (...) Mas com a pequenina falamos português. (...) o crioulo é uma língua que está muito próxima ao português, o crioulo estraga o português. Às vezes eu erro em falar sem perceber, principalmente no género. Crioulo é tudo masculino, às vezes a pessoa erra sem dar conta porque está muito próximo ao português. Para não estragar o português, nós não falamos para ela o crioulo. Mais tarde ela pode perceber mas não vou deixar para falar. (...) mais tarde ela pode escolher, mas logo à partida não aceito nem para falar com ela nem manjaco, nem mancanho. Até às vezes, quando a minha irmã falava para ela manjaco, eu dizia assim ‘Olha, não fala com ela manjaco porque ela é portuguesa, ela não é manjaca’” (Georgina, 36 anos, 11 anos de residência em Portugal, licenciada).

Mesmo em contexto profissional e, sobretudo em sectores onde se verifica uma forte presença de migrantes, o português tende a ser dispensado em detrimento do crioulo. No conjunto das entrevistadas, a grande maioria tende a escolher a língua de acordo com o interlocutor, privilegiando a língua étnica (para os casos em que falam), seguidamente o crioulo e por fim o português. Tal aplica-se a todos os contextos, com excepção da presença de crianças sobretudo em idade escolar conforme previamente referido, uma vez que para “grande parte dos guineenses, o português é mais visivelmente uma língua instrumental que manipulam nas suas deambulações na sociedade de acolhimento e que lhes facilita o acesso aos recursos disponíveis, sobretudo no mundo do trabalho” (Quintino, 2004: 264). Visto o uso generalizado do crioulo, sobretudo entre adultos e em contextos intra-étnicos, o uso do português depende do contexto e do interlocutor. O exemplo mais óbvio é o das famílias mistas com portuguesas onde o uso da língua portuguesa tem lugar importante, se não mesmo central como é o caso de Paula, casada com um português.

“Na Guiné o meu marido não deixava os filhos falar crioulo. (...) Sempre português. O meu pai também era sempre português. Não falava crioulo, não deixava. O meu marido não

deixava os miúdos falarem, eles falavam com os criados quando o pai não estava em casa, mas quando o pai estava em casa, português. (...) Disse que o pai dele também em Cabo Verde não deixava falar crioulo. (...) Era se calhar quando eles vieram para estudar, não tiveram dificuldades. Eu falava crioulo e falava português falava com um português, mas com guineense eu falo crioulo. (...) Eu cá em Portugal só quando encontrava com alguma guineense que eu falo crioulo. (...) Normalmente é o português” (Paula, 72 anos, 23 anos de residência em Portugal, 4ª classe).

Em termos de uso de línguas étnicas em contexto migratório destacam-se os muçulmanos e os manjacos, com as entrevistadas de etnia fula e manjaca a serem as únicas a usar aquelas. Para a utilização das línguas étnicas contribui a presença de familiares mais velhos e um possível retorno à Guiné-Bissau, factores que justificam igualmente a transmissão de símbolos de identificação cultural, neste caso a língua étnica, aos seus descendentes. Estas mulheres estão pois entre o desejo de perpetuar heranças culturais através da transmissão aos seus filhos dos tais símbolos e os possíveis ganhos, em termos de escolaridade, com o bom domínio do português. As línguas étnicas representam para estas mulheres a memória familiar e um passado linguístico e cultural (Quintino, 2004). Apesar de o português ser a língua mais falada com os filhos, a transmissão das línguas étnicas constitui uma preocupação por parte destas mulheres, embora o crioulo possa substituir a utilização daquelas.

“O meu pai telefona-me, falo com ele essa língua, depois o meu pai fica ralhar comigo porque eu não falo a nossa língua com as crianças, porque as crianças não sabem. Até a minha mais velha foi no ano passado a França, quando veio eu fiquei parva, chegou em casa começou só a falar aquela língua, porque lá em França só falam esta língua e o francês com os miúdos. (...) ela chega lá (Guiné-Bissau), tem que falar manjaco, se não falar manjaco as pessoas não percebem crioulo ou não falam. (...) O crioulo também é importante porque toda a raça da Guiné fala o crioulo” (Isabel, 41 anos, 11 anos de residência em Portugal, 9º ano).

“Mas eu como quero que aprendam (os filhos) um bocadinho de crioulo ou fula. Fula estou a ver que já não tenho hipótese. Eu acho que uma pessoa quando sair duma terra ou um país, minimamente tem que saber representar aquilo. E representar um país ou ser um fula por exemplo, dos mínimos é falar fula, realmente saber ser fula, é isso. (...) Aqui com o Bubacar falo, até aprendi muita coisa aqui, sobretudo da fula. É muitas palavras que eu não sabia, o

que eu sabia era mínimo e aqui realmente estou a aprofundar muito. Até já a escrever já em fula, que eu nunca pensava” (Nafanta, 29 anos, 10 anos de residência em Portugal, 9º ano).

“Falo também fula só quando vejo uma pessoa que é fula e falamos em fula, às vezes. O meu marido também às vezes falamos em fula, a minha sogra só fala fula e ela agora está aqui há 1 mês e tal, ela só fala fula, não percebe crioulo nem nada. Ela mesmo é de Guiné mas não é de Bissau, é lá do interior e só fala fula. Falo essas línguas todas. (...) Com o meu filho falo crioulo, falo português, falo fula, coitadinho (risos). Falo as 3 com ele e ele percebe. (...) A mais velha fala crioulo mas fula não percebe nada. Para corrigir o erro de ela não falar fula, por isso é que o pequenino já está habituado a ouvir as nossa conversas em fula. (...) Foi porque muitas vezes quando estamos na nossa comunidade ela fica tipo excluída, não está a perceber o que é que os outros falam e isto não é, não digo que é feio, mas eu acho que qualquer cultura que a pessoa tenha tem que ensinar os seus filhos porque nunca se sabe. (...) não digo já o crioulo porque é assim, o crioulo é comum, o português é necessário, convivência com outras crianças, e fula é entre nós. Não é bonito porque entre nós, as pessoas mais velhas que têm aquela coisa de tradição e chegam para ti e sabes que és fula não fala crioulo nem português, dirige-te mesmo em fula. E é bom que uma criança conheça mesmo as suas origens, nasceram aqui mas eu não nasci aqui e é bom. Eu acho necessário ensinar a falar fula ou crioulo. Português aprendem porque têm que ir para a escola e tem de estudar, duma forma ou de outra aprendem português. Sai daqui em casa a falar crioulo, fula e português tudo ao mesmo tempo (risos)” (Mariama, 31 anos, há 15 anos em Portugal).

Diferenças de origem sociocultural, de redes de relacionamento, de tipos de família e de tempo de residência estão na origem de variações de prática linguística. Familiaridade das famílias de orientação com a cultura e a língua portuguesa no contexto da Guiné colonial e incidência de famílias mistas ou de indivíduos com inserções sociais e profissionais com o Estado colonial fazia com que o português concorresse com o crioulo até na comunicação em espaço doméstico chegando mesmo, algumas famílias, a incentivar ou impor o uso de português como prática. Se somarmos estas afinidades de origem aos contactos com portugueses em contexto migratório, ao prolongar do tempo de residência e à existência de filhos nascidos e/ou criados em Portugal, verificamos o uso generalizado do português. As práticas linguísticas variam igualmente entre homens e mulheres, entre classes e filiações étnicas (Machado, 2002).

Esta pesquisa não o permite inferir, uma vez que foi condição de selecção das entrevistadas a capacidade de expressão em português por forma a possibilitar a entrevista, não obstante a existência de níveis diferenciados de domínio da língua, mas Fernando Luís Machado (2002) concluiu que a grande maioria dos migrantes é capaz de se exprimir em português, efeito de socializações escolares e profissionais, facto que reforça a ideia previamente avançada do carácter selectivo da emigração guineense. Mas falar português, falar crioulo ou falar uma língua étnica não são práticas uniformes distribuídas dentro da população migrante guineense, elas revelam sim diversidade interna.

O reconhecimento de dificuldades no uso do português é igualmente visível no discurso de algumas das entrevistadas. A desigualdade de desempenhos no uso do português confirma o sentido geral das práticas linguísticas identificadas previamente e remete-nos para o quadro linguístico da Guiné-Bissau. Resta desenhar possíveis linhas de evolução futura, com o prolongamento do tempo de residência a trazer consigo maior domínio do uso do português, fruto do alargamento das sociabilidades. Ora, se tivermos em conta o facto de que a quase totalidade das entrevistadas privilegiam o uso do português com os seus descendentes e o facto de as sociabilidades destes serem mais inter-étnicas que as dos seus ascendentes, sobretudo fruto do prolongamento do trajecto escolar, podemos concluir que o espaço do português será maior nas gerações daqueles do que na dos seus ascendentes. Tal conclusão não descarta o uso do crioulo ou das línguas étnicas por parte dos descendentes. Podemos concluir que, apesar da complexidade de factores que influenciam as práticas linguísticas, se verifica um uso progressivo do português com o aumento do tempo de residência em Portugal e fruto da socialização dos filhos na escola. Por outro lado, as línguas étnicas diluem-se com a frequente utilização do crioulo. Importa, por fim, referir que, apesar de o árabe ser a língua oficial comum para os muçulmanos em geral, nenhuma das mulheres muçulmanas entrevistadas expressa-se ou compreende a língua para além dos vocábulos que fazem parte das orações.

6.2. Identidade Religiosa: Representações e Práticas

As crenças e práticas religiosas constituem elemento de distintividade cultural entre indivíduos e, em Portugal, verifica-se uma correlação entre migrações e diversificação de públicos religiosos, embora mais reduzida em termos de diversidade e dimensão que outros países como a França ou a Alemanha, para citar apenas alguns exemplos. Porque os migrantes são menos, têm origens menos variadas e estão essencialmente concentrados nos distritos de

Lisboa e de Setúbal, essa alteração do panorama religioso só aí é sensível (Machado, 2002). Em termos de identidade religiosa a Guiné-Bissau aponta para uma maioria de animistas, seguida de um sector considerável de filiação islâmica e um pequeno número de católicos, confinados sobretudo aos centros urbanos, nomeadamente Bissau (Machado, 2002).

[Quadro 11] Auto-identificação religiosa das entrevistadas

Nome	Auto-identificação religiosa
Antónia	Católica
Isabel	Católica
Lúcia	Católica
Ndira	Evangélica
Guilhermina	Católica
Fátima	Católica
Georgina	Católica e Animista
Paula	Católica
Inês	Católica
Mariamama	Muçulmana
Nafanta	Muçulmana
Rute	Evangélica

Perante este cenário, da análise do conjunto das entrevistadas verificamos que sete se auto-identificam enquanto católicas, uma enquanto católica e animista, duas enquanto muçulmanas e, por fim, duas enquanto evangélicas. Mais uma vez estamos perante a selectividade da migração oriunda da Guiné-Bissau. Podemos assim afirmar que as continuidades culturais do tipo religioso não se iniciam apenas com a migração, embora se possam reforçar ou reduzir, elas são também resultado de afinidades historicamente construídas no tempo colonial (Machado, 2002). Factor diferenciador da Guiné-Bissau face aos restantes países dos PALOP é a incidência das etnias muçulmanas, fulas e mandingas, naquele.

Verificam-se desfasamentos entre auto-identificações religiosas e práticas, sendo que todas as entrevistadas afirmaram frequentar locais de culto embora com regularidades diferenciadas, com um envolvimento religioso maior entre muçulmanas e evangélicas. Verifica-se igualmente que, as circunstâncias da imigração, por um lado, favorecem a prática religiosa das muçulmanas, uma vez que estas referem nunca ter entrado num local de culto na Guiné-Bissau pois tal está restrito aos homens e às mulheres mais velhas, por outro lado, podem levar a uma prática menos regular entre as mulheres católicas fruto da organização dos seus quotidianos. Mas, a estes factores, há que acrescentar outros como a solidão enquanto factor de favorecimento e a inexistência de locais de culto nas áreas de residência, sobretudo no caso das muçulmanas, ou a impossibilidade de transpor certas práticas na sociedade de

acolhimento enquanto factores dissuasores. É de salientar a existência de outros locais de culto, organizados em círculos mais pequenos que o caso da Mesquita Central de Lisboa por exemplo, onde indivíduos de origem guineense se juntam (Tiesler, 2005), tal é a “relação, teológica e identitária, entre o ser muçulmano e o cumprimento da oração em comunidade, que o estabelecimento de um local ou sala de culto é invariavelmente a primeira e mais elementar expressão da identidade religiosa das minorias islâmicas, ou, pelo menos, da sua afirmação enquanto tal” (Vakil, 2003: 414).

“Na Guiné, o curioso é que as meninas da minha idade não podem ir à Mesquita porque são muito jovens. Quando se é muito jovem não se pode ir à Mesquita, só umas mulheres assim de certa idade é que pode ir à Mesquita (...) Tipo, agora assim como eu estou, não, tem que ser um bocadinho mais velha para ir à Mesquita. (...) Lá, crianças assim miudinhas pode ir, pequeninas, não a partir dos 12, 15 anos, não, porque dizem que não é bom, porque é isto, mais aquilo. São coisas que as pessoas já ouvem desde criança e interiorizam aquilo, mas aqui já foi diferente” (Mariama, 31 anos, 15 anos de residência em Portugal, 9º ano).

“À igreja não. Não sei, dizem que a mulher tem que ter uma certa idade que é para ir à mesquita. Mas aqui pronto, por causa da imigração também a pessoa ficar sozinha em casa” (Nafanta, 29 anos, 10 anos de residência em Portugal, 9º ano).

“Ele às vezes até ralha comigo ‘Antónia, eu não posso estar só a fazer orações em casa, quando antes ias à igreja todas as semanas, agora não vais, só estás em casa. Uma pessoa tem que ir à igreja, tem que manifestar a sua religião’. (...) lá frequento mais a igreja do que cá. Eu não sei porquê, não sei explicar mas lá chego e estou na igreja todos os dias. Aqui falto à missa, lá não falto. Também deve ser porque lá também não faço nada” (Antónia, 60 anos, 17 anos de residência em Portugal, 12º ano).

“Eu sou católica e animista, também faço ritual do manjaco por isso posso dizer que tenho duas religião. Aqui não dá para praticar, só se for a cerimónia de fazer cerimónia quando morre alguém na Guiné. Sentamos, convivemos, trazemos aquele vinho, comida para dar aos nossos antepassados, isso já posso. É uma coisa que normalmente nós fazemos aqui, o resto das coisas não dá (...) É assim, nos primeiros anos quando cheguei aqui ia mas depois devido ao factor tempo não dava. Mas mais tarde eu vou retomar” (Georgina, 36 anos, 11 anos de residência em Portugal, licenciada).

O papel da religião na vida destas mulheres reveste-se de múltiplos significados, como sendo o seu carácter protector ou a sua relevância na educação dos filhos, como podemos verificar nos seguintes excertos.

“Para mim é muito importante porque é assim, porque eu, além de ser educado com a minha avó que falava muita coisa, contava-me muita coisa, mas também acho que a religião também ajuda muito a passar bem. Dos filhos há crianças que gostam de ir à igreja, não sei como é aqui, mas na Guiné é raro as vezes, as crianças serem encaminhado para lá, desviado para ter outro vício, assim fora” (Isabel, 41 anos, 11 anos de residência em Portugal, 9º ano).

“A minha religião? Claro que é importante porque, por exemplo, a igreja tem um papel muito importante porque ajuda a educar as crianças para não ter comportamento desviante, ajuda muito” (Georgina, 36 anos, 11 anos de residência em Portugal, licenciada).

Por fim destaca-se a identificação católica enquanto vector de continuidade cultural com a sociedade portuguesa, mesmo acompanhada por práticas à margem do catolicismo oficial como os ritos de passagem e o recurso a especialistas da manipulação do oculto e do sobrenatural, e o islamismo enquanto vector de contraste. Importa, no entanto, considerar que as filiações religiosas, por si só, não têm carácter decisivo no espaço da etnicidade, mas apenas se combinadas com a orientação das sociabilidades e contrastes culturais por si só não sugerem marginalização (Machado, 2002 e Tiesler, 2005), podendo mesmo encontrar-se uma variedade de “níveis e graus de islamização e de cristianização torna as fronteiras entre estas categorias muito fluidas, podendo, por exemplo, considerar-se ‘críston’ desde um crioulo católico que raramente participa nas cerimónias de animistas até a um manjaco animista que associa alguns rituais católicos” (Quintino, 2004: 276).

7. PROJECTOS E ESTRATÉGIAS: CONTEÚDOS E SINGULARIDADES

A orientação dos projectos está expressa no modo como os indivíduos concebem a sua trajectória migratória. Por exemplo, a perspectiva de mobilidade social ascendente tende a forjar, num primeiro tempo, projectos de imigração mais direccionados para o material e para o curto prazo. Mesmo que a principal razão na base da decisão de emigrar não seja de

natureza económica como é o caso, por exemplo, das mulheres que chegaram a Portugal para tratamento médico ou o caso das duas mulheres muçulmanas entrevistadas, um conjunto de expectativas à partida tem tendência a emergir e a justificar a permanência no país de acolhimento. É uma fase em que persiste um sentimento do provisório associado à ideia de regresso (Leandro, 2004).

“Era para voltar, fazer um mês ou dois meses e voltar logo para a Guiné, mas como lá eu vivia na casa que não é minha, pagava renda com o meu marido e , como a situação da Guiné já estava a começar a complicar, eu pensei como vim é melhor trabalhar um bocadinho, tiver um bocadinho de dinheiro, voltar para a Guiné. Se calhar vou chegar lá, ter aqui um bocadinho de dinheiro e já dá ter uma casa que é minha mesmo, um terreno e fazer uma casa” (Isabel, 41 anos, 11 anos de residência em Portugal, 9º ano).

Nestes casos, os primeiros tempos de residência num país estrangeiro são de vivência entre o que se possui, o que se precisa e o que se aspira, mas com o decorrer do tempo e a melhoria das condições de vida a situação tende a alterar-se (Leandro, 2004). Ora, melhores condições de vida, prolongamento da escolaridade, realização profissional e pessoal são o móbil da partida ou as razões que justificam a permanência no país de acolhimento por parte das mulheres oriundas da Guiné-Bissau. A complexidade das condições de produção dos projectos levam os indivíduos a privilegiarem a melhoria da sua condição material e o trabalho constitui um meio, praticamente exclusivo, para a concretização daqueles, não deixando, no entanto, de integrar uma dimensão cultural, uma vez que procuram igualmente aceder a bens da modernidade (Leandro, 2004). A imigração constitui assim um processo de mudança que, se nos primeiros tempos se caracteriza essencialmente pela presença de elementos de índole material, posteriormente e progressivamente os sistemas de valores vão igualmente sofrendo mudanças, e projectos de curto prazo transformam-se em médio ou longo prazo (Leandro, 2004). Só, quando os indivíduos conseguem sair de situações de precariedade, são capazes de conceber aspirações mais elevadas e forjar projectos orientados a médio e longo prazo. Por outras palavras, a alteração das condições dos indivíduos em sociedades mais abertas e mais dinâmicas, conjugada com uma ética de esforço e com o sentido de oportunidades e a percepção dos possíveis, contribui para forjar atitudes e comportamentos de inflexão dos projectos migratórios iniciais (Leandro, 2004).

É importante referir que as sociedades são atravessadas por transformações estruturais que originam novas configurações, processo que designamos de modernidade e que em Portugal adquiriu forma apenas na segunda metade do século XX e permanece ainda inacabado (Machado e Costa, 1998). Mas, face à prevalência de desigualdades entre classes ou géneros, importa considerar a forma como os indivíduos as percebem e o facto de que “a modernidade introduz também enormes mudanças na esfera privada. Como pano de fundo, destaca-se a valorização da identidade pessoal e a sua autonomização face às estruturas sociais em que os indivíduos estão inseridos, como a família, a comunidade ou o contexto profissional. Na modernidade, os indivíduos são, em grande medida, livres de construir os seus projectos e trajectos de vida e de transformá-los continuamente. Neste sentido, as identidades e as biografias tornam-se intensamente individuais, reflexivas e complexas, objecto de inúmeras escolhas e decisões (...). Este processo abre novas oportunidades à realização pessoal, mas implica também novos riscos e responsabilidades” (Guerreiro e Abrantes, 2004: 31).

As mulheres oriundas da Guiné-Bissau, à medida que avança o tempo de permanência em Portugal, tendem a valorizar a escolarização dos filhos, por exemplo, a reorientar os seus projectos migratórios e a reconverter o capital económico em capital cultural. Projectos de regresso transformam-se assim em projectos de continuidade. Importa, por fim, considerar que há sempre uma distância entre projectos concedidos e idealizados e projectos possíveis e realizados (Leandro, 2004).

“Depende. Eu sou mãe galinha (risos). Mesmo que estejam nas suas casas, eu quero estar por perto. Qual é a família que temos mais do que os nossos filhos? (...) Mesmo que seja o meu marido, e por exemplo se quisesse ir, vou ficar aí a ficar dos meus filhos. Pois, os filhos em primeiro lugar” (Inês, 70 anos, 27 anos de residência em Portugal, 9º ano).

Mas, para além do país de origem e dos projectos migratórios, é a família reagrupada ou separada, nuclear ou alargada que constitui factor de mediação entre o país de acolhimento e o país de origem, ou seja, a existência de relações de interdependência e dependência no quadro familiar, sobretudo quando envolvem parceiros e filhos menores, acaba por se repercutir nas estratégias de envio de remessas financeiras tanto em termos quantitativos como em termos de regularidade das transferências sendo de destacar, para além dos ucranianos e dos santomenses, o caso dos guineenses após meados dos anos 90, sobretudo (Fonseca, 2005). É

de salientar que o reagrupamento familiar pode resultar na redução das remessas enviadas. Da análise do conjunto as entrevistadas, verificamos que grande parte delas já conseguiu trazer os filhos para Portugal, refere, no entanto, que as condições económicas vividas na sociedade de acolhimento não facilitam o envio de remessas.

“Tenho lá um primo, através de telefone perguntar como é que tão lá, a casa, quem vive lá na terra. Sempre falo com o meu tio (...) eu também não tenho dinheiro para lhe enviar (...) Desde que o meu marido veio, preocupação de remédios, tratamento, essas coisas todas, já não. Às vezes enviava 50€ à minha mãe para puder ajudar com os minhas irmãs, mas agora não dá, não consigo” (Isabel, 41 anos, 11 anos de residência em Portugal, 9º ano).

“E elas também como com a situação de vida lá está péssima, cada qual ‘Manda-me isso, manda-me aquilo’. Nem sabem qual é a situação que a gente se encontra cá. Eu digo sempre ‘Olha, vocês pensa que aqui é melhor que lá?’, é melhor porque a gente aqui trabalhar, trabalha e recebe aquele bocado que dá para comer e isso, mas é quase a mesma coisa. ‘Não pensem que aqui uma pessoa pode estar a matar-se para vos ajudar lá’, só de vez em quando mando ajudar não é, porque também é uma coisa, é com muita pena que eu digo, aquilo se fosse melhorar muita gente gostaria de voltar e viver lá só que, não sei, até hoje não vejo caminho” (Guilhermina, 48 anos, 18 anos de residência em Portugal, 12º ano).

A ligação ao país de origem mantém-se, quer através de vínculos concretos como as remessas ou as cartas e os telefonemas, quer de forma simbólica como a memória de uma realidade já distante (Saint-Maurice, 1997). Tempos de residência em Portugal e trajectórias migratórias explicam essas ligações ao país de origem e reflectem-se nas expectativas de regresso, ou seja, se “para uns aquele constitui a esperança que acalentam, tendo, contudo, noção da sua inverosimilhança – balança-se entre o querer e o poder, acabando por vencer este último -, para outros o regresso não faz parte do futuro que imaginam” (Saint-Maurice, 1997: 157). Produz-se um discurso simbólico com base na afectividade em relação à origem, a um passado vivido e através da partilha de símbolos, práticas culturais, valores e comportamentos (Quintino, 2004).

“Amigas, ainda lá tenho amigas. (...) tenho lá uma irmã. (...) Internet, fotografias por Internet, conversas por Internet e depois as pessoas vêm cá a Portugal e estamos” (Rute, 50 anos, 29 anos de residência em Portugal).

“Eu telefono. Ainda ontem estive a falar com o meu irmão, com a minha prima e hoje também tenciono ver se ligo. Tento sempre fazer um contacto, às vezes eles telefonam” (Inês, 70 anos, 27 anos de residência em Portugal, 9º ano).

“Eu gosto porque não há nada como aquilo que é nosso. Eu gosto da minha terra sinceramente mas todo o mundo sabe que hoje em dia a política... há certas partes do mundo em que a política se deu bem, as pessoas tão bem mas na Guiné todo o mundo sabe que a Guiné não está boa, nós não estamos lá bem e não podemos gostar de um sítio onde não estamos bem, não é?” (Antónia, 60 anos, 17 anos de residência em Portugal, 12º ano).

“Eu gosto e acho que tenho esperança um dia voltar para lá. (...) é diferente o seu país é o seu país, as coisas são diferentes, famílias são diferentes. Aqui cada um vai para o seu lado (...) já tenho lá casa, já estou a fazer balanço, mas já não estou a ver a saída neste momento agora como o meu marido está e este problema de saúde, eu sempre apostei de voltar, de voltar para a Guiné” (Isabel, 41 anos, 11 anos de residência em Portugal, 9º ano).

“Eu tenho dois lados, se a minha filha não teve problema cardíaco, que ela agora é cardíaca, eu ia voltar para lá, depois vinha de vez em quando e voltava para lá. (...) Os meus filhos, gostava que eles ficassem aqui porque aqui tem boa educação. As escolas tem outro ambiente” (Ndira, 32 anos, 9 anos de residência em Portugal, 9º ano).

“Eu tenho saúde graças a Portugal, tenho o meu curso graças a Portugal, ainda tenho a minha filha graças a Portugal, por isso não tenho razão de queixa. A questão de voltar para Guiné, não é questão de não gostar. A questão é de ir contribuir para o desenvolvimento do meu país porque Portugal já tem muito, tantos milhares de técnicos, tantos mil técnicos de serviço social. Na Guiné não temos, temos muito pouco” (Georgina, 36 anos, 11 anos de residência em Portugal, licenciada).

Mas, se a ideia de regresso está presente, ela balança entre o sonho e a realidade, entre o desejo e as possibilidades, interferindo em tal ideia o tempo de residência e modos de inserção no país de acolhimento (Saint-Maurice, 1997).

CONCLUSÃO

Considerando as migrações um processo em constante transformação e não encerrando o objecto de estudo, pretende-se agora enfatizar os principais resultados e identificar traços de possíveis cenários futuros. O adiamento do projecto de retorno, associado à não realização do esperado com a migração ou ao agravamento da situação de crise económica e instabilidade político-económica na Guiné-Bissau, trás consigo a sedentarização dos migrantes.

Mas os migrantes guineenses são uma população heterogénea, quer em termos de origem, quer em termos de trajecto e composição. Quer do lado das dimensões sociais da etnicidade – estratégias residenciais, percursos escolares, trajectórias socioprofissionais e conjugalidade e estrutura familiares – quer do lado das dimensões culturais da etnicidade – sociabilidades, práticas linguísticas e auto-identificação religiosa – encontram-se diferenças com base no estatuto sociojurídico, na diferenciação de género ou de filiação étnica e ainda de classe (Machado, 2002). Podemos assim concluir que, no caso da migração guineense, não podemos falar de homogeneidade, dado a existência de elementos de diferenciação interna que se cruzam entre si e que se estabelecem logo na sociedade de origem e são depois transpostos para a sociedade de acolhimento, não descurando o facto de que a experiência da imigração transporta consigo importantes factores de mudança social e cultural nos migrantes.

O género, que constitui um elemento de diferenciação interna entre os migrantes, permite-nos distinguir razões de realização pessoal e profissional e de atracção pelo papel da mulher na sociedade de acolhimento na base da decisão de emigrar das guineenses. São elas que, situadas entre uma identidade herdada, uma ligação às tradições do país de origem, tradições essas em permanente transformação, e os objectivos do seu projecto migratório na sociedade de acolhimento, (re)constróem a sua identidade através da articulação de diferentes elementos socioculturais da origem e do destino. Mas, se nem sempre as escolhas que se colocam a estas mulheres estão inteiramente em aberto, uma vez que persistem constrangimentos e imposições externas dos grupos de referência, importa considerarmos igualmente as condicionantes estruturais da sociedade de origem e da sociedade de acolhimento e que interferem no poder estratégico das mulheres oriundas da Guiné-Bissau. Tal não anula a acção individual das mulheres oriundas da Guiné-Bissau, protagonistas dos seus processos de (re)construção identitária.

A mulher, face às circunstâncias vividas na sociedade de acolhimento, readapta o seu projecto pessoal entre estratégias de autonomização, de negociação do controlo familiar e social e de manutenção das tradições e valores culturais e religiosos num jogo de escolhas por opções mais ou menos libertadoras, mas “será talvez o caso de pôr de parte, exactamente, a visão demasiado maniqueísta e simplista que associa de um lado, como um pacote, o moderno, e do outro lado, como outro pacote, o tradicional. O que existe, fundamentalmente, são lógicas de combinações, arranjos e estratégias individuais, à medida do interesse e daquilo a que se chamou conveniências dos actores” (Torres, 2001a: 65). Mas, a frequência escolar, a realização profissional da própria ou a estabilidade financeira que permita o prolongamento dos estudos por parte dos seus filhos e filhas e consequente exercício de actividade profissional mais qualificada, são aspectos que contribuem para a valorização do seu modo de vida em Portugal, facto que não exclui a permanência acentuada do peso relativo das representações e práticas do país de origem. Se estas mulheres mobilizam as transformações caracterizadoras da sociedade ocidental no que respeita ao papel da mulher na sociedade, tal não significa que estejamos perante estratégias conscientes de autonomização mas sim e sobretudo, perante uma (re)adaptação às novas circunstâncias. Importa, no entanto, considerar que essa (re)adaptação a pode transportar ao espaço da autonomia e revelar importantes efeitos para a realização pessoal da mulher.

Se a sua origem étnica e social e o seu trajecto migratório marcam fronteiras de diferenciação interna, entre as mulheres oriundas da Guiné-Bissau, mudanças operam-se no âmbito das dimensões sociais e culturais da etnicidade analisadas e que interferem nos seus processos de (re)construção identitária. O carácter selectivo da emigração guineense é-o ainda mais no caso das mulheres, não descurando, no entanto, elementos de diferenciação interna em termos de origem étnica e social e de trajecto migratório e formas de acolhimento em Portugal. Em termos de estratégias residenciais verificam-se lógicas classistas na localização geográfica e nas dinâmicas de aproximação ao grupo. O controlo social e familiar, sobretudo exercido pelos maridos e companheiros das mulheres entrevistadas, levaram algumas delas a interromper percursos escolares e trajectórias socioprofissionais ainda no país de origem. Já na sociedade de acolhimento, não se verificou, na generalidade, o prolongamento dos estudos e a entrada ou reentrada no mercado de trabalho significou, sobretudo, a adaptação a novas circunstâncias resultante de dificuldades financeiras sentidas e transformações nas estruturas familiares como o divórcio, a viuvez ou a incapacitação de um dos cônjuges, neste caso o marido. Verifica-se perda de estatuto profissional e desfasamento entre níveis de escolaridade

e actividade exercida e as mulheres entrevistadas estão, ou estiveram, sobretudo inseridas em actividades quase exclusivamente desempenhadas por mulheres, como é o caso do sector das limpezas. Elas desempenham, por isso, actividades pouco qualificadas, mal remuneradas e recorrem ao apoio social quer através do Rendimento Social de Inserção quer através do Banco Alimentar contra a Fome.

Apesar de se verificarem mudanças na estrutura familiar e nas formas de conjugalidade destas mulheres, identificam-se elementos de contraste com a sociedade portuguesa. Elementos de continuidade são sobretudo ligados à assimétrica gestão do tempo entre homens e mulheres, apesar de se notar uma tendência para a sua atenuação no caso da sociedade portuguesa, o aumento da coabitação e do divórcio e as taxas mais elevadas de segundos casamentos ou uniões. O prolongamento da escolaridade e a participação no mercado de trabalho verificadas nas mulheres entrevistadas revelam sobretudo o carácter selectivo da emigração guineense e constituem igualmente elementos de relativa continuidade face às mulheres portuguesas. Mudanças nas interacções e papéis no seio da família, retardar da idade média do primeiro casamento e do primeiro filho, decréscimo dos agregados numerosos, das famílias complexas e da dimensão dos agregados, entre outros aspectos que caracterizam mudanças na sociedade portuguesa, representam para estas mulheres elementos de contraste. Descontinuidades sociais e culturais entre estas mulheres e os seus descendentes podem significar modalidades de inserção diferenciadas na sociedade de acolhimento. Só o prolongamento do tempo de residência poderá revelar reprodução ou não das representações e práticas dos seus ascendentes.

Relativamente às redes de sociabilidade e à sua orientação destacam-se as sociabilidades intra-étnicas e a centralidade da família. No espaço privado as mulheres continuam a representar um papel fundamental na organização das tarefas domésticas e nos cuidados aos filhos, mas são elas também quem mais decide no agregado doméstico. Já no espaço público verifica-se a quase ausência de actividades de lazer e o uso indiferenciado de vestuário tradicional e ocidental. Verifica-se o uso quase massificado do crioulo, a referência às línguas étnicas por manjacas e fulas, a par da secundarização do português, cuja valorização está essencialmente associada à escolarização dos descendentes. No aspecto religioso destacam-se as católicas, facto que reforçar mais uma vez o carácter selectivo da emigração guineense.

O peso relativo dos valores tradicionais da origem varia de acordo com a configuração das sociabilidades que, no caso destas mulheres, revela contrastes culturais face à sociedade de acolhimento, uma vez que estamos perante uma situação de fechamento relacional. Mas, sem se separarem da esfera doméstica, elas afirmam a sua singularidade quer por meio de estratégias intencionais ou devido às circunstâncias que se criam na sociedade de acolhimento pelas próprias, quer por meio da realização escolar e profissional dos seus filhos e filhas.

Sobrevalorizar a identidade étnica ocultando factores de diferenciação interna inerentes a cada grupo pode perpetuar a actuação de factores de discriminação fortes com base no género e na classe social, por exemplo. Assim, a especificidade das experiências migratórias destas mulheres permite-nos, ao mesmo tempo que reconhecemos a diversidade cultural, identificar constrangimentos sociais internos que travam os seus projectos individuais no contexto da sociedade receptora. Paralelamente, estas mulheres articulam a herança familiar a outros modelos de comportamento e (re)adaptam os seus projectos pessoais e o seu desejo de autonomia com vista à realização pessoal, retirando vantagens das referências herdadas, como sendo a coesão familiar (Abranches, 2004).

Podemos concluir que as mulheres oriundas da Guiné-Bissau negociam estratégias de autonomização, uma vez que permanece forte a ligação aos valores de origem, quer por vontade das próprias, quer pelo controlo familiar e social exercido. Muitas vezes, são as circunstâncias vividas na sociedade de acolhimento, associadas às dificuldades económicas, que conduzem a estratégias de autonomização. Mas só a análise dos percursos das suas descendentes raparigas, com o prolongamento do seu trajecto escolar e a maior abertura das suas redes de sociabilidade, pode-nos levar a desenvolver cenários futuros relativamente aos papéis de género e a factores de discriminação que subsistem. A viabilidade de efectivação dos projectos individuais está associada aos relacionamentos sociais e familiares e ao maior ou menor grau de abertura das redes sociais em que se inserem os indivíduos e as suas famílias sendo, por vezes, conflituoso a convivência entre escolhas individuais e estratégias colectivas (Velho, 1987). Relações complexas entre a reprodução de elementos culturais de origem e a aquisição de novos valores marcam os processos de (re)construção identitária destas mulheres. É importante ter em consideração que “as limitações ainda hoje atribuídas às representações do feminino e, até mesmo ao nível prático, ao papel da mulher (...) produzem efeitos de constrangimento nos processos femininos de construção da identidade” (Abranches, 2004: 30).